

ORGANIZADORES

MARIA MEDIANEIRA PADOIN

ADRIANO FIGUEIRÓ

JORGE ALBERTO SOARES CRUZ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TERRITÓRIOS  
GEOPARQUES: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR  
NA QUARTA COLÔNIA**

**FACOS – UFSM**



ORGANIZADORES

MARIA MEDIANEIRA PADOIN

ADRIANO FIGUEIRÓ

JORGE ALBERTO SOARES CRUZ

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TERRITÓRIOS GEOPARQUES: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR NA QUARTA COLÔNIA

**FACOS – UFSM**

Santa Maria – RS

2021

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TERRITÓRIOS GEOPARQUES: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR NA QUARTA COLÔNIA

**Organizadores** Maria Medianeira Padoin  
Adriano Figueiró  
Jorge Alberto Soares Cruz

**Diagramação e projeto gráfico** Sofia Roratto da Silva

**Autores** Luiz Miguel Oosterbeek  
Flávio A. Pretto  
Suzane Bevilacqua Marcuzzo  
André Luís Ramos Soares  
Maria Medianeira Padoin  
Adriano Severo Figueiró  
Cesar De David  
Amanda Scherer  
Jorge Alberto Soares Cruz  
Flavi Ferreira Lisboa Filho  
Lucas da Silva Nunes

ISBN: 978-65-5773-021-8

E24 Educação patrimonial em territórios geoparques [recurso eletrônico] :  
uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia / organizadores  
Maria Medianeira Padoin, Adriano Figueiró, Jorge Alberto  
Soares Cruz. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021.  
1 e-book : il.

1. Educação patrimonial – Geoparques - Quarta Colônia, RS  
2. Educação patrimonial – Política – Quarta Colônia, RS I. Padoin,  
Maria Medianeira II. Figueiró, Adriano III. Cruz, Jorge Alberto  
Soares

CDU 902:37  
908(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte CRB-10/990  
Biblioteca Central - UFSM



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

<b>Reitor</b>	Paulo Afonso Burmann
<b>Vice-reitor</b>	Luciano Schuch
<b>Diretor do CCSH</b>	Mauri Leodir Löbler
<b>Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação</b>	Cristina Marques Gomes

### FACOS – UFSM

<b>Conselho Editorial</b>	Ada Cristina Machado Silveira (UFSM) Eduardo Andres Vizer (UBA) Eugenia Maria M. da Rocha Barrichelo (UFSM) Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM) Gisela Cramer (UNAL) Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM) Marina Poggi (UNQ) Monica Marona (UDELAR) Paulo Cesar Castro (UFRJ) Sonia Rosa Tedeschi (UEL) Suzana Bleil de Souza (UFRGS) Valdir José Morigi (UFRGS) Valentina Ayrolo (UNMDP) Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
---------------------------	---

<b>Comitê científico</b>	Maria Medianeira Padoin Jaciele Carine Sell Sonia Zanini Cechin Neila Silvia Pereira dos Santos Richards Fernanda Kieling Pedrazzi Monica Rossato
--------------------------	--

<b>Comitê técnico</b>	Profa. Dra. Sandra Depexe (UFSM) Dda. Camila Hartmann (UFSM) Ddo. Mauricio Fanfa (UFSM) Mda. Alexandra Martins Vieira (UFSM) Mdo. Jean Silveira Rossi (UFSM) Mdo. João Vitor da Silva Bitencourt (UFSM) Gda. Sofia Roratto da Silva (UFSM)
-----------------------	--

*Esta obra se constitui em um dos instrumentos educacionais que dá suporte ao plano educativo que embasa a perspectiva do Geoparque Aspirante Quarta Colônia. Busca-se colaborar na qualificação continuada dos professores do Ensino Básico que atuam nas escolas do território, com vistas a suprir uma demanda do Geoparque em termos de educação patrimonial, entendida esta nos seus mais diferentes aspectos, que envolvem desde o patrimônio fossilífero, passando pela biodiversidade, paisagem, história e cultura, até a perspectiva da linguagem como um patrimônio identitário da sociedade que constrói o território. Os capítulos foram escritos por pesquisadores da UFSM envolvidos diretamente com a II Jornada Interdisciplinar de Educação Patrimonial, que ocorreu de julho a setembro de 2020 e complementam e aprofundam os debates pautados naquele evento, buscando oferecer principalmente às escolas e Secretarias de Educação dos nove municípios que compõem o território da Quarta Colônia, um material que contribua para o fortalecimento do componente curricular e de uma política de educação patrimonial.*

# SUMÁRIO

- 8**      **Prefácio**  
*Luiz Miguel Oosterbeek*
- 12**     **Mapa Quarta Colônia**
- 13**     **Apresentação**
- 19**     **Antes da história: a Quarta Colônia no tempo profundo**  
*Flávio A. Pretto*
- 32**     **Bicho do Mato da Colônia: somos todos Mata Atlântica**  
*Suzane Bevilacqua Marcuzzo*
- 50**     **Primeiros habitantes da Quarta Colônia: os povos tradicionais**  
*André Luís Ramos Soares*
- 67**     **História, Território E Política: A Construção Da Quarta Colônia**  
*Maria Medianeira Padoin*
- 89**     **Patrimônio natural e educação para a paisagem no Geoparque Quarta Colônia: um território de descobertas**  
*Adriano Severo Figueiró*
- 111**    **Patrimônio rural - por entre memórias e esquecimentos**  
*Cesar De David*
- 130**    **Educação Patrimonial: Língua e Alteridade**  
*Amanda Scherer*

- 146** **Educação Patrimonial e os Arquivos Públicos e Históricos Municipais**  
*Jorge Alberto Soares Cruz*
- 159** **A educação patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário**  
*Flavi Ferreira Lisboa Filho, Lucas da Silva Nunes*
- 175** **Autores e autoras**

# PREFÁCIO

A formação de professores, e em geral de lideranças, nos campos do património, com base na história, é uma necessidade fundamental para qualquer sociedade, particularmente quando, como hoje, se confronta com processos de transformação e de incerteza.

O contexto internacional em que as sociedades humanas se encontram atualmente é marcado pelo aprofundamento de uma nova grande depressão, distinta nos detalhes mas semelhante na sua extensão e efeitos às depressões de 1873-96 e de 1929-46. Trata-se de um processo de crise profunda e prolongada, sistémica, que se exprime em todas as esferas: na economia (tensão e desvalorização dos mercados regulados pela especulação financeira e não pela produção e consumo; desarticulação do sistema monetário internacional); na organização e dinâmica das sociedades (desemprego que cresce com a inovação tecnológica, empobrecimento das classes médias, envelhecimento com inversão da pirâmide etária devido à quebra de natalidade); nos equilíbrios ambientais (dificuldades decorrentes da transição energética, desertificação e despovoamento de grande parte do planeta, insuficiência de estratégias de adaptação às oscilações climáticas e variações dos ecossistemas, concentração da população em megalópoles que aceleram a desagregação dos Estados e o regresso às redes de Repúblicas-Cidade da era moderna, com as suas tensões e guerras). Este contexto global é marcado, em especial, pela mobilidade dos grupos humanos e pela mútua influência entre distintas tradições culturais, reestruturando identidades e questionando fronteiras de todo o tipo.

A discussão sobre a explosão de novas bolhas especulativas já não se centra no “se” (é inevitável), nem no “quando” (está em curso), nem no “onde” (está a ocorrer em todo o planeta), nem mesmo “em que área” (quase todas, mas certamente sobretudo as que dependem do consumo de serviços e bens não essenciais, como no turismo, enquanto se reprogramam outros setores, como os transportes). É uma discussão sobretudo sobre o “até quando” e “para onde”. A incerteza sobre a duração da depressão, iniciada em 2008 e aprofundada pela pandemia, é uma das maiores preocupações das sociedades, sendo o regresso ao passado a sua maior ilusão: a incerteza é, também, sobre para onde nos encaminharemos ao longo da depressão, até a superar. Se alguma certeza podemos ter, é a de que nada será como era antes.

É neste quadro que o património tem uma função central, pois ele marca o território, ajuda á sua apropriação coletiva e é um referente, um invariante, que testemunha a diversidade dos comportamentos humanos do passado. Para que seja útil, é importante que esse património abrace as memórias ainda vivas nas sociedades, mas é fundamental que vá além delas, construindo na base da história e dos seus métodos uma visão convergente e rigorosa do passado, pois esta é uma pré-condição para uma visão convergente e criativa do futuro.

Esta importância do património é ainda mais importante nos territórios de baixa densidade demográfica, que são a esmagadora maioria da superfície terrestre e ainda representarão, daqui a algumas décadas, pelo menos um quarto da população mundial. Estes territórios, muitas vezes marcados por uma honrosa sustentabilidade global, são invariavelmente esquecidos pelos Estados, orientados para as grandes concentrações urbanas. Se pensarmos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a estratégia que aí se define para as cidades não lhes é plenamente aplicável, pois não possuem a dimensão, recursos e massa crítica do tipo de cidade, de grande dimensão. Não existem estratégias globais para estes territórios, porque as entidades que pensam as estratégias globais pensam que eles são apenas o passado. Porém, em História, sabemos que os processo de urbanização têm ciclos e uma grande diversidade de modelos, sendo que a pandemia veio demonstrar um dos perigos da grande concentração demográfica (como o fizeram diversas pandemias no passado).

A globalização trouxe a estes territórios uma marginalização e empobrecimento crescentes, mas sobretudo um esquecimento e um silêncio ensurdecedor. Ao mesmo tempo, ela abriu novos caminhos e recursos, com maior conetividade (digital e analógica), maior intercâmbio e interação cultural (que favorece a flexibilidade cosmopolita, mesmo em locais de acesso remoto) ou a possibilidade de afirmação de novas centralidades com base não apenas na demografia (mercado de consumo) mas na produção de conhecimento. Mais importante ainda: os processo de grande transformação que estão a ocorrer, e que se abrem á incerteza e ao desconhecido, convocam e desencadeiam uma reorganização global da Humanidade, de base territorial.

Neste contexto, valorizar o território é uma pré-condição para a abertura de possibilidades, diversas, de futuro. Em tempos de radical incerteza, o foco não deve estar em objetivos de curto prazo, mas em processos e metodologias que mantem a flexibilidade

das opções de futuro. É neste sentido que a distinção entre produção e mero consumo de conhecimento é nuclear: a base da valorização territorial é a sua gestão e o núcleo da gestão territorial é o conhecimento, sendo que o conhecimento territorial implica a sua co-construção, num quadro de governança participativa e, também ela, flexível.

É para essa flexibilidade, essencial para tempos de transição entre um passado sobre o qual é necessário construir um entendimento convergente de base racional e sem juízos anacrónicos e um futuro ainda fundamentalmente incerto, que é essencial uma gestão integrada do território, que tome o património como referência (o que fica quando tudo muda) e a utopia racional como horizonte (o que queremos). Uma gestão que se apoie fundamentalmente em quatro pilares operacionais: educação e formação (disseminação de conhecimento; compreensão dos dilemas; transferência de saberes), reorganização da matriz sociocultural da sociedade, colocando as pessoas no centro (redes informais espaciais e intergeracionais, produção, distribuição e transformação de conhecimento, com entendimento cultural dos processos), envolvimento de instituições, mesmo conhecendo a sua resistência à mudança (negociação, explicitação de divergências, convergência de estratégias) e comunicação (visibilidade e coesão dos territórios).

Os leitores deste livro encontrarão diversas contribuições importantes para estas temáticas e prioridades, pois a articulação entre a pesquisa académica coordenada pela Universidade Federal de Santa Maria e a dinâmica territorial desenvolvida a partir das comunidades, como na 4ª Colônia, e seus representantes, é um excelente exemplo que que outra forma de gerenciar o território é não apenas desejável, mas possível. Os diversos capítulos decorrem de uma série de conferências realizadas na *II Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores da região do Aspirante Geoparque Quarta Colônia*, em 2020. As páginas que se seguem nos introduzem á profundidade histórica do património da região, não apenas como memória, necessariamente forte pela emoção mas limitada também por ela, mas como reconstrução racional, rigorosa, com recurso pleno aos métodos das humanidades e suas fontes (artefactos, arquivos, ...), desde os primeiros povoadores, na pré-história, á abertura para o futuro de possibilidades que, para os humanos conscientes e atentos, sempre existem. É esse mesmo rigor que se encontrará nas aproximações ao bioma da Mata Atlântica ou no foco pedagógico, que perpassa todas as contribuições, em torno da co-construção dos marcadores patrimoniais da região. Um património em que a dimensão da paleontologia é nuclear (e cabe aqui destacar a visão das comunidades, ao

estruturarem um centro de pesquisa de alto nível e reconhecimento internacional, apoiado nessa feliz articulação entre universidade e comunidades), mas que se amplia no conjunto do património rural e das suas intangibilidades, tecidas através de um jogo de identidades que se cruzam na comunicação intercultural, mediada pela língua.

Ao leitor que tem este livro nas mãos desejo uma boa leitura, mas, sobretudo, que antes ou depois dela procure os seus autores, contacte com a UFSM e com as comunidades da 4ª Colônia. Vai certamente ter a mesma sensação que eu: se aprende bastante com eles, e graças a isso se ganha mais confiança no futuro.

Luiz Oosterbeek

*Instituto Politécnico de Tomar, Centro de Geociências, Portugal*

*Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território*

# MAPA QUARTA COLÔNIA



Mapa por Prof. Dr. André Dalmaso (UFSM)

# APRESENTAÇÃO

Quando falamos de educação patrimonial, é inevitável que nos reportemos ao conceito sobre o qual tentamos educar, ou seja, o “patrimônio”. Na sua etimologia, patrimônio é uma palavra que deriva do latim *patrimoniu*<sup>1</sup>, indicando a “herança recebida do pai” (*patri*, pai e *monium*, recebido), ou seja, o conceito está intimamente relacionado às heranças que recebemos e que temos o compromisso ético com as próximas gerações de conservar e valorizar. Mas o patrimônio é muito mais do que uma herança, um “valor” herdado; o patrimônio é, acima de tudo, a ligação material com a nossa identidade, com aquilo que nos constitui enquanto sujeitos “do” e “no” mundo. Não é por outro motivo que o termo compartilha o mesmo radical com a palavra “pátria”, proveniente do latim *patrius*, significando a terra dos antepassados, a nossa ligação telúrica com a natureza e a cultura que nos carregou de sentido, e berço de uma “nação” (significando aqueles que “nascem” de uma mesma raiz).

Estes conceitos estão organicamente ligados a dois outros termos bastante significativos para a compreensão da tarefa educativa: paisagem e país, ambos derivados do latim *pagus*, o lugar de onde provimos, o referente espacial que sustenta nossa interpretação de mundo. Visto a partir desta perspectiva, o território deixa de ser apenas o espaço jurídico-político de organização da vida humana, para se tornar o receptáculo da identidade de um povo, o objeto das emoções e desejos coletivos que constroem o amálgama social e impulsionam o movimento da vida. O patrimônio, portanto, não se trata de uma herança congelada, de um legado ancorado na história e guardado em museus; pelo contrário, o patrimônio é o passado que se faz presente, é o espaço carregado de significados, da natureza e da cultura, que baliza nossa construção identitária hoje; é o instrumento mais forte que temos para construir uma direção de futuro que seja coletiva e sustentável.

Poucos autores na história tiveram a sensibilidade para compreender esta potência patrimonial que surge da fusão entre a paisagem, o território e o lugar, como o escritor português Miguel Torga. Nascido entre montanhas do norte de Portugal, o universo regionalista de Torga esteve sempre mirando as histórias das terras de granito, das rochas

---

1 FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. 4ª edição. Curitiba: Positivo. 2009.

frias em meio a invernos rigorosos, aquecidos pelo afeto construído pela gente das aldeias em meio a uma vida simples, generosa e ligada à natureza. Em um dos seus mais lindos contos, escrito em 1941, o autor nos remete ao “Reino maravilhoso” de onde provém o vinho do porto: *“Não se vê por que maneira este solo é capaz de dar pão e vinho. Mas dá. Nas margens de um rio de ouro, crucificado entre o calor do céu que de cima o bebe e a sede do leito que de baixo o seca, erguem-se os muros do milagre. Em íngremes socalcos, varandins que nenhum palácio aveza, crescem as cepas como os manjericos às janelas. No Setembro, os homens deixam as eiras da Terra-Fria e descem, em rogas, a escadaria do lagar de xisto. Cantam, dançam e trabalham. Depois sobem. E daí a pouco há sol engarrafado a embebedar os quatro cantos do mundo. A terra é a própria generosidade ao natural. Como num paraíso, basta estender a mão”*<sup>2</sup>. Após conhecermos a obra de Miguel Torga, entendemos porque, na candidatura a Geoparque Global da UNESCO em preparação pelo território do alto douro, sob a assessoria dos colegas da Universidade do Minho e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, talvez nenhum outro nome seja tão apropriado como o que se está pensando: “Geoparque do Reino maravilhoso”; é o encontro da Terra e da cultura celebrando a vida, em uma comunhão única e indivisível.

Luiz Oosterbeek, no belíssimo prefácio oferecido à presente obra, nos lembra que o resgate e a valorização do patrimônio do território são estratégias fundamentais para ressituar estes espaços silenciados pelo ruído da economia global em um novo marco do desenvolvimento humano. Aliás, parece não haver nada tão discrepante para a sustentabilidade do território como a noção de (des)envolvimento<sup>3</sup> cunhada pela economia global. No mundo atual, não há nada tão revolucionário e contra-cultural do que a valorização do endógeno. O patrimônio de um território se opõe à pasteurização do mundo promovida por um modelo de consumo de falsas identidades. Esta mescla entre a história profunda da Terra e a história recente dos homens e mulheres que transformam a natureza na medida em que forjam a sua própria identidade nesta transformação, está expresso em cada palmo da paisagem que se desdobra em frente aos visitantes. E esse é o caminho mais seguro para uma jornada humana de longo prazo, uma jornada que nos convoca ao reenvolvimento com o território; que exige de cada um de nós a retomada de um compromisso com aquilo que

---

2 TORGA, M. Um Reino Maravilhoso. In: <https://labs.mil.up.pt/blogs/scourthenorth/2017/10/21/um-reino-maravilhoso-miguel-torga/>

3 Etimologicamente a palavra construída no campo da economia está ligada à metáfora naturalista da germinação das sementes, onde o crescimento (visto como um sinônimo de desenvolvimento) da planta só ocorre mediante a retirada (radical des) daquilo que “envolve” a semente. Transposto à lógica social de uma economia globalizada, o envolvimento que obstaculiza o crescimento assenta-se naquilo que é particular, no enraizado, no local, no identitário, no tradicional.

metaforicamente nos envolve e nos protege do caminho imprudente: nossas heranças.

Portanto, aí reside o sentido que este grupo de pesquisadores, nas mais diferentes áreas do conhecimento que envolvem a educação patrimonial, buscam imprimir dentro deste que já se tornou um dos mais audaciosos projetos extensionistas da UFSM, o projeto Geoparques. Busca-se tratar a educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de aproximação entre a comunidade do território e suas heranças, de tal forma que este processo de conhecimento, apropriação e valorização patrimonial leve a um progressivo enriquecimento individual e coletivo da comunidade.

Na gramática espacial do território, a educação patrimonial se coloca como uma poderosa ferramenta de “alfabetização”, buscando construir autonomia, reforçando as estruturas de rede, possibilitando diálogos e trocas de conhecimento que reforçam a autoestima dos sujeitos e ampliam o capital social das comunidades.

Tudo isso é fundamental para que estes territórios de menor dinamismo econômico possam abandonar a sua condição subordinada com um projeto sólido, que resista à desintegração promovida pelas forças centrífugas de um mercado global, e que valorize aquilo que é próprio do (com)viver humano: uma linguagem que entretetece relações e constrói territórios sustentáveis.

Neste sentido, é louvável a iniciativa dos municípios da Quarta Colônia, que entenderam a necessidade de que a educação patrimonial fosse incluída não como uma atividade extra-curricular das escolas do território, mas como um componente curricular próprio, como um conjunto de conhecimentos e atitudes que podem ser aprendidos pelos estudantes como parte da construção de sua própria identidade. Apesar de ousada, a decisão política não é suficiente diante de um estado do conhecimento que é ainda fragmentado e enciclopedista, fruto de um sem número de trajetórias acadêmicas cristalizadas em um diálogo intradisciplinar. Para atender a este desafio demandado pelos municípios, há que se colocar em marcha um processo de construção interdisciplinar, articulando de forma coerente as diferentes escalas de espaço e tempo em que se forma e se transforma a paisagem do território. É a reforma paradigmática proposta pelo filósofo francês Edgar Morin, que conduz a um modelo de pensamento integrador e amplo, ao qual o autor denominou “pensamento ecologizante”<sup>4</sup>. É o pensamento de princípio hologrâmico, que busca perceber a totalidade contida em cada uma das partes. Esse é o exercício de complexidade presente

---

4 MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

nas duas Jornadas Interdisciplinares de Educação Patrimonial do Geoparque Quarta Colônia, realizadas em fevereiro e setembro de 2020, e que agora se materializam nesta coletânea, a qual se optou por apresentar de acordo com a linha do tempo.

No primeiro capítulo, Flávio Pretto nos abre uma janela do tempo para que possamos compreender um pouco mais sobre a “história antes da história”, uma combinação de processos geológicos e climáticos que favoreceram fascinantes condições de coevolução biológica há mais de 200 milhões de anos atrás no atual território da Quarta Colônia. Temos aí as primeiras pistas para compreender porque este território tem atraído nas últimas décadas os olhares da paleontologia mundial.

No segundo capítulo, e já remontando às condições interglaciais do período atual, iniciado há pouco mais de 10.000 anos atrás, Suzane Bevilacqua Marcuzzo nos permite compreender porquê “somos todos Mata Atlântica”. Ainda que situado na transição entre os biomas Pampa e Mata Atlântica, o território da Quarta Colônia recebe da floresta a maior parte dos serviços ecossistêmicos que utiliza para viver e produzir. Assim, a mata é um patrimônio vivo desta comunidade, capaz de prover água, alimentos, saúde e vida por muitas e muitas gerações.

No terceiro capítulo, o professor André Luis Ramos Soares nos conta como os primeiros habitantes deste território aprenderam a usar o patrimônio da floresta para construir um saber ambiental tão arraigado na natureza, que ele hoje não apenas está gravado nos inúmeros sítios arqueológicos que se distribuem no território, como faz parte de nossa gastronomia e nossa cultura.

É exatamente sobre essa herança ancestral que se estabeleceu uma miscigenação de culturas na construção do território da Quarta Colônia, tal como nos conta a professora Maria Medianeira Padoin no capítulo quatro da coletânea. A chegada dos imigrantes alemães e italianos na segunda metade do século XIX, associada às heranças dos povos originários e à contribuição quilombola, fez da Quarta Colônia um território com uma diversidade cultural tão expressiva quanto a enorme diversidade natural ali presente.

No quinto capítulo, Adriano Severo Figueiró nos convida para um sobrevôo nesta paisagem que traz as marcas dos tempos e das culturas impregnadas em seu patrimônio natural e cultural. Desde as paleodunas do gigante deserto mesozoico de Botucatu até a arquitetura colonial italiana ou o tradicional cultivo germânico dos morangos, a paisagem da Quarta Colônia nos conta histórias fascinantes onde quer que a observemos.

Apesar de toda esta riqueza patrimonial, Cesar De David nos alerta no capítulo seis que a preservação da memória é um exercício constante contra o esquecimento. Não apenas a memória humana enfraquece diante do tempo, mas também a memória da paisagem vai sendo apagada diante da aceleração dos processos. Por isso a educação patrimonial é tão estratégica, não só como animação da memória mas, a partir dela, para impulsionar as políticas públicas de conservação e promoção do patrimônio.

No escopo desta memória que não pode ser perdida, e pensando no patrimônio para muito além da materialidade paisagística, a professora Amanda Scherer discute no capítulo sete o papel da língua na “aprendizagem da diferença”. A linguagem, enquanto expressão da nossa forma de interpretar o mundo, tem um papel significativo na forma como nos relacionamos com outros seres, humanos e não humanos. É a partir da linguagem que construímos nossos vínculos e nossa identidade. Portanto, não se pode falar de patrimônio se não levarmos em conta a linguagem que se usa para expressá-lo em cada cultura e em cada tempo.

A memória desta linguagem se expressa em diferentes dimensões da vida social. No oitavo capítulo, Jorge Alberto Soares Cruz nos transporta para uma destas dimensões, tão essencial à construção de uma narrativa histórica capaz de definir a identidade territorial: os “Arquivos Públicos e Históricos Municipais”. Em meio a uma acelerada cultura contemporânea do instantâneo, o autor nos chama a atenção para a importância que constituem estes arquivos públicos no resgate da memória do território e na preservação de nossas heranças.

No último capítulo, Flavi Ferreira Lisboa Filho e Lucas da Silva Nunes discutem a educação patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitária para o território. É o fechamento deste primeiro grande esforço coletivo de reflexão, para compreendermos que todos os diferentes aspectos tratados até aqui, se combinam em um verdadeiro “código genético” sócio-territorial que identifica, enriquece e eleva a qualidade do reenvolvimento humano com o seu espaço.

Estes nove capítulos que aqui apresentamos e que se procurou costurar na coerência histórica de um território em constante transformação, não são mais do que o primeiro passo dentro de um programa de educação patrimonial de longo prazo que se espera construir no Geoparque Aspirante Quarta Colônia, pois, como bem registra a Declaração do Araripe, *“um Geoparque deve ser um verdadeiro território de ideias e de projetos, e a sua estratégia de*

*desenvolvimento sustentável deve ser inovadora, ponderada, integrada, respeitadora das tradições e vontades locais, além de proporcionar igualdade entre a sua população” (Geoparque Araripe, Brasil, 19 de Novembro de 2010). Uma pequena lacuna se preenche com esta contribuição, mas muitas outras lacunas e incertezas estão a nos desafiar em um futuro próximo. Enfrentemo-las com a serenidade que nos recomenda o poeta lusitano:*

*“Não são pepitas de oiro que procuro.*

*Oiro dentro de mim, terra singela!*

*Busco apenas aquela*

*Universal riqueza*

*Do homem que revolve a solidão:*

*O tesoiro sagrado*

*De nenhuma certeza,*

*Soterrado*

*Por mil certezas de aluvião.*

*Cavo,*

*Lavo,*

*Peneiro,*

*Mas só quero a fortuna*

*De me encontrar.*

*Poeta antes dos versos*

*E sede antes da fonte.*

*Puro como um deserto.*

*Inteiramente nu e descoberto”.*

*(“Prospecção”, de Miguel Torga)*

Boa leitura a todos e todas que compartilham conosco esta jornada!

# CAPÍTULO I

*por Flávio A. Pretto*

## ANTES DA HISTÓRIA: A QUARTA COLÔNIA NO TEMPO PROFUNDO

# ANTES DA HISTÓRIA: A QUARTA COLÔNIA NO TEMPO PROFUNDO

*Flávio Augusto Pretto<sup>1</sup>*

## Introdução

Paleontologia é o nome dado a uma área das Ciências Naturais que se encarrega de estudar os organismos que viveram no passado do planeta Terra, preservados sob forma de fósseis (Carvalho, 2010). Cabe à Paleontologia reconhecer e catalogar esses organismos, mas também entender como eles se relacionavam entre si e com o ambiente que os cercava, bem como formular hipóteses de como esses organismos se preservaram ao longo do tempo e por que (ou se) eles deixaram de existir nos dias atuais. Ainda cabe à Paleontologia, em conjunto com áreas específicas das Geociências, posicionar os diferentes organismos no tempo, reconhecendo o momento específico da história da vida na Terra em que os diferentes seres vivos surgiram, proliferaram e se extinguíram, dando lugar a outras espécies na jornada evolutiva.

Um dos grandes desafios para a mente interessada em perseguir as questões paleontológicas reside justamente na compreensão da escala de tempo que há no passado remoto. Nossa capacidade de dimensionar o tempo é algo que se relaciona muito com nossa própria vivência como indivíduo. Vou exemplificar a partir de uma experiência minha, que talvez você que está lendo este texto compartilhe. Lembro-me que, quando criança, com não mais de sete ou oito anos de idade, as férias escolares demoravam uma eternidade a chegar. Pudera! Um único ano letivo naquela época equivalia a mais de 10% da minha vida inteira! Passadas algumas décadas de vida, nossa percepção de tempo vai mudando. Na medida em que acumulamos anos de vida, nossa base de comparação vai aumentando. Para quem tem 30 anos, um ano parece passar bem mais rápido do que para quem tem 10 anos. Não é à toa que, depois de adultos, os anos praticamente voem em frente aos nossos olhos.

Mas as dimensões de tempo em que a História (ou a História Natural) se baseiam vão muito além da base de comparação que nossa vivência pessoal permite. No momento em que digito este texto, em 2020, estou acumulando 34 anos de vida, pouco mais de um

---

<sup>1</sup> Paleontólogo, Doutor em Ciências, Diretor do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia, CAPPA/UFMS. E-mail: [flavio.pretto@ufsm.br](mailto:flavio.pretto@ufsm.br)

terço de século. *A Origem das Espécies*, texto seminal de Charles Darwin que fundamenta as bases da Evolução Biológica por meio da Seleção Natural, foi publicado há 161 anos, em 24 de novembro de 1859. Isso equivale a quase cinco vezes a minha própria jornada de vida, desde meu nascimento até os dias de hoje. Vamos mais fundo na história: em 22 de abril de 1500, as naus portuguesas aportavam em terras brasileiras e Pedro Álvares Cabral supostamente bradava o famoso bordão “Terra à vista!”. Esse dia fatídico ocorreu há 520 anos, mais de 15 vezes o total de meu tempo de vida. A morte de Júlio César? Há mais de 60 vezes minha vida inteira. A primeira das grandes Pirâmides do Egito? Quase 135 vidas minhas, no passado. Perceba aqui que nossa base mental de compreensão de tempo já não é mais suficiente para perceber a profundidade da história. Em outras palavras, é terrivelmente complicado “sentir quanto tempo há” nos vários séculos de história humana.

Quando nos deparamos com a imensidão da história da vida em nosso planeta, então, a situação é ainda mais assombrosa. Enquanto a história humana se baseia em séculos e milênios para posicionar os fatos no tempo, a Evolução Biológica opera em escalas temporais de milhões de anos. E nesse contexto, meus poucos 34 anos de vivência pessoal pouco importam para tentar perceber a dimensão do tempo. O meteorito que atingiu a Terra no final do Período Cretáceo, extinguindo todos os dinossauros não-avianos? Foi há quase 2 milhões (!!!) de vidas minhas no passado, há 66 milhões de anos. A origem dos dinossauros? Foi há 233 milhões de anos. Os registros mais antigos da vida? Têm cerca de 3,7 bilhões de anos. Vou colocar aqui com todos os zeros que esse número astronômico tem: há **3.700.000.000** anos, o primeiro organismo vivo do qual temos registro estava lutando pela sobrevivência nos oceanos de uma Terra primitiva. E nem vou mais me dar ao trabalho de calcular quantas vidas minhas poderiam ter ocorrido nesse intervalo de tempo, porque no fim das contas, minha base pessoal de noção de tempo falhará miseravelmente em tentar perceber a dimensão temporal que está compreendida entre os primeiros organismos unicelulares do passado remoto e as formas que vivem atualmente (incluindo eu e você).

## O tempo geológico

A história do nosso planeta é medida em um tipo muito especial de tempo, que chamamos de **tempo geológico**. Esse tempo não é medido em horas, dias ou anos, mas sim em milhões de anos. Ele não está escrito em calendários e em tratados históricos,

mas sim nas próprias rochas (daí seu nome - tempo **geológico**). E para facilitar a nossa compreensão (ou pelo menos para tentar), o tempo geológico é dividido em Eras e em Períodos, que representam a duração de diferentes eventos na história do nosso planeta (Figura 1). Esses diferentes períodos geológicos preservam, cada qual, diferentes registros rochosos e fossilíferos, de modo que diferentes ocorrências fósseis permitem classificar esses estratos. Por exemplo, os trilobitas (Figura 2), foram um grupo extremamente diverso de invertebrados artrópodes que viveram no passado. Diferentes espécies de trilobitas ocorrem desde o Período Cambriano (há mais de 500 Ma<sup>2</sup>) até o final do Período Permiano (250 Ma). Trilobitas, portanto, viveram durante toda a Era Paleozoica. Em outras palavras, caso encontremos um fóssil de trilobita, podemos dizer com certeza que as rochas que o preservaram foram formadas em algum momento entre 500 e 250 Ma. Diferentes grupos fósseis têm ocorrências mais restritas. Os rincossauros, por exemplo (Figura 2), foram um grupo de répteis que viveu apenas

Figura 1: Tabela internacional do Tempo Geológico, revisada e atualizada periodicamente pela Comissão Internacional de Estratigrafia. Nesta tabela consta a classificação oficial dos diferentes períodos geológicos, suas subdivisões, bem como as idades absolutas conhecidas para cada fatia do tempo geológico.

**TABELA CRONOESTRATIGRÁFICA INTERNACIONAL**  
 www.stratigraphy.org Comissão Internacional de Estratigrafia v 2017/02

Formação / Formação / Série / Época	Andar / Idade	Idade (Ma) absoluta	Formação / Formação / Série / Época	Andar / Idade	Idade (Ma) absoluta	Formação / Formação / Série / Época	Andar / Idade	Idade (Ma) absoluta	Formação / Formação / Série / Época	Andar / Idade	Idade (Ma) absoluta
<b>Quaternário</b>											
<b>Neógeno</b>											
<b>Paleógeno</b>											
<b>Paleoceno</b>											
<b>Mesozóico</b>											
<b>Triássico</b>											
<b>Jurássico</b>											
<b>Devoniano</b>											
<b>Siluriano</b>											
<b>Ordoviciano</b>											
<b>Furongiano</b>											
<b>Cambriano</b>											
<b>Terreneuviano</b>											
<b>Arqueano</b>											
<b>Pré-Cambriano</b>											
<b>Hadaeano</b>											

As cores padrão são as adotadas pela Comissão do Mapa Geológico do Mundo (CGM/GSG).  
 Tradução para Português (BR) elaborada por I.S. Carvalho, J.A.C. Almeida e A.M.F. Barreto (2013) em colaboração com Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ), PLECELAB - Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Atualizada 2017/02. C. Zafra (Universidade Estadual de Campinas), K.M. Cohen (IUGS-ICS).

2 “Ma” é a abreviação convencional para o termo “milhões de anos”. Da mesma maneira, utiliza-se a abreviação “ma” (em letras minúsculas) para fazer referência a “milhares de anos”.

no Período Triássico (que vai de 250 a 200 Ma). Diversos afloramentos rochosos da Quarta Colônia preservam fósseis de rincossauros, de modo que esses fósseis nos permitem posicionar nosso patrimônio fossilífero em algum momento do Período Triássico. Esses fósseis, particularmente os que nos permitem datar as camadas de rocha, são chamados de fósseis-guia (Soares, 2015). Eles são uma espécie de calendário geológico e nos guiam através do tempo profundo (daí seu nome).

Figura 2: Dois exemplos típicos de fósseis-guia. À esquerda, um trilobita (Phacopidae) proveniente do Marrocos. Trilobitas são fósseis com ocorrência restrita à Era Paleozoica (541 – 252 Ma). À direita, crânio e mandíbula de um rincossauro (Hyperodapedontidae) proveniente do sul do Brasil. Rincossauros são fósseis restritos ao Período Triássico (252 – 201 Ma). Os espécimes estão fora de escala.

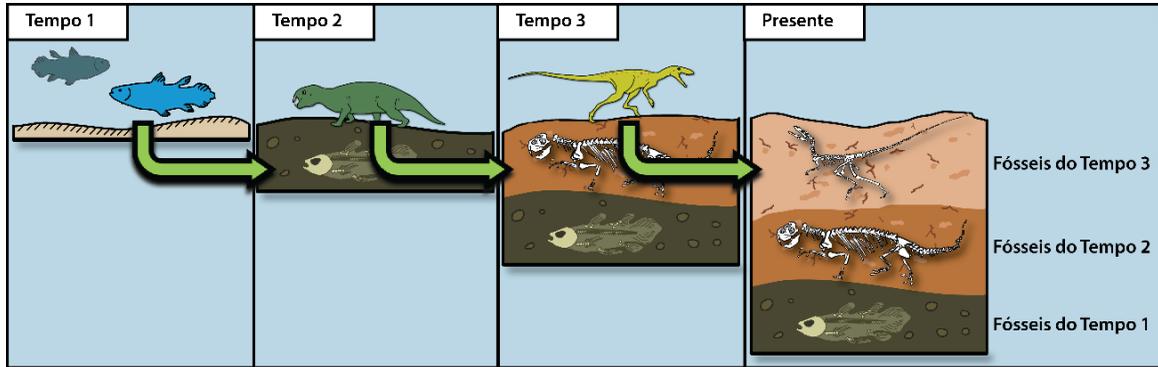


### *Datação relativa de fósseis*

Os fósseis não carregam uma estampa, nem um carimbo em que conste sua “data de fabricação”. Não há como coletar um fóssil em campo e, a olho nu, constatar qual sua idade específica em milhões de anos. Essa informação é oriunda de estudos específicos da área da Geocronologia, uma técnica particular que chamamos de **datação absoluta**. A datação a partir dos fósseis permite apenas determinar a antiguidade relativa das camadas de rocha (em outras palavras, quem é mais velho que quem). Por esse motivo, é também chamada de **datação relativa**. A datação relativa se baseia em um princípio geológico chamado Princípio da Superposição. Esse princípio postula que as rochas mais antigas sempre serão encontradas abaixo das rochas mais recentes (assumindo que as camadas de rocha analisadas não tenham sofrido deformação significativa).

A lógica do Princípio da Superposição das camadas de rocha fica mais fácil de ser compreendida a partir de um exemplo (Figura 3). Imagine um ambiente no passado no qual vivia um grupo particular de animais. Um lago, por exemplo. Com o passar do tempo, os diferentes rios que desembocam nesse lago carregam sedimentos (areia, lama) que vão soterrando esse lago junto com os animais que ali viviam. Essas camadas de sedimento se transformam em rocha e os animais que ali viviam se tornam em fósseis. Chamemos o tempo em que esse lago existiu, de Tempo 1. Suponhamos que uma vez que o lago tenha sido completamente assoreado, ele passe a se tornar parte uma planície, e que nessa planície vivam outros animais. Com o passar dos séculos, os sedimentos (lama e areia) carregados por sucessivas enchentes, ou episódios eólicos, vão se sobrepondo às camadas do Tempo 1 e soterrando os animais dessa planície. Esse processo se repete e, ao longo do tempo, diferentes camadas geológicas (Tempo 2, Tempo 3, e assim por diante) vão soterrando as camadas prévias, empilhando-se uma acima da outra. Cada camada preserva seus próprios registros de flora e fauna e estes nos permitem identificá-las. Desse modo, em nosso exemplo hipotético, sabemos que as camadas com peixes (Tempo 1), por estarem abaixo das camadas com rincossauros (Tempo 2) são relativamente mais antigas. E as camadas do Tempo 3, com dinossauros, por estarem acima das camadas do Tempo 2, são relativamente mais jovens. Ainda que não saibamos a idade exata dos estratos, essa percepção de quem é mais velho que quem permite categorizar os animais, plantas e rochas, em tempos relativos diferentes, do mais antigo para o mais recente. E foi a partir dessa noção que, na prática, cientistas das áreas de Paleontologia e Geologia criaram os primeiros esboços da tabela do tempo geológico, ainda no século XIX.

Figura 3: O Princípio da Superposição em um exemplo hipotético (veja o texto para uma explicação detalhada). Da esquerda para a direita, uma sucessão de ambientes, do mais antigo (Tempo 1) para o mais recente (Presente). As setas verdes representam o processo de soterramento dos animais que viveram a cada tempo. Repare que, no tempo Presente (extrema direita), as diferentes camadas de rocha ficam depositadas em ordem cronológica, de baixo para cima. As camadas mais próximas ao topo da seção estratigráfica representam os eventos de fossilização mais recentes (Tempo 3).



### Datação absoluta de fósseis

Ainda que a datação relativa dos fósseis seja uma prática fundamental no reconhecimento do tempo geológico e faça parte do cotidiano dos trabalhos de Paleontologia, ela por si só não permite reconhecer o tempo absoluto em que um determinado organismo fóssil viveu. Em outras palavras, ela não traz como resultado um valor numérico (X ou Y milhões de anos). Para obter essa resposta, é necessário empregar uma outra ferramenta da Geocronologia, a datação absoluta.

A datação absoluta se baseia especialmente em uma propriedade dos elementos químicos instáveis: o decaimento radioativo. Na natureza, existem alguns elementos que podem ocorrer em diferentes formas, chamadas de isótopos. E em alguns desses casos, determinados isótopos de um elemento podem ser instáveis, ou radioativos. Os isótopos instáveis tendem, com o passar do tempo, a emitir partículas, de modo a atingir uma configuração estável. A esse processo, dá-se o nome de **decaimento radioativo**. Uma propriedade fundamental, inerente a cada isótopo em particular, é que o tempo levado para atingir a forma estável é constante e específica para cada isótopo. Essa propriedade é chamada **meia-vida**. Em termos práticos, a meia-vida de um isótopo é o tempo necessário para que metade da massa de um isótopo instável se converta em isótopos estáveis.

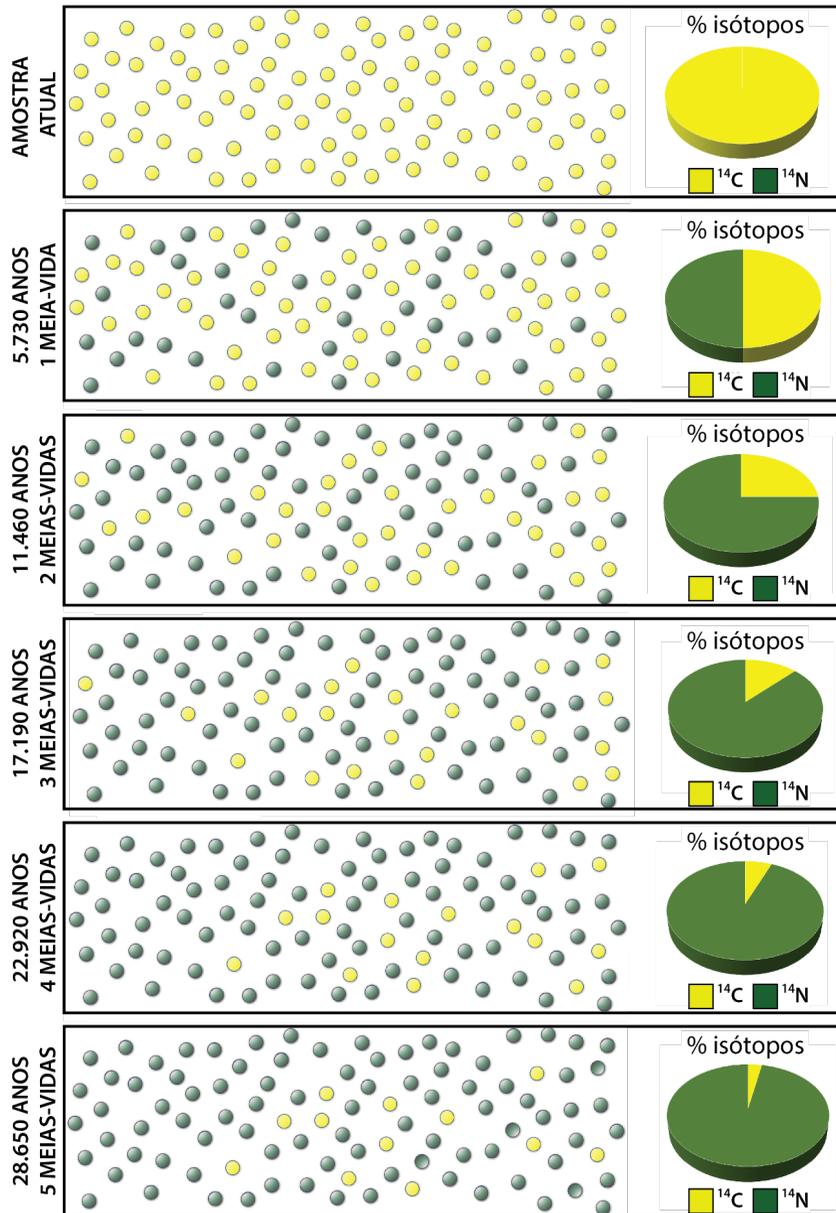
Um dos isótopos instáveis mais conhecidos é uma das formas instáveis do Carbono. Na natureza, a forma estável mais comum do átomo de Carbono é composta por 6 prótons e 6 nêutrons, totalizando uma massa atômica de 12u. Essa forma é conhecida por Carbono 12 ( $^{12}\text{C}$ ). Contudo, uma pequena parcela dos átomos de carbono ocorre naturalmente como uma forma instável, com 6 prótons e 8 nêutrons, totalizando uma massa atômica de 14u. Esse isótopo instável do Carbono é o famigerado carbono-14 ( $^{14}\text{C}$ ). A tendência natural do  $^{14}\text{C}$  é se converter em nitrogênio-14 ( $^{14}\text{N}$ ), uma forma estável. E o tempo de meia-vida para essa transformação é de 5.730 anos.

Pelo fato de os tecidos orgânicos dos animais e plantas incorporarem naturalmente átomos de carbono, tanto em sua forma estável  $^{12}\text{C}$  quanto na forma instável  $^{14}\text{C}$ , esse isótopo tem o potencial de permitir uma datação dos restos orgânicos. E isso é feito a partir da detecção do percentual entre a isótopo instável ( $^{14}\text{C}$ ) e sua forma estável ( $^{14}\text{N}$ ). Uma amostra em que 50% do conteúdo original de  $^{14}\text{C}$  tenha se convertido em  $^{14}\text{N}$  espontaneamente terá sofrido uma meia-vida, o que corresponde a uma idade de 5.730 anos (Figura 4). Passados mais 5.730 anos, ou duas meias-vidas (totalizando 11.460 anos), metade do conteúdo restante de  $^{14}\text{C}$  sofrerá seu decaimento radioativo, convertendo-se em  $^{14}\text{N}$ , e assim sucessivamente, sempre com uma meia-vida constante de 5.730 anos.

A detecção dos percentuais de cada isótopo em uma amostra é feita com o emprego de espectrômetros de massa, um equipamento de alta sensibilidade presente em laboratórios especializados. Na prática, o paleontólogo ou paleontóloga envia amostras a serem datadas a um laboratório específico, que as processa em um espectrômetro de massa, e retorna os dados de percentual de isótopos já convertido em uma idade absoluta, baseada na quantidade de meias-vidas passadas. Contudo, o método tem uma limitação importante. Voltemos ao nosso exemplo do carbono-14. Quanto mais meias-vidas passarem, menor será o percentual de  $^{14}\text{C}$  que se manterá incorporado na amostra, devido ao decaimento radioativo. No exemplo da Figura 4, por exemplo, passadas cinco meias-vidas, ou 28.650 anos, restará apenas 3,125% do  $^{14}\text{C}$  que existia originalmente na amostra. E, por mais precisos que sejam os espectrômetros de massa, existe um limiar mínimo que eles são capazes de detectar. Dessa forma, se as quantidades de  $^{14}\text{C}$  atingirem um percentual muito baixo (em amostras muito antigas, que sofreram muitas meias-vidas), elas se tornarão indetectáveis, na prática. Por esse motivo, o  $^{14}\text{C}$  pode ser empregado para datar amostras com no máximo 50 a 70 mil anos de idade. Amostras mais antigas que isso possuem quantidades tão pequenas de  $^{14}\text{C}$ ,

que mesmo os espectrômetros mais potentes são incapazes de detectá-las com precisão.

Figura 4: Representação esquemática do decaimento do carbono-14 ( $^{14}\text{C}$ , instável) em nitrogênio-14 ( $^{14}\text{N}$ , estável). A cada meia-vida (5.730 anos), metade da amostra existente de  $^{14}\text{C}$  se converte em  $^{14}\text{N}$ . A proporção entre esses dois isótopos, portanto, permite calcular a idade de uma amostra. Este exemplo ilustra um total de cinco meias-vidas, contabilizando 28.650 anos.



Isso, contudo, não inviabiliza a datação absoluta em amostras superiores a essa faixa de idade. Isto porque o carbono-14 não é o único isótopo instável a ocorrer na natureza. Do contrário, existe um verdadeiro buffet de formas isotópicas, cada qual com seus valores próprios de meia-vida. Alguns isótopos decaem extremamente rápido, em questão de segundos, mas alguns possuem meias-vidas extremamente longas. No caso da datação de idades geológicas, dois isótopos de urânio são de interesse particular: o urânio-235 e o urânio-238, que decaem respectivamente em chumbo-207 (meia-vida de 700 milhões de anos) e chumbo-206 (meia-vida de 4,5 bilhões de anos). O único porém desse método é que amostras orgânicas não tendem a incorporar naturalmente isótopos de urânio em seus tecidos. Dessa forma, não há como datar a matéria orgânica (ossos, por exemplo) a partir de isótopos de urânio e chumbo. A boa notícia é que existe um mineral em relativa abundância nos sedimentos, que incorpora naturalmente isótopos de urânio durante sua formação: o zircão.

Zircões são minerais que ocorrem com frequência em rochas ígneas (aquelas formadas a partir da solidificação do magma), sob forma de minúsculos cristais (em granitos, por exemplo, eles tendem a ter entre 0,1 e 0,3 milímetros). Quando se cristalizam, os zircões aprisionam pequenas quantidades de isótopos instáveis de urânio. Quando se cristalizam, com efeito, eles se tornam uma verdadeira jaula de isótopos: não permitem que nenhum átomo de urânio entre ou saia da amostra. Dessa forma, a única saída para os isótopos de urânio presos em um zircão é decair em um dos isótopos estáveis de chumbo, que ficam igualmente aprisionados dentro da amostra. Em rochas sedimentares<sup>3</sup>, que são aquelas formadas a partir do acúmulo de areia ou lama, por exemplo, os zircões ocorrem de forma detrítica, oriundos de rochas ígneas (que foram erodidas até se tornarem sedimento), ou são provenientes de acúmulos de cinzas vulcânicas. Desse modo, quando sedimentos recobrem uma amostra orgânica (um esqueleto de dinossauro, por exemplo), eles carregam consigo pequenos cristais de zircão. Quando estes sedimentos se convertem em rocha (consequentemente tornando o esqueleto um fóssil), eles aprisionam consigo estes pequenos zircões, que por sua vez carregam consigo os isótopos de urânio em pleno processo de decaimento. O papel do geólogo ou geóloga é justamente “pescar” esses zircões

---

<sup>3</sup> As rochas sedimentares são as rochas que preferencialmente preservam fósseis. Rochas ígneas e metamórficas não são boas candidatas à preservação de matéria orgânica, devido à alta temperatura e/ou pressão envolvidas na sua formação, que acaba destruindo quaisquer vestígios orgânicos que venham a ser incorporados por elas.

de uma amostra de rocha (um arenito, por exemplo) e, um a um, processá-los em um espectrômetro de massa, de maneira similar ao processo empregado na datação por  $^{14}\text{C}$ . A única diferença é que em vez de  $^{14}\text{C}$  e  $^{14}\text{N}$ , o alvo agora são os pares  $^{235}\text{U}$  e  $^{207}\text{Pb}$  (com meia-vida de 700 milhões de anos) e  $^{238}\text{U}$  e  $^{206}\text{Pb}$  (com meia-vida de 4,5 bilhões de anos). Baseados na porcentagem entre esses isótopos, portanto, é possível calcular a idade de rochas (e indiretamente, dos fósseis), com um alcance muito maior que a oferecida pelo  $^{14}\text{C}$ , da ordem de milhões a bilhões de anos.

## A idade dos fósseis da Quarta Colônia

Agora que compreendemos os processos de datação absoluta e relativa, vamos à questão que realmente interessa: onde os fósseis da Quarta Colônia se encaixam no tempo geológico? Em 2018, um grupo de paleontólogos de várias universidades do Brasil (incluindo a UFSM) e do exterior coletaram amostras de duas localidades da região central do Rio Grande do Sul (Langer et al. 2018). O objetivo era descobrir a idade, em milhões de anos, dos depósitos onde são encontrados os dinossauros do Sul do Brasil. Um dos locais escolhidos para empreender essa busca foi em Santa Maria, nas proximidades do Cerro da Alemoa, de cujas cercanias foram coletados fósseis de *Staurikosaurus* (descrito em 1970) e *Saturnalia* (descrito em 1999). A partir de zircões extraídos dessa amostra, enviados para análise no exterior, foram estimadas as proporções dos isótopos  $^{238}\text{U}$  e  $^{206}\text{Pb}$  e, com base nelas, os autores obtiveram uma idade máxima de 233,23 milhões de anos para a localidade.

No momento em que a idade absoluta dos fósseis do Cerro da Alemoa foi estimada, o processo de datação dos fósseis da Quarta Colônia se tornou muito mais simples. O fato é que, embora fósseis de *Saturnalia* e *Staurikosaurus* só tenham sido encontrados em Santa Maria até o momento, junto com eles ocorre um outro animal, muito mais abundante: o rincossauro *Hyperodapedon* (Figura 2). Lembra que algumas páginas atrás tínhamos discutido como os rincossauros são bons fósseis-guia para o Triássico? Pois bem: eles são o guia para conhecer a idade de alguns dos dinossauros coletados na região da Quarta Colônia (Figura 5), mais especificamente *Buriolestes* e *Gnathovorax*. Essas formas, assim como os dinossauros de Santa Maria supracitados, ocorrem sempre associados a rincossauros do gênero *Hyperodapedon*. Por esse motivo, para datar as rochas onde *Buriolestes* e *Gnathovorax* se preservaram, não precisamos mais “pescar” zircões, nem calcular percentuais de isótopos de urânio e chumbo.

Usando a ferramenta da datação relativa, o rincossauro *Hyperodapedon* carrega consigo a idade de 233,23 Ma. Logo, a única coisa que precisamos fazer, é procurar seus fósseis! Agora, a informação mais estupenda de toda essa história: segundo os registros conhecidos até o momento, estes quatro dinossauros (*Staurikosaurus* e *Saturnalia* de Santa Maria, e *Buriolestes* e *Gnathovorax*, da Quarta Colônia) despontam como os **dinossauros mais antigos do mundo!** De fato, apenas dois lugares do mundo até o momento brindaram espécies de dinossauros tão antigas: a região central do Rio Grande do Sul e o noroeste da Argentina, em uma formação geológica conhecida por Formação Ischigualasto. Os fósseis argentinos, que incluem formas como *Eoraptor* e *Herrerasaurus* (Figura 5) são inclusive ligeiramente mais jovens que os dinos gaúchos, com cerca de 231 Ma (Martinez et al. 2011). Mas para todos os efeitos, consideramos que as idades de ambas as localidades sejam equivalentes. Seja como for, isso traz uma possibilidade empolgante: haja vista que os dinos sul-americanos, gaúchos e *hermanos*, são os mais antigos do mundo, talvez o território que hoje é a América do Sul tenha sido o local onde esse grupo fantástico de animais ensaiou seus primeiros passos na jornada da Evolução, antes de dominar o planeta por todo o restante da Era Mesozoica.

Figura 5: Os primeiros dinossauros do planeta. À esquerda, os dinossauros brasileiros *Buriolestes* (acima) e *Gnathovorax* (abaixo). À direita, os dinossauros argentinos *Eoraptor* (acima) e *Herrerasaurus* (abaixo). As imagens estão fora de escala.



## Conclusão

O tempo é algo complicado de compreender. Ainda mais quando se trata da escala de tempo em que opera a Evolução Biológica, de milhões de anos. Por esse motivo, empregamos distintos artifícios para categorizar e ilustrar a vastidão do tempo geológico, a medida na qual estimamos a idade do nosso próprio planeta e de tudo o que vive (ou viveu) em sua superfície. Ler o tempo geológico, aquele tempo oculto nas rochas, no entanto, não é uma tarefa corriqueira. Ela demanda trabalho árduo e a integração de várias áreas do conhecimento. Da Geologia, para reconhecer os minerais passíveis de datação, bem como as camadas onde eles ocorrem; da Física e da Química, para compreender os processos de decaimento radioativo e reconhecer o tempo de meia-vida dos diferentes isótopos; da Matemática, para calcular as porcentagens, às vezes ínfimas, desses isótopos, em complexas equações para extrair a idade absoluta de dentro das rochas; e da Biologia, para reconhecer os organismos que permitem correlacionar as camadas a partir de datações relativas, para avaliar o significado evolutivo das diferentes associações fossilíferas. Essa jornada científica, de diferentes áreas entrelaçadas em prol de um objetivo em comum nos brinda por fim com um dado grandioso, uma constatação formidável: o patrimônio fossilífero da Quarta Colônia, de Santa Maria e da região Central do Rio Grande do Sul, nos confins mais austrais do Brasil, pode ter sido o berço dos animais mais famosos de toda a história da vida – os dinossauros.

## Referências

Carvalho, I. S. (ed.). 2010. *Paleontologia – Volume 1*. Editora Interciência, 756pp. 3ª edição.

Langer, M. C., J. Ramezani, and Á. A. S. Da Rosa. 2018. U-Pb age constraints on dinosaur rise from south Brazil. *Gondwana Research* 57:133–140.

Martinez, R. N., P. C. Sereno, O. A. Alcober, C. E. Colombi, P. R. Renne, I. P. Montañez, and B. S. Currie. 2011. A Basal Dinosaur from the Dawn of the Dinosaur Era in Southwestern Pangaea. *Science* 331:206–210.

Soares, M. B. 2015. Os fósseis e o tempo geológico. In: M. B. Soares (ed.) *A Paleontologia na Sala de Aula*. Editora Imprensa Livre, p. 103-128.

# CAPÍTULO 2

*por Suzane Bevilacqua Marcuzzo*

## **BICHO DO MATO DA COLÔNIA: SOMOS TODOS MATA ATLÂNTICA**

# BICHO DO MATO DA COLÔNIA: SOMOS TODOS MATA ATLÂNTICA

*Suzane Bevilacqua Marcuzzo<sup>1</sup>*

## Introdução

Quem chega à região central do estado do Rio Grande do Sul é envolvido pelo verde resplandecente das florestas que cobrem encostas e vales, trazendo encantamento e bem estar ao visitante. Essa é a região da Quarta Colônia de Imigração, conhecida por elementos que representam a história de seu território fortemente influenciada pela paisagem.

Essa paisagem conta a trajetória dos imigrantes entrelaçada pela fauna e flora da Mata Atlântica. As páginas dessa história nos mostram a esperança de um povo para viver em uma nova terra, sua terra, de promessa de abundância. Entretanto no novo lugar, a floresta e sua fauna desconhecidas, representaram temor e desafio, algo apenas a ser vencido mesmo antes de se ter tempo para entendido.

Quem chega de longe, com certeza busca saborear a típica gastronomia da região e a atmosfera de música, alegria e religiosidade. Contudo, essa região de belas encostas verdejantes também conta hoje sobre nossa pré-história, pois resguardaram ao longo do tempo fósseis do Período Triássico do sul do Brasil.

A Quarta Colônia é um território que guarda marcas de um passado com mais de 200 milhões de anos, representado por fósseis de variadas espécies de dinossauros e de florestas gigantes. E mais uma vez, o desconhecido retorna para a comunidade de imigração europeia e seus descendentes, contudo, hoje sem o temor, mas com a curiosidade de conhecer e entender tanta riqueza de patrimônio natural!

Por sua vez, muitas perguntas vêm à tona, entre elas: “Como se originou nossa floresta desde o período da megafauna? Ainda encontramos plantas daquele período na Mata Atlântica? Por que o chamado Bioma Mata Atlântica é tão importante?”

Para responder essas perguntas, busco nesse capítulo juntar as peças que a ciência nos oferece para desvendar o elo perdido entre o Período do Triássico Superior até o atual domínio da Mata Atlântica, bem como tratar da importância e o valor dos serviços

---

<sup>1</sup> Doutora em Engenharia Florestal, professora adjunto do curso de Gestão Ambiental/UFSM. E-mail: [smarcuzzo@gmail.com](mailto:smarcuzzo@gmail.com)

ecossistêmicos dessa floresta para todos nós.

## Desvendando a Floresta do Período Triássico

### *As grandes coníferas*

No período inicial do Triássico, a vegetação era caracterizada pela presença marcante de samambaias e plantas da família Cicadaceae (plantas como o sagu-de-jardim-*Cyca revoluta*). As plantas eram adaptadas para intensos períodos secos, com fecundação independente da água. Além disso, não havia grama (ela só surgiu no início da Era Cenozoica, há cerca de 65 milhões de anos). O clima do supercontinente da Pangeia durante o Triássico e grande parte da Era Mesozoica só tem comparativo moderno na Ásia, única grande massa de terra que conhecemos (PARRISH; CURTIS, 1982). Nessa região, o clima é monsonal, com invernos secos e frios, e verões quentes e úmidos.

Esse deve ter sido o cenário onde surgiram as primeiras coníferas, gimnospermas de grande porte, tão importantes durante o Mesozoico quanto os dinossauros. Entre essas coníferas pioneiras, estavam os ancestrais de famílias a qual conhecemos, como a Podocarpaceae e a Araucariaceae, a qual pertence uma espécie representativa no RS, o pinheiro brasileiro ou araucária, *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Ktze. (Figura 1).

Os representantes mais antigos da família foram identificados no final do Triássico. Um dos testemunhos desses eventos são as numerosas “florestas petrificadas”, encontradas em várias partes do globo em sedimentos dessa idade como na região central do RS nas cidades de Mata e São Pedro do Sul, onde foram identificados numerosos lenhos de *Araucarioxylon* sp., com até um metro de diâmetro e poros preenchidos por sílica (GUERRA-SOMMER et al., 2000).

Na Quarta Colônia, no município de Faxinal do Soturno, Dutra e Crisafulli (2002) registraram uma ocorrência ainda mais interessante confirma a presença das primeiras coníferas. Pequenos ramos e cones preservados pelo envolvimento por crostas de ferro mostram morfologias e estruturas típicas da família e das Podocarpaceae, a qual conhecemos hoje pelas espécies de pinheiro bravo (*Podocarpus lambertii* Klotzsch ex Endl.). Tal constatação e o achado desses fósseis sugerem que nosso território e a faixa correspondente na Argentina ocupavam naquela época uma posição geográfica não muito diferente daquela em que hoje se situam ou apenas um pouco mais deslocada para sul (SPALLETI et al., 2003). No final do Triássico, as coníferas eram representadas por 25

ordens (hoje seis) e 34 famílias, contra 14 modernas (DUTRA; STRANZ, 2003).

Os efeitos estressantes do clima daquele período parecem ter exercido um papel fundamental para a vida das araucárias e outras coníferas, capazes de viver em áreas um pouco mais elevadas, longe dos corpos d'água.

Por sua vez, os dinossauros herbívoros se alimentavam principalmente de samambaias e cavalinhas, nas áreas mais úmidas. Nas áreas secas, longe do litoral, comiam qualquer gimnosperma. Encaravam folhas, galhos e até cascas de árvores, que, embora pouco digestivas, eram tomadas por fungos e bactérias, que tornavam o alimento mais nutritivo.

### *Araucaria angustifolia: o elo perdido da pré-história*

Como parte do bioma da Mata Atlântica, um *hotspot* da biodiversidade global, a araucária abrigava uma variedade de palmeiras endêmicas, arbustos e árvores frutíferas, incluindo *Ilex paraguariensis*, cujas folhas são usadas no sul da América do Sul para produzir a popular bebida quente conhecida como mate (espanhol) ou chimarrão (português).

As árvores eram uma fonte crucial de alimento para pássaros, mamíferos e os primeiros habitantes nativos da região, que os arqueólogos chamam de proto-Jê do Sul. No outono, eles coletavam das árvores cones gigantes cheios de sementes nutritivas e ricas em amido, chamadas pinhão. A araucária ainda faz parte da cultura ritual dos sobreviventes do sul do Jês, dos povos indígenas Kaingang e Xokleng-Laklãnõ (SCHMITZ, 2009).

Figura 1- Espécies de famílias Araucaceae e Aquifoliaceae de ocorrência no Mesozóico, a esquerda, *Araucaria angustifolia*; a direita, *Ilex paraguariensis*.



Fonte: a autora.

Evidências arqueológicas recentes indicam que há quase 1.000 anos, os Jês do Sul ajudaram as florestas de araucária a se expandirem de sua distribuição natural limitada para cobrir quase todo o platô, mas não se sabe ainda como ou por que (NOELLI, 1999).

Na década de 1940, a madeira de araucária brasileira foi um dos principais insumos usados para reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial, e cerca de 100 milhões de árvores foram derrubadas entre 1930 e 1990. Atualmente, apenas entre 3 e 5% da extensão original da floresta permanece (SOS MATA ATLÂNTICA, 2019).

## **A fauna atual tem alguma relação com a megafauna do Triássico?**

### *Ancestrais dos mamíferos*

Os chamados dicinodontes são os parentes triássicos dos mamíferos. eram herbívoros e tinham tamanhos variáveis, mas a nova espécie encontrada com certeza era uma das maiores. Estima-se que a espécie *Lisowicia bojani* pesava cerca de nove toneladas e era tão grande quanto um elefante, considerado o mais jovem dicinodonte e o maior tetrápode terrestre do Triássico, excluindo os dinossauros (DZIK et al., 2008).

A descoberta do fóssil *Lisowicia bojani* é a primeira evidência de que dicinodontes gigantes que deram origem aos mamíferos viviam ao mesmo tempo que os primeiros dinossauros sauropodomorfos, que mais tarde se transformaram nos maiores animais que já habitaram a Terra, os famosos dinossauros “pescoçudos” (Sulej; Niedzwiedzki).

Havia quatro linhagens de mamíferos contemporâneas dos répteis gigantes. Todas sobreviveram.

A grande classe dos mamíferos surgiu no Triássico há pelo menos 220 milhões de anos, idade do fóssil mais antigo que se conhece. No fim do Cretáceo, a linhagem era bastante diversificada. Havia os placentários (como são popularmente conhecidos os eutérios), linhagem à qual pertence o *Homo sapiens*, assim como todos os primatas, roedores, morcegos, cetáceos e ungulados, entre outros (PIRES et al., 2018).

Havia também os marsupiais (ou metatérios), grupo que hoje acolhe gambás, cangurus e coalas. Eles dividiam o cenário com o grupo dos monotremados e, por fim, com o dos multituberculados (seu nome deriva do formato específico de seus dentes, com vários tubérculos). Sabendo-se que havia multituberculados, placentários e marsupiais, qual grupo de mamíferos foi mais severamente atingido no K-Pg? De qual linhagem sobreviveram

mais gêneros? Qual grupo apresentou o maior aumento de diversidade (maior especiação) nos milhões de anos imediatamente posteriores ao gargalo biótico? Qual grupo jamais se recuperou do cataclismo? Neste contexto, a América do Norte apresenta um registro fóssil com qualidade suficiente para esse tipo de estudo.

### *As Aves são Dinossauros?*

As aves modernas são o último ramo remanescente da árvore genealógica destruída dos dinossauros. Na paisagem infernal deixada pelo asteróide, o que terá dado vantagem aos antepassados das aves contemporâneas sobre os seus primos do Cretáceo? É um mistério difícil de resolver, tendo em conta a raridade de aves no registo fóssil. No entanto, alguns achados excepcionais, associados aos avanços na análise genética, começam a revelar como o impacto de Chicxulub moldou a história da origem das aves contemporâneas (BRUSATTE et al, 2015). Por sua vez, isso forneceu as primeiras pistas plausíveis de como as aves sobreviveram ao cataclismo e se multiplicaram até às mais de dez mil espécies existentes na atualidade.

A mais antiga raiz conhecida da árvore genealógica das aves é o *Archaeopteryx*, uma ave do tamanho de um corvo com 150 milhões de anos com uma combinação bastante reveladora de características (BAKKER, 1972).

Embora atualmente nenhuma ave tenha dentes, o *Archaeopteryx* possuía mandíbulas crivadas de dentes afiados. Tinha os membros anteriores equipados com garras e uma cauda longa e ossuda. Estas características que se foram perdendo nas aves, revelam laços próximos com os seus primos reptilianos. No entanto, no *Archaeopteryx*, encontram-se igualmente características de aves contemporâneas. Os seus fósseis mostram asas proeminentes cobertas por penas aerodinâmicas e uma fúrcula semelhante à de qualquer galinha (XU et al., 2014).

Após a sua descoberta, na década de 1860, a espécie foi aclamada como uma etapa de transição entre os dinossauros e as aves, mas poucos fósseis surgiram para preencher as lacunas da evolução e os pormenores sobre os seus antepassados e descendentes permaneceram na obscuridade. Isso mudou completamente em 1996, quando foi revelado o primeiro fóssil conhecido de um dinossauro com penas, sem qualquer parentesco com as aves. Datando de há quase 130 milhões de anos, o *Sinosauroptryx* prima foi uma descoberta especial, que mudou tudo entre as dezenas de espécies espetaculares extraídas

das formações rochosas chinesas do Cretáceo, sobretudo na província de Liaoning (BRUSATTE, 2012). Depois, emergiu um conjunto de dinossauros não-avícolas e de aves primitivas suas contemporâneas, frequentemente acompanhados por penas, escamas e pele, por vezes tão pormenorizadas que até conservam vestígios de pigmento. À semelhança do *Archaeopteryx*, muitos destes animais são combinações surreais entre a noção dominante de uma ave contemporânea e as imagens tradicionais que temos de um dinossauro predador.

Com penas escuras, o dinossauro não-avícola *Microraptor gui* provavelmente pairava entre os ramos das árvores utilizando as penas rígidas que possuía nos seus quatro membros. Ali perto, a ave primitiva *Longipteryx chaoyangensis* rodopiava junto dos cursos de água, capturando peixes com mandíbulas reptilianas repletas de dentes. E o *Anchiornis huxleyi*, um dinossauro cor de carvão com uma coroa de penugem castanho-avermelhada, andava pela floresta, incapaz de voar verdadeiramente devido às suas asas curtas com três garras (MICHELL; MAKOVICKY, 2014).

Apesar desta abundância de achados em Liaoning, os paleontólogos ainda debatiam lacunas no registo fóssil. Algum trabalho relacionado com o DNA situa a origem das aves contemporâneas nas profundezas do Cretáceo, com muitos dos grupos avícolas atualmente existentes surgindo numa fase inicial da cronologia. Isto implicava uma narrativa de sobrevivência, pois exigia uma linhagem de antepassados das aves contemporâneas capaz de sobreviver, de alguma forma, à extinção em massa (CLARK et al., 2005).

Por fim, fósseis encontrados na Antártida em 2005 acrescentaram ingredientes novos e excitantes à mistura: o achado revelava uma ave impressionantemente parecida com um pato contemporâneo e que viveu pouco antes do evento de Chicxulub. Julia Clarke, da Universidade do Texas, descreveu inicialmente a *Vegavis iaa* com base num fóssil datado de há cerca de 67 milhões de anos, imediatamente antes do impacte do asteróide. As análises anatómicas tradicionais e uma reconstrução digital dos ossos mostram que a *Vegavis* parecia possuir características no seu esqueleto que existem apenas nas aves atuais, indícios de que faz efetivamente parte de um ramo contemporâneo. Julia e a sua equipe inserem-na no mesmo grupo que inclui os patos e gansos atuais (KINGSLEY; ELIASON, 2018).

Em 2016, a mesma equipe examinou um segundo esqueleto mais completo de *Vegavis* e concluiu que o animal não só se parecia com um pato, como também grasnava como um pato. O fóssil contém o exemplar conhecido mais antigo de um órgão vocal denominado siringe, uma caixa de pio semelhante à das aves aquáticas atuais.

Uma observação mais próxima de ossos fragmentados, combinada com métodos mais avançados de análise genética, Prum et al., (2015), examinaram os genes de 198 espécies de aves existentes e calibrou os resultados, levando em consideração os mais recentes achados fósseis. A árvore genealógica pormenorizada das aves construída por eles sugere que apenas três grupos contemporâneos surgiram imediatamente antes do impacto do asteroide.

Em 2017, pesquisas revelaram que os dinossauros ovíparos não avícolas demoravam meses a incubar e a chocar os seus juvenis. Como muitas aves contemporâneas se costumam reproduzir depressa e atingir o estado adulto em poucos dias ou semanas, poderão ter tido vantagem competitiva no rescaldo do impacto do asteroide. Corpos menores, adaptações polares, regimes alimentares à base de sementes e, até o formato dos ninhos, poderão ter desempenhado papéis fundamentais na vida ou morte dos animais.

Assim, do período Triássico para os dias atuais temos uma riqueza incrível de aves na Mata Atlântica, de cores e plumagens variadas, danças de acasalamento, cantos e gorjeios de arranjos musicais que inspiram qualquer orquestra sinfônica (Figura 2)! E acreditem, nada é mais poético e necessário que ouvir os cantos das aves na primavera! Poetas como Gonçalves Dias, Tom Jobim, Villa-Lobos e Jorge Amado afirmaram ter escrito suas obras fortemente inspiradas pelo canto dos pássaros (FRISCH; FRISCH, 2005).

Figura 2- Aves da Mata Atlântica, da esquerda para direita: tangará, beija-flor, saíra sete cores e surucua amarelo.



Fonte: wikiaves.

Os primeiros registros sobre o esplendor das aves da Mata Atlântica são do século XVI, de Hans Staden, que descreve com detalhes as diferentes plumagens do guará (*Eudocimus ruber*); dos religiosos franceses Jean de Lery e André Thevet (LIMA, 2002), os primeiros a mencionar sobre a Jacutinga (*Aburria jacutinga*); e do padre jesuíta Fernão Cardim que chega a descrever com detalhes a dança de exibição nupcial dos tangará (*Chiroxiphia caudata*).

Essa biodiversidade representada em cores, cantos e danças é resultado da extensa amplitude latitudinal, longitudinal e altitudinal da Mata Atlântica (M.A) deu origem a uma grande heterogeneidade de ambientes que, por sua vez, resultou em uma farta disponibilidade de nichos ecológicos. Por sua vez, um fenômeno que influenciou decisivamente a formação da megabiodiversidade da M.A foi sua conexão pretérita e interação com outros ecossistemas sulamericanos, especialmente a Amazônia e os Andes (COSTA, 2003).

Diante dessa importância gigantesca, surge a pergunta: mas o que é a Mata Atlântica? Como essa floresta surgiu no Brasil?

## **Bioma Mata Atlântica**

A Mata Atlântica é uma das áreas de maior biodiversidade do planeta e número de espécies endêmicas. Apresenta uma imensa variedade de formações e um diversificado conjunto de ecossistemas florestais condicionados pelas características climáticas de cada região do Brasil a qual está presente. É um bioma de floresta tropical que abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil, leste do Paraguai e a província de Misiones na Argentina (JOLY et al, 2008).

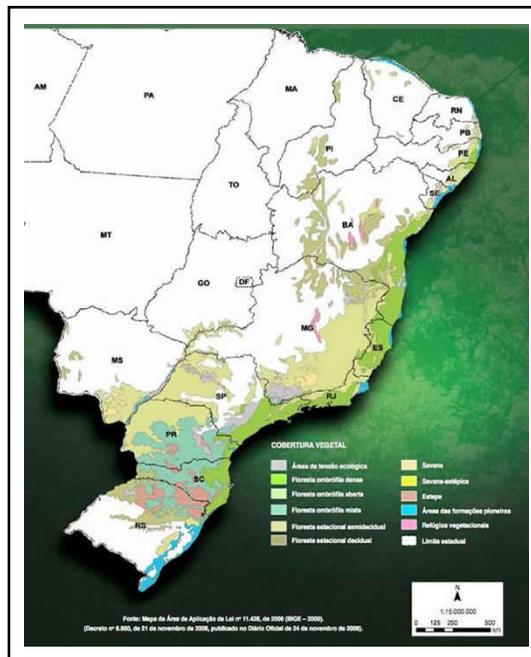
A Mata Atlântica espalha-se por 17 estados brasileiros (Figura 3), e se estendia por aproximadamente 1.300.000 km<sup>2</sup>, cobrindo 17 estados do território brasileiro (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe). Porém, por causa da ocupação desordenada do território, ao longo de séculos, só 8,5% da sua área ainda se encontram cobertos por trechos significativos de floresta. Das espécies ameaçadas de extinção, no país, 2/3 concentram-se nessa região (CARVALHO, 2011).

Segundo dados do MMA, 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes habitam este bioma, que considerado como a quinta área mais rica em espécies endêmicas do mundo. Não é incomum a descoberta de novas espécies: recentemente, foram descobertas a rã-de-alcatrâses, a rã-cachoeira, os pássaros tapaculo-ferrerinho e bicudinho-do-brejo, os peixes *Listrura boticario* e o *Moenkhausia bonita*, e o mico-leão-de-cara-preta. Além de ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, abriga aproximadamente 120 milhões de brasileiros em seus domínios (SOS MATA ATLÂNTICA, 2019).

Estima-se, ainda, que existem cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil) espalhadas pelas diversas formações florestais tropicais que formam a Mata Atlântica (Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude (BACKES; IRGANG, 2004).

Além disso, a área de domínio da Mata Atlântica compreende oito bacias hidrográficas, responsáveis pelo abastecimento de 70% da população brasileira. Lá estão os rios Paraná, Uruguai, São Francisco, Parnaíba, as bacias do Atlântico Sudeste, Atlântica Sul, Atlântico Leste, Atlântico Nordeste Oriental, e o Aquífero Guarani.

Figura 3- Distribuição do Bioma Mata Atlântica ao longo dos estados brasileiro



Fonte: RBMA, 2020.

A história da Mata Atlântica é antiga, do período de quando os Continentes Africanos e Sul Americanos ainda estavam reunidos, a partir de 150 milhões de anos atrás esses dois continentes começaram a se separar e construir o ambiente o qual hoje se situa a MA. Ela é a avó das florestas do mundo, resistiu há duas eras glaciais (LEITE et al., 2016).

O principal condicionante de sua existência é o clima, que é determinado ao longo do litoral brasileiro pela umidade que vem do oceano atlântico, sua influência dá principalmente através da formação de bolsões de umidade e calor que penetram no continente arrastados pelas correntes atmosféricas e criam condições para o desenvolvimento da floresta. Esses bolsões são influenciados pelo relevo e suas serras, chapadas e tabuleiros, onde o ar quente e úmido se encontra às serras e as montanhas, resfria-se rapidamente, formando nebulosidade que gera precipitação por chuvas ou neblina.

A biodiversidade da mata atlântica foi aumentando por uma série de sequências de mudanças climáticas (glaciações), bem como a ampliação das áreas costeiras, um clima mais seco e frio e água em abundância. Seu alto grau de endemismo se deve a muitos fatores, incluindo refúgios do Pleistoceno, introgressões marinhas e atividade tectônica, as quais moldaram a atual distribuição de linhagens de espécies de fauna e flora (TOMÉ et al., 2014).

### *A floresta da Quarta colônia é Mata Atlântica?*

O bioma Mata Atlântica apresenta uma variedade de formações florestais, entre as já anteriormente citadas, encontramos a Floresta Estacional Decidual, chamada de Mata Branca, devido sua fisionomia está associada às variações térmicas onde as baixas temperaturas de inverno determinam a queda foliar do estrato superior da floresta que atinge mais de 50%, uma estratégia fisiológica para economia energética. Esta queda foliar, tão significativa durante a estação mais fria do ano, faz parte de um processo de hibernação, provavelmente acionado através de reações hormonais. Não se pode descartar a hipótese de que este fenômeno repouse suas causas primárias na arraigada adaptação das espécies a seus gradientes ecológicos históricos e se constitua em testemunha dos processos evolutivos da cobertura vegetal. Evolução está vinculada às mudanças paleoclimáticas ocorridas no continente sul-americano (AB'SÁBER, 1977).

Segundo Leite e Klein (1990) podem ser definidos cinco estratos na estrutura organizacional da Floresta Estacional Decidual do Rio Grande do Sul: um emergente, descontínuo, quase integralmente composto por árvores decíduais com até 30 m de altura,

como grápia (*Apuleia leiocarpa*), angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*), louro-pardo (*Cordia trichotoma*), maria-preta (*Diatenopteryx sorbifolia*), pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum*) e canafístula (*Peltophorum dubium*), além de outras, em geral não tão freqüentes. O segundo estrato apresenta copagem bastante densa e, em geral, predomínio de árvores perenifolias com alturas em torno de 20 m. Dele fazem parte, principalmente lauráceas e leguminosas, sendo a canela-fedida (*Nectandra megapotamica*) a espécie mais representativa.

O terceiro estrato, o das arvoretas, geralmente está formado por grande adensamento de indivíduos pertencentes a poucas espécies, das quais umas são próprias deste estrato e outras encontram-se em desenvolvimento para os estratos superiores.

Dentre aquelas características do estrato, destacam-se, pela maior freqüência: o cincho (*Sorocea bonplandii*), a laranjeira-do-mato (*Gymnanthes concolor*) e o catiguá (*Trichilia clausenii*). Para o estrato arbustivo, além de representantes jovens de espécies dos estratos superiores, distinguem-se como características, diversas espécies dos gêneros Piper e Psycotria, cujos indivíduos misturam-se a adensadas touceiras de criciúma (*Chusquea ramosissima*).

Finalmente, tem-se um estrato herbáceo bastante denso e com variadas formas de vida, onde predominam, com freqüência, pteridófitas e gramíneas pertencentes aos gêneros Pharus e Olyra. O estrato herbáceo em terrenos úmidos é constituído, geralmente, pelo gravatá (*Bromelia balansae*) e (*Bromelia antiacantha*).

A floresta é um organismo vivo e sempre em evolução. A luta pela luz molda o mundo vegetal e as plantas têm diferentes estratégias para captar a luz que se apresenta em regime de luz diferentes sob influência de vales, encostas e diferentes formas de vida vegetal, resultando em diferentes constituintes de resinas, seivas, químicos voláteis e compostos por espécie. Dentre todas estas espécies, existem diversas com incrível potencial alimentício e de propriedades bioativas negligenciadas pela maioria da população, incluindo os residentes da região da Quarta Colônia. Estas plantas e suas interações devem ser valorizadas e seu uso multiplicado pela população.

As gigantes da Mata Atlântica precisam de luz direta do sol, por isso aprenderam a investir toda sua energia no crescimento, para só depois de alcançar o dossel tratar de aumentar seu diâmetro. Entre as árvores altas da floresta que devem ser conhecidas está a grápia (*Apuleia leiocarpa*), uma espécie muito explorada pela sua madeira de lei, mas com importância muito superior, como suas flores melíferas serem visitadas um diversas espécies

de abelhas nativas, seu fruto tipo legume indeiscente ser apreciado por bugios, macacos pregos, serelepes e maritacas. Ainda, sua casca apresenta propriedades depurativas, analgésicas e antiinflamatórias. Recentemente, estudos apontam como a espécie que a harpia (*Harpia harpyja*) utilizada para nidificar, devido seu porte e estrutura de copa.

Outra gigante da floresta que merece destaque é a Cabreúva (*Myrcarpus frondosus*), uma árvore frondosa como seu próprio nome refere, mas também muito importante por sua casca apresentar um óleo essencial usado como antiinflamatório e no combate de bronquite e asma. Além disso, sua madeira é usada para reservatório de bebidas destiladas.

A canjerana (*Cabralea canjerana*) também apresenta aspectos muito importantes para o extrato superior da floresta, pois seu fruto é apreciado por muitas espécies de aves e pequenos mamíferos como os macacos-prego, também servem como inseticidas para uso pelo homem. De sua casca é possível extrair corante e apresenta bioativos que atuam como purgativo. Esta espécie é abundante na região da Quarta Colônia e sua madeira esteve presente nos telhados dos primeiros imigrantes da região.

Como um último exemplo dentre tantas espécies fantásticas que devem ser reconhecidas como tal, temos a corticeira-da-serra (*Erythrina falcata*). O néctar de suas flores é fonte de alimento para beija-flores e o chá de suas pétalas é recomendado para alívio do reumatismo. De sua casca, ricas em alcaloides, flavonoides, taninos, glicosídeos antraquinônicos e pequena quantidade de óleo essencial e saponinas, faz-se compressas em feridas e úlceras.

Tomando carona nas grandes senhoras da floresta, estão as epífitas e suas centenas de variações. Sua forma, sua localização e sua tática de reprodução foi aprendida em um longo processo de evolução.

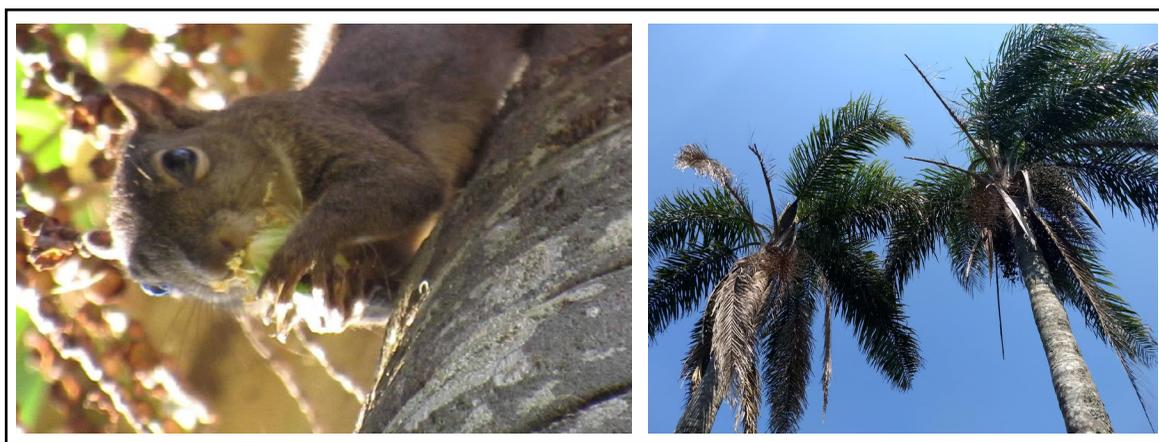
Na sombra do segundo andar, encontramos palmeiras como o jerivá ou coquinho do mato (*Syagrus romanzoffiana*), uma das árvores que se apresentam como uma alternativa aos animais frugívoros, pois sua frutificação mais intensa compreende os meses que vão de março a agosto. Os frutos do jerivá são consumidos por uma gama de animais, principalmente mamíferos, como antas (*Tapirus terrestris*), macacos-prego (*Cebus apella*), bugios (*Alouatta guariba* e *Alouatta fusca*). O jerivá é, ainda, item alimentar imprescindível para serelepes (*Sciurus ingrami*), cachorros-do-mato (*Cerdocyon thous*) e lagartos teiú (*Tupinambis merianae*).

As espécies de roedores de pequeno porte consomem muito os frutos, onde seu tecido carnoso do fruto age como atrativo para esses animais, além de afirmar que estes

têm grande potencial para dispersores de sementes (Figura 4).

Não é à toa essa preferência, pois os frutos de jerivá são ricos em ômega 3, 6 e 9, além de possuir elevado teor de vitaminas A e C. Entre toda a fauna consumidora do jerivá, o nosso esquilinheiro brasileiro, o serelepe (*Sciurus ingrami*), é o mais voraz. Sua gula traz um benefício fantástico para este tipo de palmeira pois o roedor possui comportamento de enterrar sementes e frutos do jerivá, fato que pode contribuir para dispersão e germinação da espécie.

Figura 4- Exemplo de frugivoria em espécies da Mata Atlântica: consumo de frutos da palmeira jerivá por serelepe.



Fonte: a autora

Algumas plantas arbustivas produzem repelentes de insetos, outras investem energia na produção de folhas sem se importar com a proteção se deixam devorar e produzem mais e mais folhas. Em folhas de quina-quina (*Coutarea hexandra*) estão presentes flavonóides e cumarinas que atuam como antimalárico, antiinflamatório e antinociceptivo.

No chão da floresta, espécies de bromélias terrestres ornamentam o caminho. A bananinha-do-mato (*Bromelia antiacantha*) possuem flores avermelhadas que atraem insetos e beija-flores, e seus frutos apresentam propriedades expectorantes, popularmente usados nos tratamentos de asma e bronquite, um doce e saboroso remédio.

A forma das plantas conta a história de cada trecho da floresta, e tudo fica registrado nos meandros mais ou menos tortuosos dos galhos das árvores. Como as pessoas, as plantas também ficam marcadas pelas suas histórias de suas vidas e pelo ambiente onde ela transcorreu.

A necessidade e a floresta vão desenhando os animais que só depois irão desenhar a floresta. Suas necessidades de defesa, diferentes estratégias de alimentação e acasalamento levaram ao desenvolvimento de capacidades especiais de visão, adaptação de formas e cores ao ambiente. As formas diversas de vocalização ao desenvolvimento de aptidões físicas especializadas e finalmente ao domínio dos diferentes níveis da floresta por diferentes animais.

O macuco (*Tinamus solitarius*), ave ameaçada de extinção, vivem no solo das florestas, usando as asas apenas como recurso de emergência. E como no solo há ainda mais predadores que no alto das árvores, teve que se transformar em um mestre da sutileza e do cuidado. Estudos indicam que até seu pio pode ter sido alterado ao longo da evolução para aumentar seu arsenal de medidas defensivas. Hoje seu som se propaga de tal forma que só outro macuco pode localizar com precisão de onde ele partiu.

Assim a floresta se organiza, o chão é para os muito atentos ou fortes, o nível médio, a vida no labirinto nos troncos e nos galhos requer agilidade e leveza, em cima, no mundo das extremidades flexíveis das folhas, galhos e frutos, passos extras precisaram ser desenvolvidos, e os predadores de cada grupo em processo paralelo de evolução foram adaptando seu porte e suas aptidões para continuar sobre eles.

E os homens? Também fazem parte e dependem dessa ciranda de cores, sabores, aromas, sons e cura. Dependem de uma forma tão intensa que o afastamento da natureza ocasiona no homem alterações fisiológicas evidenciadas em taxas de cortisol e citosinas e indicativos epidemiológicos. A visão do verde e seu contato melhora o organismo humano ao combate de inflamações e a biomecânica da pélvis no ato de caminhar na natureza.

E nossas crianças? Estudos apontam que é necessária a presença da criança na natureza para desenvolver conexões neurais e sociabilidade, bem como para a desenvolver a imunidade. Ainda, crianças com menos contato com a luz natural têm maior probabilidade de apresentar miopia. E não são apenas os aspectos físicos que preocupam. Pesquisadores da Universidade Cornell, em Nova York, chegaram à conclusão de que crianças em contato com a natureza sofrem menos ansiedade, menos depressão e têm mais autoestima. As que observam animais e plantas também têm chances menores de apresentar déficit de atenção e hiperatividade (LOUV, 2016).

Há dados impressionantes mostrando como alunos de escolas baseadas no meio ambiente se saem melhor em testes tradicionais e desenvolvem melhor a capacidade de ter um

pensamento crítico, de solucionar problemas, de tomar decisões, entre outras características cognitivas.

Pesquisas mostraram que crianças brincando em ambientes naturais tinham uma propensão muito maior de inventar seus próprios jogos, de convidar outras crianças para a brincadeira, inclusive crianças de outras idades e outros gêneros, e de brincar de uma maneira mais cooperativa (PELLEGRINI; SMITH, 2005).

Nessa perspectiva o papel da escola é muito importante, uma vez que pode conduzir a criança e seu responsável a experimentar a natureza por meio do processo aprendizagem de uma forma natural e saudável. A incrível multiplicidade de sinais, cores, texturas, aromas e formas, bem como todos os processos naturais que servem de base para diversos segmentos do ensino.

A natureza presente na nossa Mata Atlântica é o palco da vida com infinitas possibilidades de descobertas onde a aprendizagem pode acontecer de várias formas e perceber que faz parte daquele espaço.

Todos nós precisamos e fazemos parte desse mato! Essa incrível floresta do bioma Mata Atlântica na Quarta Colônia, só falta abrir os olhos e se deixar levar pelo ar puro, o som da cachoeira e o verde da paisagem.

## Referências bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios morfoclimáticos da América do Sul**. Primeira aproximação. Geomorfologia, São Paulo, v. 52, p. 1-22, 1977.

BAKES, P.; IRGANG, B. **Mata Atlântica- as Árvores e a Paisagem**. Editora Clube da Árvore, 2004.

BAKKER, R.T. Anatomical and ecological evidence of endothermy in dinosaurs. **Nature**, v.238, 1972, pp. 81-85.

BRUSATTE, S.L. **Dinosaur Paleobiology**. Ed. Wiley-Blackwell, Hoboken, NJ, 2012.

BRUSATTE, S.; O'CONNOR, J. K.; JARVIS, E.D. The Origin and Diversification of Birds. **Current Biology**, v. 25, n. 19, 2015, p. 888-898.

CARVALHO, C. D. Áreas de endemismo. In: CARVALHO, J. B; ALMEIDA, E. A. B (Orgs) **Biogeografia da América do Sul: Padrões e Processos**. São Paulo: Roca, 2011.

CLARKE, J.A.; TAMBUSI, C.P.; NORIEGA, J.I.; ERICKSON, G.M. KETCHAM, R.A. Definitive fossil evidence for the extant avian radiation in the Cretaceous. **Nature**, v. 433, 2005, p. 305-308.

COSTA, L. P. The historical bridge between the Amazon and the Atlantic Forest of Brazil: a study of

- molecular phylogeography with small mammals. **Journal of Biogeography**, v. 30, n.1, 2003, p. 71-86.
- DUTRA, T. L.; CRISAFULLI, A. Primeiro registro de uma associação de lenhos e ramos de coníferas em níveis do Final do Triássico Superior no Sul do Brasil (Bacia do Paraná, Formação Caturrita) In: VIII Congresso Argentino de Paleontologia y Bioestratigrafía, Corrientes, Argentina. **Resúmenes**, 2002, p. 32.
- DUTRA, T. L.; STRANZ, A. História das Araucariaceae: a contribuição dos fósseis para o entendimento das adaptações da família no Hemisfério Sul, com vistas a seu manejo e conservação. In: RONCHI, L. H.; COELHO, O. G. W. (org.). **Tecnologia, Diagnóstico e Planejamento Ambiental**. 1 ed. São Leopoldo, v. 1, 2003, p. 293-351.
- DZIK, J.; SULEJ, T.; NIEDŹWIEDZKI, G. Dicynodont-Theropod Association in the Latest Triassic of Poland. **Acta Palaeontologica Polonica**. V.53, n.4, 2008, p. 733-738.
- FRISCH, J. D.; FRISCH, C. D. **Aves Brasileiras e plantas que as atraem**. Editora Dalgas Ecolltec, 2005, 480 p.
- GALINDO-LEAL, C.; GUSMÃO, I. The Atlantic Forest of South America: Biodiversity Status, Threats, and Outlook. Island Press, 2003.
- GUERRA-SOMMER, M.; CAZZULO-KLEPZIG, M.; IANNUZZI, R. As floras triássicas do Rio Grande do Sul: Flora Dicridium e Flora Araucarioxylon. In: HOLZ, M.; de ROS, L. F. (eds) **Paleontologia do Rio Grande do Sul**. UFRGS/CIGO, Porto Alegre, 2000, p. 85-106.
- JOLY, C.A. et al. Florística e fitossociologia, em parcelas permanentes, da Mata Atlântica do sudeste do Brasil ao longo de um gradiente altitudinal. **Biota Neotropica**, v.12, n.1, 2012.
- KINGSLEY, E.; ELIASON, C. Identity and novelty in the avian syrinx. **PNAS**, v. 115, n. 41, 2018.
- LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: IBGE: **Geografia do Brasil; região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1990.
- LEITE, Y. L. R. et al. Neotropical forest expansion during the last glacial period challenges refuge hypothesis. **PNAS**. v. 113, n. 4, p. 1008-13. 26 jan. 2016.
- LOUV, R. **A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de atenção**. Editora Aquariana, 2016, 400 p.
- MITCHELL, J.S.; MAKOVICKY, P.J. Low ecological disparity in Early Cretaceous Birds. **Proc. Biol. Sci.**, 281, 2014, p. 06-08.
- NOELLI, F. S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.3, p. 285-302, 1999.
- PARRISH, J.T.; CURTIS, R.L., 1982. Atmospheric circulation upwelling and organic-rich rocks in the Mesozoic and Cenozoic Eras. **Palaeogeogr., Palaeoclimatol., Paleoecol.**, v.40, 1982, p.31-66.
- PELLEGRINI, A. D.; SMITH, P. K. (Eds.). **The nature of play: Great apes and humans**. Guilford Press. 2005.
- PEREIRA, A.B. Mata Atlântica: uma abordagem geográfica. **Nucleus**, v.6, n.1, 2009, p. 27-52.
- PIRES, M. M.; RANKIN, B. D.; SILVESTRO, D.; QUENTAL, T. B. Diversification dynamics of mammalian clades during the K-Pg mass extinction. **Biology Letters**, v, 14, n. 9, 2018.

- POR, F. D. **Sooretama**. The Atlantic Rain Forest of Brazil. SPB Academic Publishing, The Hague, 1992, 130p.
- PRUM, R. O.; BERV, J. S.; DORNBURG, A.; FIELD, D. A comprehensive phylogeny of birds using targeted next-generation DNA sequencing. **Nature**, v.526, 2015.
- SCHMITZ, P. I. Povos indígenas associados à Floresta com Araucária. In: Fonseca, C. R.; Souza, A. F.; Leal-Zanchet, A. M. et al. **Floresta com Araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável**. Ribeirão Preto: Holos, editora, 2009, 328 p.
- SCUDELLER, V.V. **Análise fitogeográfica da Mata Atlântica, Brasil**. Tese de Doutorado, PG Biologia Vegetal, IB, UNICAMP, 2002.
- SINGER, D.; SINGER, J. Handbook of Children and the Media. New York: Sage, 2002.
- SPALLETI, L. A.; ARTABE, A.; MOREL, E. Geological factors and Evolution of Southwestern Gondwana Triassic Plants. **Gondwana Research**, v. 6, n. 1, 2003, p. 119-134.
- SOS MATA ATLÂNTICA. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica: 2017-2018. Editado SOS Mata Atlântica, 2019.
- SULEJ, T.; NIEDZWIEDZKI, C. An elephant-sized late Triassic synapsid with erect limbs. **Science**, v.363, n.6422, 2019, p. 78-80.
- THOMÉ, M. T. C. et al. Barriers, rather than refugia, underlie the origin of diversity in toads endemic to the Brazilian Atlantic Forest. **Molecular Ecology**. v. 23,24, p. 6152-64. 24 nov. 2014.
- XU, X.; ZHOU, Z.; DUDLEY, R.; MACKEM, S.; CHUONG, C. M.; ERICKSON, G.M.; VARRICCHIO, D.J. Na integrative approach to understanding bird origins. **Science**, v. 346, 2014.

# **CAPÍTULO 3**

*por André Luis Ramos Soares*

## **PRIMEIROS HABITANTES DA QUARTA COLÔNIA: OS POVOS TRADICIONAIS**

# PRIMEIROS HABITANTES DA QUARTA COLÔNIA: POVOS TRADICIONAIS

André Luis Ramos Soares<sup>1</sup>

## Introdução

O presente texto é, ao mesmo tempo, informativo e uma provocação aos docentes e ao público interessado em uma das áreas mais desconhecidas em seus aspectos formais, a Arqueologia. Para além de enfatizar que a maior parte dos personagens popularmente conhecidos como “arqueólogos” são uma versão romantizada da profissão (como Indiana Jones ou Lara Croft), é importante destacar que praticamente em todos os municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil tem sítios arqueológicos, pré-históricos ou históricos. Comumente atribuídos aos “indígenas”, neste texto pretendemos apresentar a diversidade de sociedades humanas anterior a colonização europeia e os distintos artefatos que representam estas culturas. Este capítulo é resultante da palestra durante a IIª Jornada de Educação Patrimonial do Geoparque Quarta Colônia.

## A Arqueologia

A disciplina de arqueologia, comumente confundida com paleontologia, possui poucos pontos em comum. Enquanto a Paleontologia trata dos registros de animais fósseis deixados nas camadas geológicas, a arqueologia trata do estudo das sociedades humanas através de seus objetos ou intervenções na natureza, também chamados de Cultura Material. O ponto de convergência entre as duas ciências encontra-se nas ocupações humanas mais antigas do Brasil, onde seguramente os primeiros habitantes conviveram com animais já extintos, como a preguiça gigante (*Megatherium americanum*), o tatu gigante (*Doedicurus clavicaudatus*), o tigre de dentes de sabre (*Smilodon populator*), entre outros exemplares da megafauna, mamíferos de grande porte extintos após a chegada das sociedades humanas nas Américas. Uma definição simples de arqueologia pode ser resumida como a ciência que estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Departamento de História, Coordenador da Cátedra Unesco em Fronteiras e Migrações, UFSM. E-mail: [alrsoaressan@gmail.com](mailto:alrsoaressan@gmail.com)

As principais discussões sobre o que seja Arqueologia derivam dessa ambivalência, ou seja, do fato de que tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos. (Funari, 1988).

### *As sociedades tradicionais*

Ao contrário do usual, aqui utilizaremos sociedades tradicionais ou povos tradicionais indígenas para tratar de diversas sociedades anteriores a invasão da América pelos europeus. Reproduzir o erro de Cristóvão Colombo que acreditou chegar às Índias pelo oriente, denominou como índios a todos os habitantes do continente (ao contrário de indianos, que seria também mais correto). Comunidades tradicionais diz respeito aos habitantes que estavam presentes no Brasil antes da chegada dos europeus, regidos por leis, costumes e práticas baseadas na oralidade, na tradição e nos modelos oriundos dos antepassados. De acordo com o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu artigo 3º, estes são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6.040. “on line”)

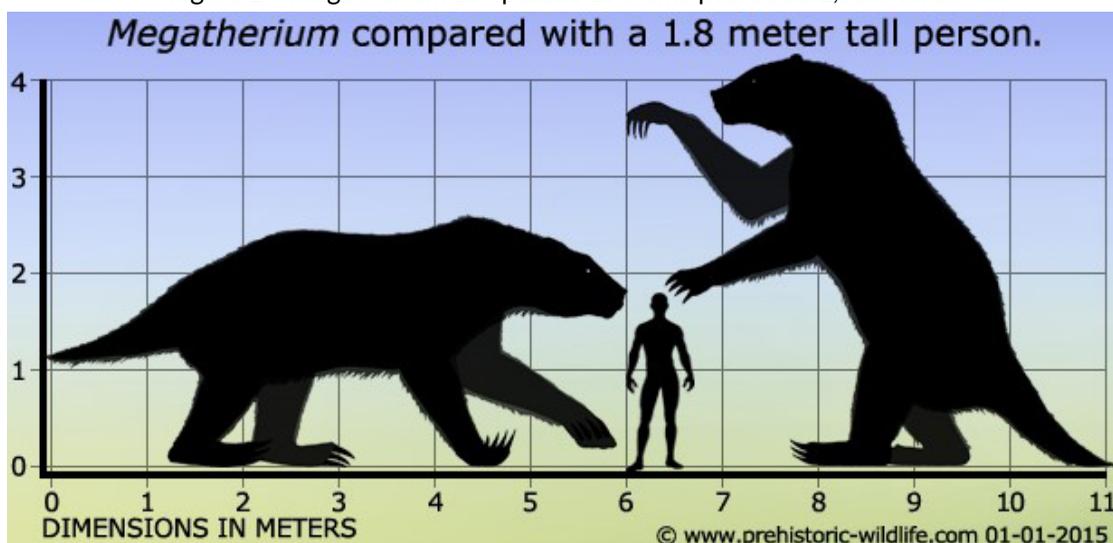
Então, mais importante que pensarmos os grupos humanos através de suas “tradições arqueológicas”, muito melhor é pensarmos que são sociedades humanas, muitas delas no passado, ao qual não sabemos seus nomes, língua, cultura, porque desapareceram antes do contato com os europeus e qualquer registro escrito. Desta forma, ao nominar estes grupos, estamos tentando caracterizar as sociedades pelos restos materiais que chegaram até nós, e, a partir daí, tentamos deduzir algumas coisas, como sua economia, demografia, etc.

### *Caçadores coletores antigos*

Como dito no início deste capítulo, há um ponto de convergência entre a paleontologia e a arqueologia, que são os povos caçadores que conviveram com a megafauna (Figura 1). Os únicos objetos que chegaram até os arqueólogos são artefatos de pedra lascada e algumas pontas de projéteis, uma vez que as ocupações mais antigas no Estado do RS remontam a 12

mil anos atrás.

Figura 1 – Megatherium comparado com uma pessoa de 1,80 metros.



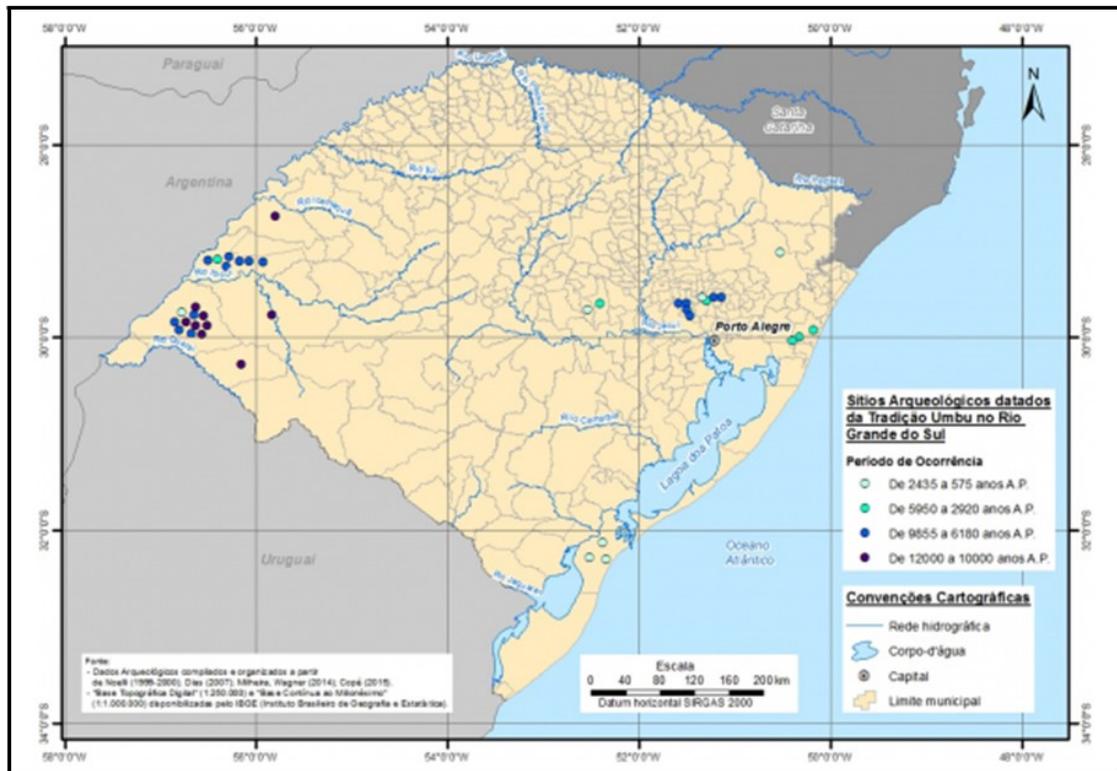
Fonte: <http://www.prehistoric-wildlife.com/species/m/megatherium.html>

Desta forma, todos materiais orgânicos, como peles, ossos, dentes, conchas, fibras vegetais, e todo o resto que deveriam utilizar, não sobreviveu a ação do tempo. Quando afirmamos que são *Caçadores e coletores*, estamos inferindo que as pontas de pedra, provavelmente pontas de flecha, ou lança, deveriam ser parte de um conjunto de objetos para caça e defesa, do qual sobrou somente isto. Também é necessário dizer que estes povos viviam em sociedades organizadas, muito provavelmente com alguma liderança para as atividades cotidianas, que incluía a coleta de frutas, folhas, flores e raízes comestíveis.<sup>2</sup>

Embora não tenhamos certeza da continuidade destes grupos caçadores da Megafauna, o fato é que outras datações mais recentes apontam para outros grupos caçadores e coletores, com datações mais recentes, que variam entre 8.000 anos atrás até 1.000 anos atrás. Estes caçadores já foram chamados de “especializados”, uma vez que o conjunto de pontas de flecha são muito similares entre si, e assim permitiu uma classificação tecnológica destes artefatos, chamados de “tradição Umbú”. Neste caso, a presença destas pontas de flecha em pedra nos permite afirmar a presença destes indígenas, ao qual não sabemos a etnia, a língua, a cultura, mas sabemos que compartilham a mesma forma de talhar e lascar as pedras, dispersos por todo o estado do RS (Figura 2).

<sup>2</sup> Gosto de lembrar as pessoas que nós também comemos flores (brócolis é só um exemplo, não existia na época), raízes (beterraba, cenoura, nabo) e por aí vai.

Figura 2 – Mapa com os sítios de Caçadores coletores do Estado do RS.



Fonte: Gualhardo et al., 2018.

Na região central do estado do RS, assim como em outros lugares, podemos observar a presença de arte rupestre, que são desenhos gravados nas rochas, executados pelos caçadores coletores do passado. Embora não exista uma “tradução” para estes registros, o que podemos afirmar é que os símbolos abstratos, geométricos, lineares, entre outros, são uma representação simbólica destes povos, uma vez que não há figuras de animais, humanas, etc. Na região do lago da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, no abrigo Canhemborá, assim como em outros vários pontos, podemos observar a presença desta arte parietal, e mesmo que não saibamos o que representa, certamente são resultado de um intelecto semelhante ao nosso, em termos de compreensão e intelectualidade. Algumas pessoas arriscam dizer que se trata de representações da fauna local, como “pisadas de aves”, ou “pisadas de onças”, ao qual não podemos afirmar com certeza. Outros ainda afirmam que os traços poderiam sinalizar algum tipo de calendário ou ciclos naturais. O que é correto é que uma interpretação definitiva dificilmente será obtida (Figura 3).

Figura 3 – Foto de arte rupestre presente na gruta de Canhemborá, Nova Palma, RS.



Fonte: Acervo LASCA UFSM.

Também não podemos esquecer que no litoral do Estado do RS também existiram sociedades caçadoras que viviam dos recursos do mar e do mangue, que provavelmente tinham sua subsistência associada a pesca marinha e a coleta de elementos do mangue. A estes grupos denominamos sociedades dos Sambaquis, mas que não vão entrar em nosso texto por não estarem presentes na região da Quarta Colônia.

As sociedades caçadoras e coletoras deveriam diferir uma das outras, pois a cultura material, ou os artefatos que sobraram ao tempo, são muito distintos entre si. Quando o conjunto de artefatos formam um conjunto independente do outro, dizemos que se trata de outra “Tradição Arqueológica”. Assim, outros grupos com uma cultura material diferenciada, composta por talhadores em pedra, grandes bifaces e outros artefatos foram denominados “Tradição Humaitá” (Soares e Klamt, 2005), que ainda que sejam associados a caçadores e coletores, tem entre seus objetos elementos bastante diferentes daqueles que produziam as pontas de flecha de pedra. Os sítios da Tradição Humaitá localizam-se nas encostas do planalto sul brasileiro, vales do alto Rio Uruguai, nas áreas mais elevadas do Planalto das Araucárias e no norte do estado gaúcho. A indústria lítica é caracterizada por peças bifaciais de grande porte e morfologia variada, como bumerangóides, choppers alongados,

instrumentos unifaciais e bifaciais, raspadores plano-convexos e lascas retocadas (Figura 4). No entanto, alguns pesquisadores acreditam que talvez estes artefatos sejam na verdade utensílios para o trabalho agrícola, devido as suas dimensões.

Figura 4 – Talhadores da Tradição Humaitá.



Fonte: Acervo CEPA – UNISC.

### *Os habitantes das áreas alagadas*

No sudeste do Rio Grande do Sul, e em menor número no centro do estado, encontramos estruturas construídas pelos seres humanos, montículos de terra, agrupados próximos, que chamamos de *cerritos*. Situados a sudeste do estado, na planície costeira entre os municípios de Camaquã e Santa Vitória do Palmar, os *cerritos* são montes artificiais de terra, construídos pelos seres humanos, com diversas interpretações a respeito de seus criadores. Suas bases possuíam entre 15 e 100 metros de diâmetro, com alturas que variavam entre meio metro e sete metros. As principais hipóteses são: construções mais altas em áreas alagadiças para fugir das enchentes; Centros cerimoniais para encontro de grupos nômades; locais de enterramento de lideranças tribais. As datas mais antigas para estes grupos remontam a 2.600 anos atrás, e provavelmente atingiram seu ápice 1000 anos atrás (Soares e Klamt, 2005).

O que temos de dados disponíveis é que, atualmente, nem sempre se encontram em áreas inundáveis, embora é mais usual em várzeas alagadas; e até o momento, foram

encontrados enterramentos por cremação em sua parte mais alta. Em um sítio específico, em Pelotas, RS, próximo à Lagoa dos Patos, foi escavado um cerrito com a presença de dentes de cachorro junto ao enterramento, quiçá a primeira prova de domesticação deste animal no sul do país, com datação de 1.600 anos atrás<sup>3</sup>. Eventualmente, encontram-se nos cerritos algumas cerâmicas bastante simples, com baixo acabamento e grande fragilidade. Para muitos, era o sinal de alguma sociedade incipiente no domínio da produção cerâmica. Além das pontas de flecha, nestes locais, assim como em todo o bioma pampa, se encontram muitas pedras polidas, esféricas ou arredondadas, conhecidas como “pedras de boleadeira” (Figura 5).

Figura 5 – Pedras de boleadeira.



Fonte: Acervo LASCA – UFSM.

As pedras ou “bolas” de boleadeira são um artefato feito em pedra, muitas vezes com um sulco em toda a sua volta, onde geralmente se colocava uma corda, tira de couro ou fibra vegetal a fim de poder girar as pedras. Poderiam ser utilizadas isoladamente ou em grupos de três bolas, como são mais conhecidas. Algumas destas boleadeiras eventualmente poderiam ter um formato irregular, pois eram utilizadas individualmente em combates

<sup>3</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2016/10/em-pelotas-arqueologos-encontram-o-registro-mais-antigo-de-um-cao-domesticado-no-brasil-7740598.html>, último acesso em 30 de setembro de 2020.

corporais. Acredita-se que as boleadeiras serviriam como instrumento de caça em campo aberto, a partir do arremesso do conjunto de bolas, que se enroscam no local do impacto (Soares e Klamt, 2005).

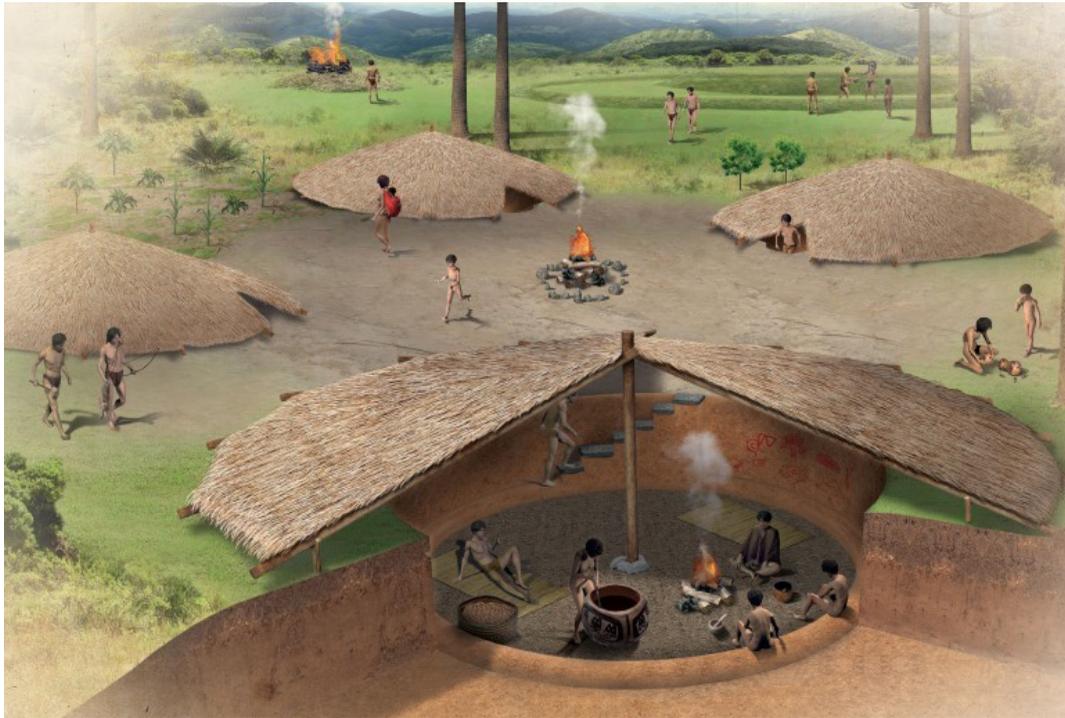
Além das pontas e das boleadeiras, também se encontram nos cerritos os “quebra-coquinhos”, pedras polidas com uma ou mais depressões semi-esféricas, ao qual é atribuído o uso para quebrar a semente de algumas palmeiras como o butiá (*Butia capitata*), o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) entre outras, da qual se obtém um núcleo rico em gordura vegetal.

### *Os horticultores do Planalto*

Há mais de dois mil anos atrás, migrantes do planalto central do Brasil vieram em direção ao sul, nas terras altas do estado onde se encontram os pinheirais de Pinheiro Araucária (*Araucaria angustifolia*), na qual todos os anos fornece pinhão aos animais e, depois, aos seres humanos que ali habitaram. Se adaptando a altitude e as frias temperaturas de inverno, construíram casas com o assoalho rebaixado, escavado na terra, conhecidas popularmente como “casas subterrâneas”, depressões de 2 a 6 metros de profundidade e diâmetro de 4 a 20 metros, onde deveriam habitar várias famílias (Figura 6). As estruturas menores poderiam ser “silos”, locais de armazenamento de alimentos, como o pinhão em tempos de abundância. Algumas destas casas eram ligadas entre si por túneis subterrâneos, formando conjuntos de várias casas subterrâneas (Soares e Klamt, 2005).

Além destas estruturas, também são encontrados montículos de terra onde estas sociedades depositavam seus mortos, após rituais de cremação. Também faziam depósitos de pinhão, a fonte alimentar mais abundante na região. Estes grupos foram conhecidos como portadoras de objetos em pedra, como talhadores, raspadores, e também uma cerâmica pouco decorada, que os arqueólogos chamam de “Tradição Taquara” (Figura 7). Esta cultura material está presente no norte do estado, bem como as terras altas dos estados de Santa Catarina, Paraná e sul do estado de São Paulo. Pelos dados históricos, acreditamos que os grupos indígenas Kaingang são os descendentes destes povos que habitavam o planalto e terras altas. Nas áreas mais altas da Quarta Colônia, foram localizadas cerâmicas indígenas que estão associadas a Tradição Taquara.

Figura 6 – Reconstrução hipotética de casas subterrâneas do planalto.



Fonte: <https://www.xapuri.info/arqueologia/casas-subterraneas-dos-kaingang-povos-da-tradicao-taquara/>

Figura 7 – Artefatos encontrados nas casas subterrâneas.



Fonte: a esquerda, livro 12.000 anos; a direita panela cerâmica da Tradição Taquara, acervo do Instituto Anchietao de Pesquisas, disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/galerias/vacaria/new-7.htm>

Aqui é importante destacar que no caso do Rio Grande do Sul, os grupos étnicos conhecidos muitas vezes podem ser associados a seus antepassados, seja por permanecerem ocupando e manejando os mesmos espaços, ou pelo uso de mesmas técnicas ou ainda por existir uma continuidade entre as datações arqueológicas e os registros históricos existentes. Esse é o caso da Tradição Taquara e a associação realizada com os grupos indígenas antepassados dos Kaingangs. Isso porque as datações mais antigas atribuídas a Tradição Taquara possui em torno de 2000 anos atrás, ao passo que as datações mais recentes remetem ao século XVIII da era comum. No mesmo período e na mesma região, encontramos a descrição dos nativos com suas cerâmicas, suas lanças de madeira, porém com a denominação de “Coroados”. Isso por que o corte de cabelo utilizado pelos homens parecia “uma coroa” na visão dos viajantes e outros que lá estiveram.

Nos relatos de história oral recolhidos entre os Kaingangs, alguns idosos recordam que os avós diziam que “os antigos” viviam em “casas embaixo da terra”.

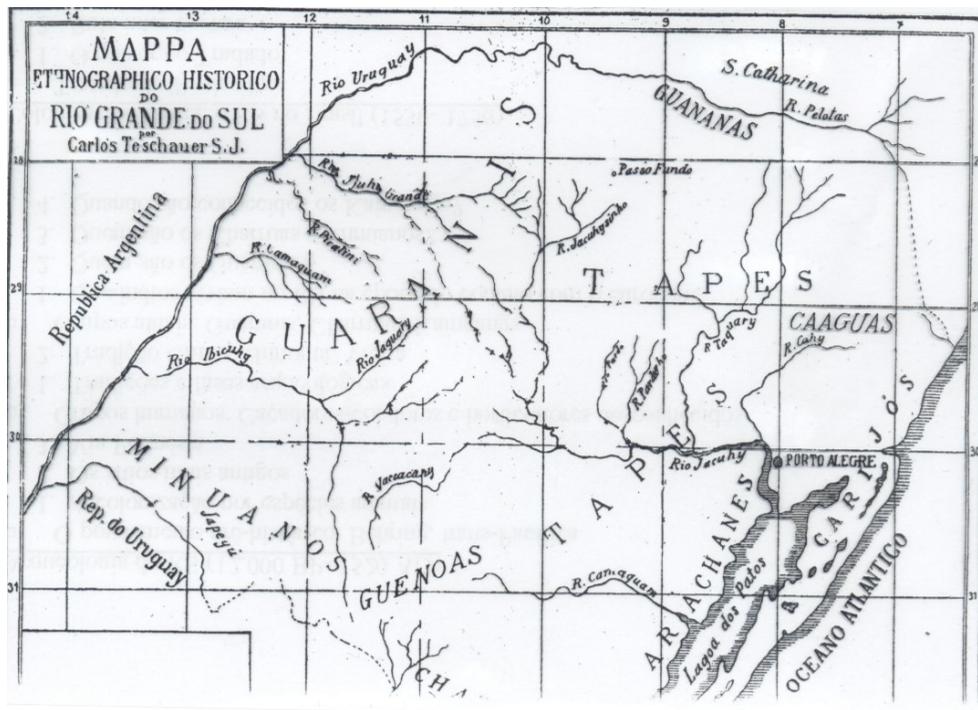
### *Os horticultores dos vales*

Outra população bastante conhecida são os Guaranis. Da mesma forma que antes citado, é possível estabelecer uma continuidade entre os sítios arqueológicos mais antigos até os documentos do século XVII no Rio Grande do Sul. Então, vamos primeiro apresentar o que se convencionou chamar de Tradição Arqueológica Guarani (Soares, 1996), em oposição a Tradição Arqueológica Tupiguarani. Como dito antes, as tradições arqueológicas são características que a cultura material de determinada sociedade apresenta em comum. No caso dos grupos falantes da Língua Tupi-Guarani, são todos aparentados culturalmente, e no que concerne aos sítios arqueológicos, a maioria pode ser caracterizada por possuir cerâmica lisa ou pintada, com motivos geométricos, o uso de machados polidos e um adorno labial chamado tembetá (Terminologia, 1969). No entanto, foi José Proenza Brochado que determinou, em 1984, a separação clara entre os grupos de língua e cultura Tupi e outro ramo ou tronco ao sul, denominado Guarani. Se as tribos de índio Tupis se encontravam ao longo da costa brasileira, da Bahia até o litoral de São Paulo, os índios Guaranis habitaram sobretudo os vales dos grandes rios da bacia do Paraná, Paraguai e rio Uruguai, formando a bacia do Rio da Prata. Para o interior, vão colonizar todos os tributários e afluentes destes rios, bem como a bacia do rio Jacuí, no caso do estado do RS (Soares e Klamt, 2005).

Se por um lado uma classificação genérica dava conta do problema, atualmente se reconhece que existem diferenças cruciais entre a Subtradição Tupi e a Subtradição Guaranis, como apresentados por Brochado (1984). Avançando mais além, considerando que a continuidade entre as datações mais antigas para os sítios arqueológicos Guaranis, ao redor do início da era cristã, e os índios das Missões Jesuíticas, bem como os atuais grupos Guaranis, podemos afirmar que os objetos arqueológicos foram realizados pelos antepassados das atuais sociedades Guaranis.

Outro fator é importante de ser destacado. Atualmente se reconhecem parcialidades, ou sub-grupos entre os Guaranis, das quais registramos os Mbyá-Guaranis, os Kaiowá e os Ñandeva (Garlet e Soares, 1998). No entanto, é sabido que haveriam muitas outras diversas parcialidades, que por diferentes razões foram extintas, incorporadas, rearranjadas pelo efeito das missões reducionais, ou simplesmente desapareceram. Uma localização aproximada de algumas destas parcialidades podemos observar no mapa etnográfico de Carlos Teschauer, publicado em 1918, no qual podemos identificar, como parcialidades Guaranis, os Tapes, Carijós e Arachanes, todos de língua Guaraní (Figura 8).

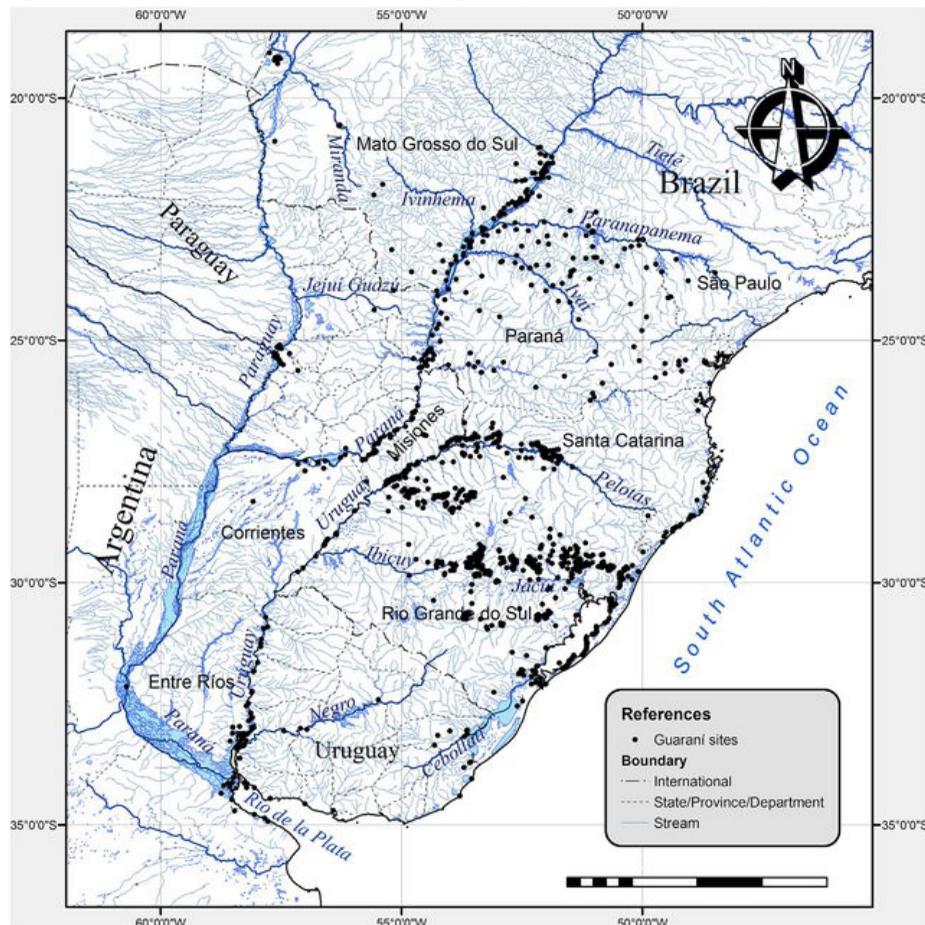
Figura 8 – Mapa Etnográfico Histórico do Rio Grande do Sul, por Carlos Teschauer.



Fonte: Teschauer, 1918.

Um ponto a ser observado é a presença de uma denominação, de Caaguás, ao norte do rio Caí. Em língua Guarani, Ca'á significa mato, floresta; gua significa conter, conteúdo, o que contém; Neste caso, estamos diante de uma denominação Guarani para referir-se a outro grupo que eles dizem que são “do mato”, ou seja, um grupo não-Guarani. Este fato é importante de ser destacado uma vez que a hidrografia e muitos acidentes geográficos foram batizados com nomenclatura Guarani, embora houvessem outras parciaisidades. Por que isso ocorreu? Muito provavelmente, fossem os bandeirantes paulistas que utilizassem os índios de língua Tupi em suas expedições, ou os padres jesuítas que tinham como guias indígenas Guaranis, o fato é que até a reforma do Marquês de Pombal, em 1750, se falava no Brasil uma “língua geral”. Assim, muito da geografia de toda a bacia do Prata, apesar da diversidade de centenas de culturas, tem uma herança ligada a nomenclatura Guarani no sul do Brasil.

Figura 9 – Mapa com os sítios arqueológicos pertencentes a Tradição Guarani.



Fonte: Bonomo et al. 2015.

A dispersão dos Guaranis na Bacia Platina (Figura 9) levou o pesquisador José Brochado a chamá-los de “Romanos da América do Sul”, tal a sua expansão e área ocupada. Isso porque, através de alianças de casamento, de conquista ou de guerras, conquistam os territórios que vão dos Estados do Mato Grosso a Buenos Aires, e até o litoral dos Estados de Santa Catarina e Paraná.

As fontes históricas apontam para uma sociedade extremamente complexa, com uma liderança política baseada na representatividade de um cacique, enquanto havia também uma hierarquia religiosa dos pajés, pessoas que lidavam com a cura, a manutenção da saúde física, mental e espiritual, bem como detinha o conhecimento de plantas, chás, ervas e a ligação entre o mundo natural e sobrenatural. Havia divisão de trabalho conforme gênero e idade, bem como aspectos do cotidiano que devem ser explicados, como a antropofagia, a poligamia e as bebedeiras.

A antropofagia é diferente do canibalismo. No primeiro se consome o corpo humano por questões ligadas a religião, mitologia, aspectos sociais ou culturais. O segundo é o consumo de carne humana por falta de alimentos, o que não é o caso Guarani. Geralmente tratava-se de um inimigo capturado em guerra, no qual, após uma série de rituais, era consumido em um banquete para todas as pessoas da aldeia, incluindo mulheres e crianças.

A poligamia citada nas fontes históricas (Melià et al. 1987), em que um cacique poderia ter cinco, dez, até vinte mulheres, se trata de uma visão equivocada do matrimônio para os índios. A poligamia está associada ao prestígio de um guerreiro, que era adquirido por qualidades como bom orador, bom caçador, mas principalmente pela generosidade e reciprocidade. Assim, era prestigioso para a mulher casar com um grande guerreiro, da mesma forma que ter várias mulheres aumentava consideravelmente a produção agrícola, de forma que o excedente era distribuído em festas e banquetes, aumentando assim o prestígio da pessoa. Então, é necessário observar que a poligamia possui um caráter econômico e social, pois mais mulheres representa maior produção, e por sua vez, mais prestígio. Sendo assim, não está relacionada ao ideário cristão do casamento como o conhecemos.

Dentro das fontes algo repetido são as grandes festas e beberagens que os indígenas faziam. Trata-se da produção e consumo de uma bebida fermentada a partir do milho, de baixo teor alcoólico, que os padres jesuítas denominavam como “vinho”, ou “cerveja”. Como dito antes, os Guaranis antes do contato com os europeus não estocavam ou armazenavam os grãos, somente na condição de sementes. Isso significa que a produção deveria ser

consumida, o que era realizado através de festas e banquetes que estreitavam os laços de parentesco político ou alianças entre grupos. Assim, quando os padres descrevem as grandes beberagens Guaranis, na verdade estão retratando um momento de festa mas sobretudo de abundância de alimentos.

Baseados nos relatos de diversos viajantes, expedicionários, aventureiros, padres de diversas ordens religiosas, é possível reconstruir a cultura material, objetos, artefatos, vida cotidiana e até mesmo os rituais durante a vida e a morte dos Guaranis. Para a arqueologia, no entanto, boa parte dos objetos feitos de matéria orgânica, como fibras, plantas, madeira, osso, tecido, entre milhares de outros, simplesmente se decompõe com o tempo, na natureza. Os vestígios que são mais abundantes são cerâmicas, pedras e, eventualmente, ossos e alguns restos carbonizados, como sementes, carvões, etc (Noelli, 1993).

O elemento mais característico da cultura Guarani, em tempos pré-coloniais, é a cerâmica. Os sítios arqueológicos geralmente foram classificados segundo os critérios deste elemento (Figura 10).

Figura 10- Tipos de cerâmica Guarani mais conhecidas



Fonte: Soares et al, 2016.

## Conclusão

Os primeiros habitantes da região que hoje chamamos de 4ª Colônia de Imigração Italiana, chegaram sem dúvida alguns milhares de anos antes dos europeus. Desde os caçadores-coletores, ao qual ainda se podem encontrar suas pontas de flecha de pedra, até os indígenas hoje conhecidos como Kaingangs e Guaranis, foram povos muito distintos entre si e que ocuparam os diversos ambientes das altas altitudes, das encostas, dos vales e da pampa que circunda hoje esta região. Estes povos originários nos legaram, além de sua cultura material na forma de patrimônio arqueológico, também diversos costumes, hábitos alimentares, além de plantas e cultivos que sustentaram os primeiros europeus em sua colonização das terras gaúchas. É importante observar que embora sejam menos presentes na região da Quarta Colônia, os habitantes originários se mantêm vivos, ativos, com suas culturas, sociedades e diversos elementos que nos lembram que o passado, na verdade, reside em nosso presente, e pode ser a esperança do nosso futuro.

## Referências

BONOMO, M. ; ANGRIZANI, R. ; APOLINAIRE, E. ; NOELLI, F. S. . **A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil**. *Quaternary International* , v. 356, p. 54-73, 2015.

BROCHADO, J.P. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South America**. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign. PhD Tesis. 1984.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

GALHARDO, D.A.; ZAGO, J.A.R.L. ; PASSOS, T.M.; PEREIRA, D.L.T. Modelização gráfica da Pré-História do Rio Grande do Sul: Os sítios arqueológicos ameríndios, culturas e temporalidades. **Confins [En ligne]**, 36 | 2018, mis en ligne le 01 juillet 2018, consulté le 30 septembre 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/13918> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.13918>

**12000 anos de história: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul/ Catálogo da exposição organizado pelo Museu da UFRGS**. Porto Alegre, UFRGS, 2013. (Série Catálogos das exposições, 4).

MELIÀ, B.; SAUL, M.; et MURARO, V. **O Guaraní. Uma bibliografia Etnológica**. Santo Angelo, Fundação Nacional Pró-Memória/FUNDAMES, 1987.

NOELLI, F. **Sem Tekohá não há Tekó**. (Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guaraní e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Jacuí-RS). PUCRS, Dissertação de Mestrado, 1993.

TESCHAUER, C. **Porandúba Riograndense**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1918.

SOARES, A.L.R. **Guarani: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre, EDIPUCRS, Série Arqueologia nº 4, 1997.

SOARES, A. L. R. ; GARLET, I. J. . Parcialidades Guarani: Em busca de uma visão diacrônica. **Revista da Associação dos Pós-Graduados em História da PUCRS**, Porto Alegre, v. 3, p. 53-58, 1998.

SOARES, A.L.R.; KLAMT, S. C. **Antecedentes Indígenas: Pré-história compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro Editora, 2005.

SOARES, A. L. R. ; CERZER, J. F.; KLAMT, S. C. . Catálogo de Vasilhas Arqueológicas Guaranis: Parte 1. **REVISTA DO CEPA**, v. 33, p. 1-49, 2016.

# CAPÍTULO 4

*por Maria Medianeira Padoin*

## HISTÓRIA, TERRITÓRIO E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA QUARTA COLÔNIA

# HISTÓRIA, TERRITÓRIO E POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA QUARTA COLÔNIA

*Maria Medianeira Padoin<sup>1</sup>*

## Introdução

O texto por hora aqui apresentado refere-se ao conteúdo trabalhado na II Jornada Interdisciplinar de Educação Patrimonial promovida pela Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, vinculada ao projeto aspirante a Geoparque Quarta Colônia, ofertada especialmente para atender uma demanda oriunda das Secretarias de Educação e dos(as) docentes da rede de ensino dos municípios que integram o Condesus-Quarta Colônia.

Neste sentido, este texto objetivou apresentar uma visão geral e sintética sobre o processo histórico da constituição do que hoje chamamos de Quarta Colônia, que compõe um território e região que dá base para ao aspirante Geoparque.

Assim, por meio de um olhar da História pretende-se trabalhar o processo vivenciado, especialmente a partir do século XIX, nesta região central do Rio Grande do Sul, tendo por ora, duas principais motivações: o entendimento que a Educação Patrimonial é tanto uma importante metodologia de ensino e como uma política norteadora das ações de gestão nas diversas áreas e âmbitos de um município ou região. Pois agrega, a partir da Educação, o conhecimento e a valorização local, a preservação com a inovação e o desenvolvimento.

Entender o território que dá o nome ao aspirante Geoparque Quarta Colônia é perceber a importância do processo histórico e cultural como fundamento que define este espaço. Para tanto, trabalharemos no decorrer do texto a relação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, da Colônia Santo Ângelo e da Quarta Colônia enquanto um consórcio de nove municípios que formam o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS).

---

<sup>1</sup> Doutora em História; Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria(UFSM); Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina; Coordenadora do Programa de Extensão "Patrimônio Histórico, Memória, Educação e Preservação". E-mail: [mmpadoin@gmail.com](mailto:mmpadoin@gmail.com)

Figura 1 – Composição de imagens dos municípios que formam o território da Quarta Colônia, organizado pela autora (PADOIN, 2020).



## História da Construção da Quarta Colônia – dos núcleos coloniais de imigração às emancipações municipais

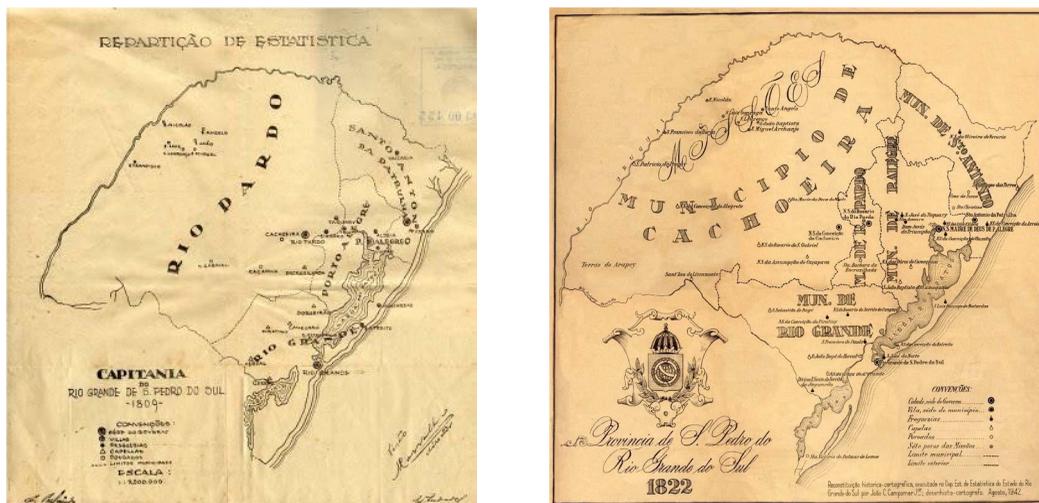
A região da Quarta Colônia é formada por nove municípios: Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca. Esta Quarta Colônia, enquanto uma região integrada de municípios surge no início dos anos noventa do século XX, com o Projeto – Prodesus e se concretiza com a criação, em 1995, com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – o CONDESUS Quarta Colônia, que dá agora sustentação ao Projeto a aspirante Geoparque Quarta Colônia.

Esses nove municípios possuem territórios em que o urbano e o rural se integram e dão identidade “física, cultural e humana” a região, fundamentados muito por sua localização e pelo seu processo histórico de formação especialmente a partir do século XIX, com a criação das colônias de Santo Ângelo e de Silveira Martins.

É importante observarmos que historicamente os territórios que compõem hoje esses municípios, com suas delimitações espaciais políticas, tiveram outras definições ou compuseram espaços territoriais diferenciados no transcorrer do século XIX e XX, conforme os mapas que apresentaremos no transcorrer deste texto. Ou seja, as terras onde hoje se localizam a denominada Quarta Colônia pertenceram, sob o domínio de Portugal, em 1809, a grande Vila de Rio Pardo (Figura 2). Em 1819, passou a pertencer ao quinto município

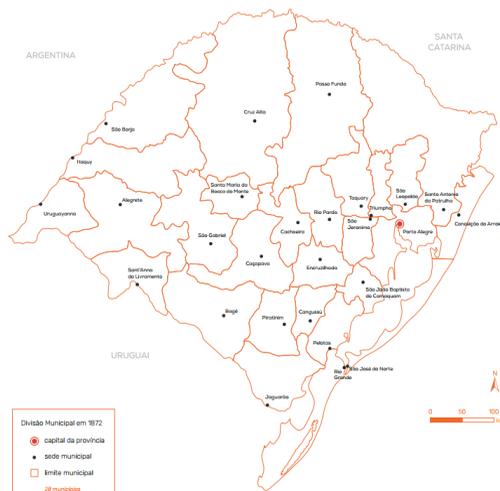
criado na província de Rio Grande de São Pedro, a Vila Nova de São João de Cachoeira (Figura 3). Essa configuração espacial mudou com as emancipações de Alegrete e Caçapava na década de 30, com a de Santa Maria da Boca do Monte em 1857, de São Sepé em 1876 (Figura 4), de Passo Fundo (e deste Soledade) e de Cruz Alta.

Figuras 2 e 3: Mapas históricos – Capitania do Rio Grande São Pedro de 1809 e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1822



Fonte: GIMENO, Alejandro J.F. Apropriações e Comércio de Terras na Cidade da Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889). Dissertação do Mestrado em História, UFSM/PPGH, 2014.

Figura 4 – Mapa dos municípios da Província do Rio Grande do Sul em 1872.



FONTE: Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul / Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.p.24.

Assim, para recuperarmos a origem da denominação de Quarta Colônia, temos como palco o processo de colonização europeia vinculado a projetos políticos do governo Imperial brasileiro, em que as províncias sulinas se integraram e que foram os principais destinos da criação de núcleos coloniais.

O processo de independência do Brasil já se prefigurava desde a mudança da capital do Reino de Portugal para o território americano da colônia brasileira em 1808. Com isso, em 1815 teremos a transformação desta colônia do Brasil em Reino Unido a Portugal e Algarves, e o Rio de Janeiro a sede da Coroa. Neste contexto teremos os interesses portugueses de garantir sua expansão até a Bacia do Prata, em que a Banda Oriental do Uruguai e o Rio Grande do Sul formam um espaço estratégico e de interesse econômico. Garantir a posse e ocupação de todo o território do Rio Grande do Sul também permitiu a possibilidade de ocupação de boa parte das terras da Banda Oriental, surgindo inclusive a conquista da mesma, em 1820, e tornando-a província Cisplatina a partir de 1822.

Assim, o espaço fronteiriço sulino se consolidava formado por uma sociedade militarizada em que o latifúndio, a pecuária e o comércio foram as principais bases econômicas que sustentaram o poder de uma elite regional. Esta elite era caracterizada por suas relações familiares, sociais, econômicas e políticas para além dos espaços delimitados pelos novos estados que formavam com as independências. Ou seja, tivemos uma sociedade regional fronteiriça em que não só se tinha posse/propriedades de terras que com o tempo passaram a pertencer a países diferentes, mas também famílias constituídas por elementos transnacionais, além de suas redes de amizade, de compadrinho, de redes econômicas e políticas, etc.

A independência do Brasil levou a construção de um novo estado nacional, em que um dos projetos implantados foi promover a imigração europeia<sup>2</sup>, especialmente oriunda de regiões que ainda não se constituíram como estados modernos liberais e que favoreceriam a vinda de sua população. Tal projeto político que incluía o sul do Brasil, previa, especialmente para esta região, a criação de pequenas propriedades dedicadas a policultura, destinadas

---

<sup>2</sup> É importante salientar que ao longo do período de domínio português estiveram neste território que se configurou no Brasil, a presença de vários povos tanto originários destas terras como de outros continentes. Como por exemplo, haverá italianos desde muito cedo neste Continente participando do processo de conquista como Cristovão Colombo e de quem este imenso território adotou o nome, Américo Vespuccio, por exemplo. No Brasil, conforme Amado Luiz Cervo (1991), desde o século XVI já haviam italianos “navegadores, exploradores, estudiosos, missionários, soldados” (p.57). No século XIX especialmente a partir de 1820 teremos emigrados políticos, condenados pelo Estado Pontifício (CERVO, 1991), refugiados mazzinianos e carbonários que circularam pela região platina, participando inclusive na Revolução Farroupilha (1835-45), como Joseph Garibaldi, Rosseti e Tito Lívio Zambeccari.

a elementos europeus constituídos por famílias “brancas” e de agricultores. Além disso, o novo estado precisava de homens com experiência em guerras para constituir a sua força militar nacional que estivesse comprometida com a garantia da separação de Portugal. Porém, mesmo com as restrições, a partir do Congresso de Viena (1815), de contratar exércitos estrangeiros, o Império brasileiro trouxe militares germânicos disfarçados de colonos (PIASSINI, 2017), em que muitos integrarem as forças que auxiliaram na garantia da independência como lutariam nas guerras no sul, como na Guerra da Cisplatina (1824-25), na Guerra Grande (1850) e na própria Guerra do Paraguai.

Evidentemente, como sabemos, a política imigratória estava inserida em um contexto de pressão da Inglaterra, que com a Revolução Industrial e a expansão e crescimento do sistema capitalista no século XIX, prescindia da ampliação do mercado consumidor e promovia a propagação da bandeira da liberdade. Exigia o fim do tráfico de escravos africanos e assim o fim da escravidão. Neste panorama, o projeto de incentivo a entrada de trabalhadores brancos, livres e europeus em substituição do trabalho escravo de africanos no Brasil, constituiu também a base da política imigratória, principalmente para o sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) vinculada a economia das lavouras de café.

Assim sendo, para o sul do Brasil, o processo imigratório europeu teve na criação de regiões coloniais dedicadas a policultura e na pequena propriedade, a adoção de uma política que pretendeu povoar uma província fronteiriça, branquear a população e diversificar a economia especialmente para o abastecimento do mercado interno. E, principalmente com o fim da Revolução Farroupilha (1835-45), na segunda metade do século XIX, o governo de Dom Pedro II, intensificou a política de criação de núcleos coloniais na Província. Isso, de certa forma, pretendeu conter a expansão do poder da elite rio-grandense que caracterizava-se por seus projetos federalistas e republicanos, e muitas vezes separatistas vinculadas as suas relações no Uruguai e na ‘Argentina’. Neste panorama teremos a criação tanto da Colônia de Santo Ângelo como a Colônia Silveira Martins.

Neste panorama geral que temos a entrada de muitos povos germânicos no Brasil do I Império, oriundos da Confederação Germânica, com apoio e iniciativa da Princesa Leopoldina, da Casa da Áustria.

Em 1824 temos a destinação das primeiras famílias para o Rio Grande do Sul, na Fazenda de Linho e Cãnhamo, localizada onde hoje é São Leopoldo. Então teremos uma

primeira fase na imigração que irá até meados dos anos 30 do século XIX, pois com a abdicação de Dom Pedro I e as instabilidades políticas, como a própria Revolução Farroupilha (1835-45), diminuiu o número de imigrantes. Porém, lembramos que teremos vários alemães que vieram destinados para as lutas nas campanhas do Sul e que neste território permaneceram e constituíram famílias, onde muitos se dedicaram ao comércio. Por exemplo, podemos observar a presença destes em terras de Santa Maria da Bocca do Monte, registrada por viajantes estrangeiros; inclusive vários destes imigrantes contribuíram para a emancipação de Santa Maria da cidade de Cachoeira (PADOIN, 1992), se tornando vereadores.

Com o desenvolvimento econômico das regiões que receberam os imigrantes alemães, motivaram outras regiões/municípios da Província a quererem que em suas terras se estabeleçam colônias de imigrantes europeus.

Em meados dos anos de 1847 a Câmara Municipal de Cachoeira motivada então pelo desenvolvimento de outras regiões nomeou uma comissão, com o fim de instalar uma colônia em suas terras. Assim, a imigração europeia integrada ao processo de criação de pequenas colônias pelo governo Imperial do Brasil iniciou na Vila de São João da Cachoeira a instalação da Colônia de Santo Ângelo, em 1857, na região norte/leste do rio Jacuí. Esta Colônia foi criada pela lei Provincial de 30 de novembro de 1855 (WERLANG, 1995, p.47 apud ROCHE, 1969). As terras que abrangeram esta colônia, hoje estão localizadas nos municípios de Agudo, Paraíso do Sul e em parte de Dona Francisca, S. J. Polêsine e Cachoeira do Sul.

Já neste período da criação da Colônia de Santo Ângelo estava em vigor a Lei de Terras de 1850 (Lei nº601), em que a posse da terra passou se dar por meio da aquisição e registro. Lembrando que neste período já estamos no II Império, ou seja, sob a administração de Dom Pedro II.

As áreas de terras que ficavam ao norte/leste do rio Jacuí que se constituíam a encosta da Serra Geral, que pertenciam ao Império, a partir desta Lei e da perspectiva de receber imigrantes europeus, vivenciou que os seus poucos ocupantes, na maioria pequenos agricultores, procurassem legalizar a sua posse, impulsionados também pelos interesses dos que queriam adquiri-las, pois essas terras passaram a ser um “bom negócio”. Tal tema encontra-se desenvolvido na dissertação de Mestrado em História, de Alejandro Gimeno (2014), demonstrando como se deu o processo de compra e venda de terras/lotes para a ampliação, por exemplo, do estabelecimento de imigrantes europeus de origem italiana no

processo de enxameamento (SPONCHIADO, 1996 apud Jean ROCHE), na expansão dos lotes para além dos núcleos originários da Colônia de Silveira Martins.

Abaixo alguma das legislações e atos que são interessantes registrar que envolvem o processo imigratório no RS, no século XIX <sup>3</sup>:

- “Lei de Terras” de nº 601, promulgada em 18/09/1850, criava a Repartição Geral de Terras e determinava a medição e a demarcação das sesmarias para o preenchimento das condições legais e determinava que as terras devolutas do Império fossem divididas, com a finalidade de promover a colonização estrangeira.
- Quatro anos depois, em 30/01/1854, o Decreto 1318 mandava executar a Lei de nº 601, de 1850.
- Ato governamental de 08/05/1854, dispunha sobre os marcos e demarcação de léguas, travessões e lotes e concedia auxílios em favor da colonização a qualquer indivíduo, independentemente de sua nacionalidade.
- Decreto nº 1984, de 06/10/1857, criava a Repartição Especial de Terras Públicas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
- Decisão nº 50 do governo imperial, de 24/08/1858, enviava autorização para o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para que vendesse as terras públicas que estavam sendo medidas.
- Decreto nº 1067, de 28/07/1860, criava a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A imigração ficava subordinada a essa Secretaria.
- Decreto Imperial nº 3784, de 19/01/1867, passou a organizar a colonização imperial e ficou conhecido como Regulamento das Colônias de 1867.
- 24 de maio de 1870: Ato do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Sertório, cria as colônias Conde D’Eu e Princesa Isabel numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial. Neste mesmo ano, é iniciada a medição e demarcação dos lotes destas colônias, sob o comando do Major Palmeiro.
- Em 1875, foi criada a colônia Fundos de Nova Palmira, posteriormente denominada Caxias do Sul.

---

<sup>3</sup> Fonte destas informações: CAPRARA Bernardete Schiavo e Terciane Angela Luchese – Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves. Porto Alegre: CORAG, 2005; PADOIN, CRUZ (org.). SPONCHIADO, Breno. Imigração e Quarta Colônia-Nova Palma e o Pe. Luizinho. 2.ed.rev.ampl. Santa Maria: UFSM, 2019; BACCA, Ademir. Apresentação. 150 Anos da Imigração Italiana no RS. EST; 2019. Vol.1.

- Em torno 1876-77, é criado pelo Império o quarto núcleo de colonização italiana da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. E, o Ofício de 19/09/1878 da Inspetoria Especial de Terras e Colonização eleva o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte à categoria de Colônia, sob denominação de “Silveira Martins”.

A **Colônia Santo Ângelo** foi então destinada para receber imigrantes de origem germânica, pertencentes à Confederação Germânica (1815-1866), composta na época por reinos e ducados. Lembrando que ainda não havia a unificação do estado da Alemanha e nem o da Itália, pois seus territórios terão uma configuração atual especialmente a partir das duas Grandes Guerras Mundiais no século XX. Neste sentido, primeiramente vieram para a Colônia de Santo Ângelo pomeranos (também considerados poloneses e em parte integrantes do Reino da Prússia) e boêmios (integrante do Reino de Áustria, que são considerados os Tchecos) (Ver Figura 5). Além disso, contou com indivíduos oriundos dos reinos da Baviera, de Hanôver, da Saxônia, dos Grão-Ducados de Nassau, de Hesse, de Oldenburg, de Baden, dos Ducados de Brunswick e de Holstein, e do principado de Schwartzburg. Não só dos Estados germânicos vieram imigrantes, mas também da França, da Holanda, da Bélgica, da Suíça e das Cidades Livres (KNOB, 1990).

Figura 5: Mapa com a representação política da Europa de 1815



Fonte digital: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Europe\\_1815\\_map\\_en.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Europe_1815_map_en.png)



Greenhalgh foi o engenheiro chefe da comissão nomeada pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para fazer a medição das terras do patrimônio de Santa Maria da Boca do Monte. Segundo estudos do Pe. Luiz Sponchiado (SPONCHIADO, 1996/2019), este engenheiro sugeriu ao Governo Imperial a criação de um núcleo colonial de imigrantes na região, conforme registrado em correspondência. Para a concretização deste objetivo, a Câmara de Vereadores de Santa Maria contou com o apoio do político rio-grandense Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal. Tal fato está registrado em Ata no Fundo Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte, de 13 de janeiro de 1876 (Série Atas das Sessões, localização em 3.d-livro de atas, p.60. Acervo da Câmara de Vereadores de Santa Maria Apud PADOIN, CRUZ, BOLZAN, 2019).

E, segundo registro do Ofício de 19 de setembro de 1878, da Inspeção Especial de Terras e Colonização, em Porto Alegre, que encontra-se no acervo do Arquivo Histórico do RS, e divulgada no livro de Breno Sponchiado (1996;2019), confirma a transformação do núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte em Colônia, com a denominação de **Colônia Silveira Martins**: “Comunico a V.S, que presente data aprovo o que propões o engenheiro José Thommé Salgado, que seja elevada à categoria de Colônia, sob a denominação de Silveira Martins, o núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte ... Deus guarde V. Senhoria. Marcondes-Presidente” (2019, p.85).

Com a criação da Colônia de Silveira Martins nos anos setenta do século XIX e a sua expansão territorial, ocupou lotes nas terras junto ao rio Jacuí. Pois, para além de uma situação inicial de muitas dificuldades, lembramos que muitos dos italianos que vem para a região central do RS são de origem do norte da Itália e de algumas regiões que ainda, no século XIX, não pertenciam ao novo estado Italiano (ver Figura 7). Teremos a presença de muitos, que estiveram e de outros que ainda estavam, sob a influência do Reino de Áustria<sup>4</sup>. Assim, o próprio passado e contexto europeu de origem dos imigrantes que formaram a base dos atuais municípios da Quarta Colônia, possui muitas aproximações e similitudes. Por exemplo, na Linha dos Pomeranos e Várzea do Agudo há a presença de famílias descendentes de imigrantes italianos; em Caiborá, em Nova Palma (hoje) há núcleo alemão e italiano, como nas terras das hoje Restinga Seca e de Dona Francisca.

---

<sup>4</sup> Conforme observamos no mapa, as delimitações territoriais dos novos estados foram, com o passar dos tempos, se modificando, ou seja, a configuração de uma identidade nacional como a conhecemos hoje, tem exatamente na formação destes estados uma política que as constroem. Assim, é necessário observarmos o processo histórico e a formação das sociedades nos seus locais.

Figura 7: Mapa histórico que representa a Europa das Nações (segunda metade século XIX)



Fonte: DUBY, Georges. Atlas Histórico Mundial. Madrid: Editorial Debate, 1997.p.84 (digitalizado)

Nesse contexto que foi criada no Rio Grande do Sul, a quarta colônia Imperial de Imigração Italiana, denominada um ano depois de Silveira Martins. As três primeiras colônias imperiais criadas oficialmente pelo Império no RS em 1870, foram Conde D'Eu (Garibaldi), e Dona Isabel (Bento Gonçalves) e depois Campo dos Bugres (Caxias do Sul).

A região da Quarta Colônia de Imigração Italiana envolveu a criação de vários núcleos coloniais distribuídos na região central do RS, tanto antes da emancipação do regime colonial Imperial (1882), como posteriormente em o processo de exameamento

(abrançam terras de Santa Maria, Jaguari, Toropy, Sobradinho, etc), ou seja, expansão das terras destinadas/vendidas para ocupação por imigrantes. Assim, em 1882 houve a emancipação, ou seja, o fim do status de Colônia imperial, passando a responsabilidade para a Província do Rio Grande do Sul. Em 1886, pelo Decreto 1570, (BOLZAN, 2015) o governo provincial do RS desmembra as terras da Colônia Silveira Martins (com todos seus Núcleos), vinculando-as aos municípios de São Martinho (na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Vila Rica, que se torna município de Vila Rica em 1891 e, depois em 1901 Júlio de Castilhos), de Cachoeira do Sul e de Santa Maria. As terras que abarcam a região de Faxinal do Soturno, Vale Vêneto, Ribeirão, Novo Treviso e São João do Polêsine, tendo como sede Dona Francisca, vão constituir o quinto distrito do Município de Cachoeira do Sul. O primeiro núcleo da colônia continua a denominar-se Silveira Martins e tornou-se o 4º distrito de Santa Maria, juntamente com Arroio Grande. Os núcleos das hoje Nova Palma, Ivorá (Núcleo Norte/Nova Údine) e Pinhal Grande pertencerão a Vila Rica/Júlio de Castilhos.

Com a implantação conturbada da República brasileira (1889) e o questionamento do modelo adotado no que se refere a questão da representação política e a divisão dos poderes, bem como o centralismo autoritário do governo estadual tendo no poder o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), propiciou um período de fortes embates políticos e guerra civil, de 1891 a 1895. No RS teremos duas fortes lideranças políticas e que são opositoras: Júlio de Castilhos do PRR (defesa da centralização do poder no Executivo em nível estadual) versus Gaspar Silveira Martins do Partido Liberal/Partido Federalista (liberal, defensor do Parlamentarismo e do estado laico/civil).

Pela forte influência na criação da Quarta Colônia imperial por Gaspar Silveira Martins e assim a mesma sendo denominada em sua homenagem, se crê que os vínculos com este político seja um forte indício que propiciou e reforçou a divisão/fragmentação deste território. Além disso, no início do século XX, o município de Vila Rica passou a ser denominado de Júlio de Castilhos, onde nasceu o governador do RS e líder do PRR. Observamos com isso, o quanto estas disputas políticas interferiram no processo de formação destas comunidades.

Estas terras que abarcaram as colônias europeias na região central também foram palco de sociedades originárias, onde há testemunhos de suas culturas, especialmente por meio dos objetos arqueológicos, inscrições, de registros escritos e de elementos presentes

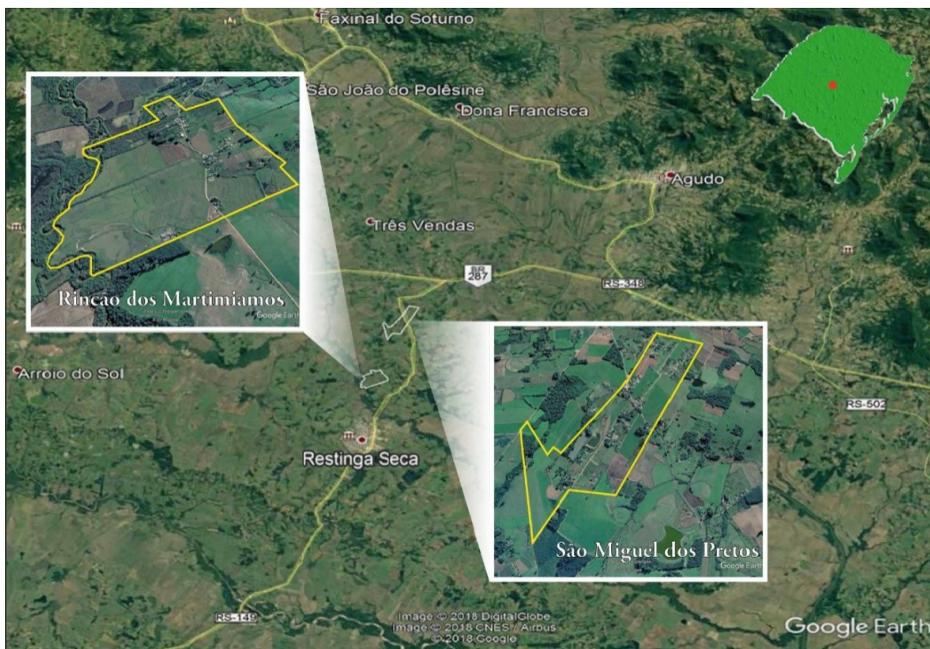
na memória e nas práticas culturais da região. Há também as descendências familiares como os registros materiais e imateriais da presença portuguesa, espanhola e africana. Nos municípios de Restinga Sêca, Nova Palma e Dona Francisca temos locais reconhecidos como comunidades quilombolas.

Figura 8: Comunidade Quilombola Vovó Isabel, da localidade Rincão Santo Inácio, Nova Palma



Fonte: Acervo da Comunidade Vovó Isabel.

Figura 9: Vista Aérea das comunidades quilombolas do Rincão dos Martinianos e de São Miguel

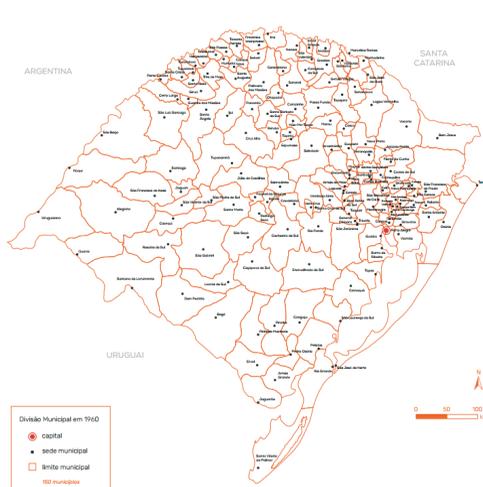


Fonte digital: [https://issuu.com/deds-ufrgs/docs/quilombos\\_em\\_quadrinhos](https://issuu.com/deds-ufrgs/docs/quilombos_em_quadrinhos) Restinga Sêca, RS

Muitos dos registros que temos sobre a região que abrange a Quarta Colônia é graças ao trabalho de um sacerdote que em sua atuação na comunidade se preocupou com a preservação da memória e na criação de uma concepção de unidade - Pe. Luiz Sponchiado.

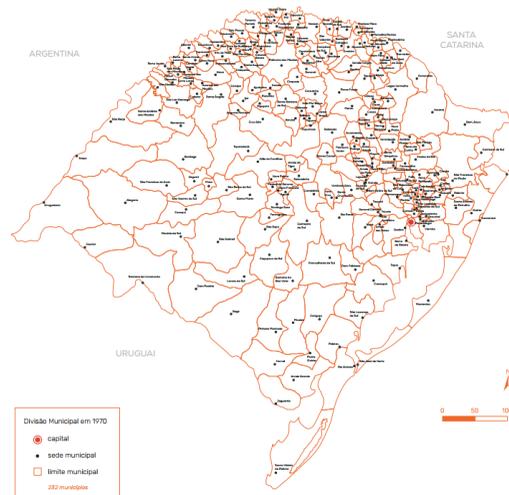
Na segunda metade do século XX, o Pe. Luiz Sponchiado, de formação jesuítica, se tornou um dos importantes líderes regionais na luta pela reorganização territorial da ex-colônia de Silveira Martins, inclusive procurando uni-la em um único município. Mas o próprio processo histórico de configuração e conformação fragmentado do território levou a iniciativas emancipatórias em separado dos antigos núcleos coloniais. Em 1959, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine se emancipam de Cachoeira do Sul, tendo como nova sede o município de Faxinal do Soturno. Neste mesmo ano, foram criados os municípios de Agudo e de Restinga Seca (observar nas Figuras abaixo a abrangência territorial e assim os limites destes novos municípios). Em 1960 na emancipação de Nova Palma de Júlio de Castilhos, a mesma leva consigo os territórios de Ivorá e parte de Pinhal Grande, que foram desmembrados de Júlio de Castilhos.

Figura 10: Mapa dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 1960.



Fonte: **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul** / Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.

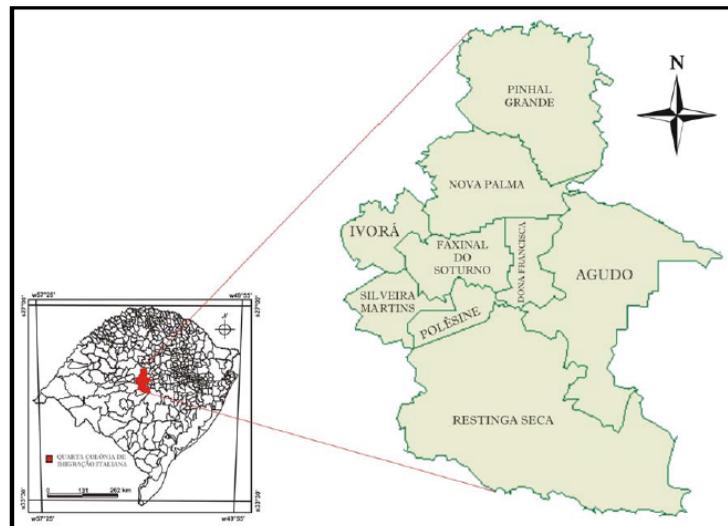
Figura 11: Mapa dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 1970.



FONTE: **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul** / Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.

O primeiro núcleo da colônia continua a denominar-se Silveira Martins e tornou-se o 4º distrito de Santa Maria, juntamente com Arroio Grande. Em 1988 se emanciparam Ivorá e Silveira Martins, e em 1992, Pinhal Grande e São João do Polêsine.

Figura 12: Representação da localização dos nove municípios emancipados.



Fonte: STEFANELLO, Liriana Zanon. *História, Memória e Patrimônio Cultural: Fundamentos E Sensibilizações Da Comunidade De Nova Palma (CPG e Museu Histórico)*. Dissertação Mestrado Patrimônio Cultural. (PPGPC UFSM), 2010. p.68 ( apud Desconvi Filho 2007).

Assim, é importante registrarmos neste momento que a **definição da denominação de “Quarta Colônia Imperial” de Imigração** foi resgatada pelo Pe. Luiz Sponchiado, nos anos 70 do século XX, no período das comemorações do centenário da imigração italiana do RS, em 1975. Pe. Luiz participando de eventos no RS lembra desta Colônia que praticamente era esquecida ou silenciada pelos estudos e publicações.

Pe. Luiz desde que começou atuar como sacerdote em Nova Palma, se interessou pela preservação da memória dos imigrantes e seus descendentes, como também dos registros históricos da região central do RS, além da unidade regional. E, esta preocupação agregou-se a uma experiência/prática enquanto pesquisador, indo a outras paróquias de diversas cidades e distritos, a arquivos históricos tanto no RS como no Rio de Janeiro e entre outros lugares, Ihe permitiram, com apoio da Diocese de Santa Maria, em organizar e criar, em 1984, junto a sede da paróquia de Nova Palma, o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), um dos mais importantes acervos sobre a imigração do sul do Brasil.

Figura 13: Imagem do Pe. Luiz Sponchiado junto aos livros de Genealogia no Centro de Pesquisas Genealógica, em Nova Palma, 2009.



FONTE: Acervo Fotográfico de Maria Medianeira Padoin. Fotografia de 2009.

A obra do Padre Luiz projetou a ideia de Quarta Colônia de Imigração Italiana, resignificando e resgatando seu processo histórico regional, fazendo com que os descendentes dos primeiros imigrantes fortalecessem a ideia de pertencimento a uma cultura identitária relacionada a uma configuração regional.

E, nesta sua atuação na preservação de documentos e publicações, encontramos no CPG também registros sobre a história da colônia de Santo Ângelo, em função do enxameamento com as expansões dos lotes, como também da presença de comunidades oriundas de quilombos, como a de Santo Inácio/Vovó Isabel (Nova Palma). Assim, temos a constituição de um acervo importantíssimo da história regional, em que a sua preservação colaborou e promoveu o conhecimento principalmente por meio da ampliação das pesquisas e a sua divulgação, como também fortaleceu a construção de uma identidade regional enquanto um patrimônio.

Ainda é mister registrar que em 1994 será reestabelecida na cidade de Santa Maria a Agência Consular Italiana, tendo como agente consular o Professor Osvaldo Dal Lago, professor aposentado da UFSM. Esta Agência atuará na questão da orientação para a aquisição da dupla cidadania, no incentivo do ensino tanto formal como em cursos de extensão da língua e cultura italianas, no apoio a capacitação de professores em língua italiana, bem como na criação ou reabertura de sociedades italianas e Círculos italianos. E, o Pe. Luiz Sponchiado foi um parceiro nesta política como no aporte ao incentivo a pesquisa e a preservação por meio do CPG.

Assim, teremos um contexto, a partir dos anos 80 do século XX, que foi se consolidado de valorização regional e de redescoberta das potencialidades, em que vários fatores contribuíram para isso, como por exemplo, a criação de centros de cultura e memória (como o CPG de Nova Palma e o Centro Cultural Alemão em Agudo), a atuação da Agência Consular Italiana, a promoção de festividades vinculadas a cultura gastronômica, musical e religiosa, a criação ou reorganização de sociedades étnicas-culturais, o investimento e surgimento do Recanto Maestro, o reconhecimento e continuidade do trabalho na área da paleontologia do Pe. Daniel Carning e a criação do CAPPA (Centro de Pesquisas Paleontológica/UFSM), a criação de museus, o resultados de pesquisas universitárias em de teses, dissertações, monografias de conclusão de curso, a atuação extensionista das universidades em parceria com os novos municípios e a EMATER. Neste panorama, temos o destaque a política vinculada a Educação Patrimonial e a integração regional.

## O Consórcio Municipal Quarta Colônia - a Educação Patrimonial, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável e o Geoparque

No contexto dos últimos processos de emancipações o secretário municipal do recém emancipado Município de Silveira Martins, José Itaqui, contando com o apoio e estudos de María Angélica Villagrán, iniciou um trabalho pioneiro e muito importante de Educação Patrimonial, que buscou o conhecimento histórico e a valorização da história local/regional, em uma perspectiva de valorizar a questão da identidade e do patrimônio municipal, com o Projeto Identidade - PROI. Tal projeto foi muito bem sucedido e com isso foi criado o PREP- Projeto Regional de Educação Patrimonial (1994-2002), desenvolvido em todos os nove municípios que compõem a Quarta Colônia. Nestes atuavam professores das redes municipais e estadual, onde receberam capacitação de como trabalhar com projetos de Educação Patrimonial tanto no que se refere ao seu patrimônio histórico-cultural como o ambiental (PADOIN, CRUZ, BOLZAN, 2020).

O sucesso dos resultados do PREP levou a criação no início dos anos 90, sob coordenação de José Itaqui, do PRODESUS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, que visava promover o desenvolvimento de forma equilibrada em relação a preservação do meio ambiente e da cultura, de forma sustentável enquanto patrimônio da comunidade regional. Neste projeto os nove municípios fizeram parte. Para a execução de tal projeto e de uma política regional de desenvolvimento sustentável e de preservação do patrimônio foi criado um consórcio dos municípios. Com isso, surge assim, em 1995, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável - **CONDESUS Quarta Colônia**<sup>5</sup>.

Figura 14: Ilustração Turística Localização Quarta Colônia



Fonte: <http://rotaseroteiros.com.br/roteiros-integrados-da-quarta-colonia/>

Assim, temos uma “nova” redefinição do significado dado anteriormente a colônia italiana. Agora passou a denominar um consórcio, que territorialmente abrange grande parte dos territórios que sofreram mudanças em suas delimitações desde o século XIX, em função do processo de criação de colônias de imigrantes europeus e as emancipações.

Uma Quarta Colônia que está se redescobrendo enquanto força política regional em sua diversidade e em seu patrimônio humano, cultural, ambiental, paleontológico, etc. Em que a Educação Patrimonial enquanto experiência dos anos noventa do século XX está frutificando acrescida com novos olhares, perspectivas, esperanças e ações integradas do/ no território, sendo uma das principais ferramentas e política de unidade, valorização e desenvolvimento regional que fundamenta o projeto Geoparque Quarta Colônia.

Creio que esta parceria e integração que estamos vivenciando na construção comunitária da implantação do **Geoparque** na Quarta Colônia tem nos propiciando um grande aprendizado e motivação em nosso fazer – ensino, pesquisa a partir da extensão. Muito obrigado pela oportunidade.

## Referências

BARBOSA, Higor X. **Um Ponto Fora Da Curva: O Protagonismo Político de Valserina Bulegon Gassen na Quarta Colônia**. Trabalho Final de Graduação, Licenciatura em História, UFSM, 2020.

BATTISTELLA, L. F. et al. A busca do desenvolvimento sustentável pelo CONDESUS/Quarta Colônia. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 28, 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABEPRO, 2008.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1º vol. (1787-1930)**. Santa Maria: Pallotti, 1958.

BOLZAN, Moacir. Quarta Colônia: da fragmentação à integração, 2011. Tese (Doutorado em História). UNISINOS, São Leopoldo, 2011. **Publicada em livro: BOLZAN, Moacir. Quarta Colônia da fragmentação à integração**. Santa Maria: 2015. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4503/MoacirBolzan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CECHIN, D. N. **Aspectos do desenho de sobrados rurais remanescentes da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Santa Maria: UFSM, 2002.

CERETTA, Carolina Ciliane. **As representações sociais nas festas dos padroeiros da Quarta Colônia/RS**. Tese de Doutorado (Programa de Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, 2017. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17943>

CRUZ, Jorge A.S. **A Identidade e a Memória como Fatores de Integração: A Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS/Brasil e o Desenvolvimento Regional (1955-2020)**. Tese (Doutorado em História), UFSM/PPGH, 2020.

DUBY, Georges. **Atlas Histórico Mundial**. Madrid: Editorial Debate, 1997

FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta Colônia: terra, gente e história**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014. Também há a publicação em livro. <https://repositorio.ufsm.br/discover>

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o município Silveira Martins: memória, identidade e patrimônio**. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/10984>

GENEALOGIA dos municípios do Rio Grande do Sul / Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018. <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/27155415-spgg-genealogia.pdf>

GIMENO, Alejandro J.F. **Apropriações e Comércio de Terras na Cidade da Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889)**. Dissertação do Mestrado em História, UFSM/PPGH, 2014. <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9655/GIMENO%2c%20ALEJANDRO%20JESUS%20FENKER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CAPRARA Bernardete Schiavo, LUCHESE, Terciane Angela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

OLIVEIRA, L. C. **Evolução histórica, política e administrativa do município de Restinga Seca**. Restinga Seca: Edição própria, 1983.

PADOIN, M.M.; CRUZ, J.A.S. (org.). SPONCHIADO, Breno (autor). **Imigração e Quarta Colônia. Nova Palma e Pe. Luizinho**. 2.ed.rev.e amp. Santa Maria: Editora UFSM, 2019.

PADOIN, Maria Medianeira. O Historiador e o Arquivo: Uma Experiência Acadêmica na Organização e Informatização do Centro de Pesquisas Genealógicas(CPG)de Imigração Italiana da Quarta Colônia Imperial do RS. **Anais da XXII ANPUH**, João Pessoa:UFJP/ANPUGH,2003. [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542\\_218c7b13f447c826d7d54649e9eb0f3b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_218c7b13f447c826d7d54649e9eb0f3b.pdf)

PEGORARO, Aline. **Estudo dos nomes das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2013.

PIPPI, Elisangela; PADOIN, M. M. (Orgs.). **Pe. Daniel Cargnin: sacerdote e pesquisador**. Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, 1998.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em História) - UFSM, Santa Maria, RS, 2014. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9651>

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado: um empreendedor em Nova Palma (município da Quarta Colônia de Imigração Italiana)**. Monografia de Graduação em História, Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Memória e Patrimônio Cultural: Fundamentos E Sensibilizações Da Comunidade De Nova Palma (CPG e Museu Histórico)**. Dissertação Mestrado Patrimônio Cultural. (PPGPC UFSM), 2010. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/10959>

VENDRÚSCULO, Rafaela. **“Somos Da Quarta Colônia”: os Sentidos De Uma Identidade Territorial Em Construção**. Dissertação, (Mestrado Extensão Rural). UFSM, 2009. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8840>

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **A Família como Patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos**. <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635> v.05, n.1, 2004

# CAPÍTULO 5

*por Adriano Severo Figueiró*

## **PATRIMÔNIO NATURAL E EDUCAÇÃO PARA A PAISAGEM NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA: UM TERRITÓRIO DE DESCOBERTAS**

# PATRIMÔNIO NATURAL E EDUCAÇÃO PARA A PAISAGEM NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA: UM TERRITÓRIO DE DESCOBERTAS

Adriano Severo Figueiró<sup>1</sup>

## Introdução: da natureza que se vê, à paisagem que se conhece

O estudo da paisagem representa, por certo, uma das contribuições mais ricas e mais controversas que a Geografia já fez ao debate científico da modernidade. Rica, porque o estudo da paisagem envolve um mergulho na complexidade das interações sócio-naturais que moldam a fisionomia da face da Terra. Controversa, porque a ciência moderna, encharcada das verdades positivistas, não foi preparada para dialogar com a complexidade do mundo, muito menos para investigá-la. Na maior parte das vezes somos especialistas em dissecação, mas ignorantes quando se trata de compreender a unidade da vida; discorremos por horas sobre cada um dos elementos que compõe a natureza ou a sociedade, mas somos incapazes de compreender os múltiplos caminhos explicativos que se abrem diante da sinergia das relações entre estes componentes.

A paisagem não é a estrutura fisionômica sobre a qual nossos olhos pousam (figura 1); essa é apenas a parte final dela, o produto das relações ecológicas e sociais que se processam ao longo de diferentes escalas de tempo. A paisagem é muito mais do que a “fotografia”, ela é o processo de transformação da natureza pela sociedade; ou, como nos lembram Bertrand e Bertrand (2002), ela é “*uma interpretação social da natureza*” (p.224). Em última instância, a paisagem representa o tecido que reflete a espessura histórica de uma civilização (DOLFUSS, 1970), e a sua existência depende, fundamentalmente, do olhar de quem a interpreta. A interação da sociedade com os demais seres vivos e com o conjunto dos elementos e dinâmicas abióticas no processo de construção e transformação da paisagem ao longo do tempo acarreta um acúmulo de memórias particulares desta interação; memórias estas que se expressam não apenas na estética da transformação da natureza original, mas também na variedade de genes, línguas e saberes que atravessam a estrutura de cada paisagem e produzem a sua singularidade (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2015).

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Geociências da UFSM, líder do grupo de pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água- PANGEA. E-mail: [adriano.figueiro@ufsm.br](mailto:adriano.figueiro@ufsm.br)

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a paisagem não passa de um artifício perceptivo, um modelo mental de integração dos elementos do espaço, que só existe na medida em que exista o ser capaz de mirar e tomar consciência de si como presença e como agente territorial de organização do espaço. Nas palavras de Pozo,

(...) só existe paisagem se houver vistas, de diferentes perspectivas, sobre essa paisagem. O planeta Terra, sem uma espécie viva com capacidade de perceber, de exercitar o sentir, compreender, elaborar paisagens simbolicamente, seria, mesmo com a mesma configuração física atual, um planeta sem paisagem; porque, como todos lemos e repetimos muitas vezes, a paisagem é acima de tudo o olhar que a hospeda. (2011, p.20)

Figura 1 – A paisagem não é aquilo que os olhos veem, pois o que se coloca diante de nossos olhos é tão somente um conjunto de elementos da natureza e da sociedade distribuídos no espaço. A paisagem é o conceito que se forma por trás da retina, articulando os elementos da natureza e da sociedade em uma tessitura histórica, a fim de explicar o seu arranjo espacial. Portanto, não há paisagem sem abstração, sem imaginação, sem pensamento, o que por óbvio nos leva a conclusão de que não há paisagem se não houver quem a contemple. Na foto, crianças contemplam a natureza transformada do vale do rio Soturno, na Quarta Colônia, e ensaiam a formação de seu próprio conceito de paisagem.



Fonte: Acervo do autor

Se a existência da paisagem depende da existência de um observador, capaz de interpretar o arranjo espacial à luz de diferentes categorias cognitivas de articulação, é possível afirmar que a paisagem é um “ser de razão”, ou seja, algo que não é intuitivo e tácito, mas sim algo a ser aprendido e compartilhado. Depende de uma articulação cognitiva

e emocional capaz de ligar o passado e o futuro a partir daquilo que os olhos identificam no presente. Para um visitante que se depara com a cena da figura 2, a aquarela do artista retrata pouco mais do que uma encosta de relevo montanhoso rodeada por florestas e transformada por construções humanas. Nada se diz sobre a dor e a esperança que moldaram esta paisagem. A vida e a morte impregnadas nesta encosta não se revelam de imediato ao visitante, senão por uma cruz a guardar o mirante, tal como uma esfinge a desafiar aqueles que se atrevem a buscar mais do que aquilo que os olhos alcançam. Trata-se de um dos geossítios de maior expressão cultural do Geoparque Quarta Colônia, denominado “Monumento ao Imigrante”. Ali, nesta meia encosta que leva ao topo do planalto, onde hoje se encontra a cidade de Silveira Martins, “estacionaram” os primeiros imigrantes italianos que, em 1877, traziam da faminta Itália, uma esperança de vida nova.

Figura 2 – Aquarela do geossítio Monumento do Imigrante, na localidade de Val de Buia, em Silveira Martins.



Fonte: Cechin (2019)

Nesta paisagem, o desejo dos aproximadamente 1500 recém-chegados foi confrontado com a fome, as doenças e o medo. Alojados em barracões sem condições adequadas, e cercados por uma floresta tropical pouco amistosa àqueles que provinham

de naturezas já domesticadas pelos homens há milhares de anos, *la cittá bianca*<sup>2</sup> (figura 3) testemunhou a morte e o desespero de centenas de crianças, jovens e idosos que pensavam ter chegado na “terra prometida”. Cem anos depois, e já muito distante da efervescência dos primeiros períodos, os descendentes destes primeiros imigrantes construíram o monumento que agora se pode visitar, para que ele nos lembre de aquele lindíssimo cenário de natureza transformada guarda histórias de uma paisagem de esperanças, de luta, de medo e de conquistas.

Figura 3 – Representação artística da “Cittá Bianca”, construída pelos imigrantes a partir de 1877 na localidade de Val de Buia, em Silveira Martins.



Fonte: Fagan (2015, p.52)

Os barracões se destruíram com o tempo, os risos e os choros do passado não são alcançados por nossos ouvidos de hoje, as picadas na mata foram substituídas por estradas, mas o murmúrio da água que desce a encosta rolando os seixos de rocha vulcânica é o

---

<sup>2</sup> Para Dal Lago e Dal Lago (1993), os barracões de Val de Buia que abrigaram os primeiros imigrantes passavam a ideia de uma “cidade branca”, graças aos lençóis brancos estendidos como cobertura em barracões improvisados, montados para alojar os recém-chegados enquanto aguardavam a liberação de um lote de terras.

mesmo, tanto quanto a chuva que renova as infinitas gerações de plantas e animais que por ali sobrevivem. Por isso, quando nos sentamos diante do monumento a contemplar o silêncio do vale, percebemos que tudo continua lá, ao menos em nossa mente, e este é o sentido da paisagem, uma compreensão que se forma a partir do conjunto de tudo o que vemos e o que sabemos; o que esteve, o que está e o que ainda estará.

Se a paisagem vai muito além daquilo que é visto, para envolver também aquilo “que se sabe” sobre ela, então não é difícil imaginarmos a necessidade de que se organize um programa educativo capaz de auxiliar as pessoas a interpretar aquilo que observam. Um conhecido conto do escritor uruguaio Eduardo Galeano expressa de forma bastante poética esta condição:

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Pai, me ensina a olhar! (GALEANO, 2005, p.85)

Compreender a paisagem de um território, portanto, não é apenas dimensionar os “recursos” disponíveis ao desenvolvimento de uma sociedade, mas, antes disso, reconhecer a matriz de onde emerge a própria construção social, já que a sociedade e a natureza não representam entidades próprias, com dinâmicas e evolução completamente independentes, mas sim duas dimensões de um mesmo e complexo processo histórico, onde o sujeito e o objeto se formam um pelo outro, e se afetam mutuamente neste encontro. Por isso mesmo costumamos afirmar que a paisagem de um território representa um livro aberto registrando a eterna dialética da interação sociedade-natureza, sobre o qual as pessoas costumam consultar algumas poucas páginas para resolver suas necessidades mais imediatas. Todavia, manter um livro na estante sem conhecer sua verdadeira riqueza e o potencial significado para a superação de nossas angústias é, talvez, o primeiro passo para nos perdermos na tentativa de manter nossas heranças e construir uma existência com mais qualidade. Eis aí a grande lacuna educativa/existencial que permeia os territórios da modernidade: ninguém nos ensina a observar, perceber e compreender aquilo que nos rodeia; a educação intelectual abstraída do contexto paisagístico e cultural do educando e desacompanhada da educação emocional que “amarra” o sentir e o pensar, representa uma enorme perda de potência para

o agir dos sujeitos no território.

Isso coloca aos educadores um duplo desafio na construção da educação para a paisagem: de um lado, organizar e sistematizar um conhecimento que cada vez se aprofunda mais sobre os diferentes e quase sempre desconectados componentes da natureza e da sociedade, traduzindo pedagogicamente tais conhecimentos para a compreensão do “todo” da paisagem. De outro lado, o desafio de preparar o educando para que ele seja capaz de imergir em um contexto paisagístico que exigirá dele muito mais do que memória ou capacidade cognitiva, já que “desbravar” uma paisagem exige, quase sempre, pernas fortes, ouvidos atentos, olhos curiosos, sensibilidades e imaginação fértil, tato, olfato e paladar audaciosos para superar o já conhecido. Por isso, educar para a paisagem é ensinar a interpretar, ajudar o estudante/visitante/morador a reconhecer as heranças presentes na paisagem para além do estético. Mas, acima de tudo, é permitir que ele seja “abraçado” pela paisagem e se sinta parte dela.

De pouco adianta ensinarmos “sobre” a paisagem, se quem aprende não está preparado “para” a paisagem; conhecer a paisagem não é aprender sobre o funcionamento de um motor da natureza, mas sim se interrogar sobre a transformação da vida, encontrar as sinergias, reconhecer as compatibilidades e espantar-se com o quanto aprendemos sobre nós mesmos na medida em que tentamos aprender sobre a paisagem. Texto e com(texto) fazem parte da gramática espacial daqueles que mergulham na complexidade, pois o aprendizado não se esgota, ele vai sendo transformado ao tempo em que transforma. Isso é a educação para a paisagem!

## **Geoparque Quarta Colônia: uma paisagem de múltiplos tempos**

Tal como temos discorrido até aqui, educar para a paisagem pressupõe mobilizar um conjunto de elementos emocionais e cognitivos de quem aprende e, ao mesmo tempo, oportunizar uma experiência de educação interativa e imersiva no território. Mas obviamente que isso não se constrói no vazio, pois o intérprete (o educador que fornece ao educando as chaves de tradução daquilo que os olhos veem) precisa dominar, ao mesmo tempo, o conhecimento da realidade e o conhecimento da técnica de interpretar a realidade. Tal como lembra Tilden (1975), “*informação, como tal, não é a interpretação. A interpretação é revelação com base em informações. Mas são coisas completamente diferentes. No entanto, toda interpretação inclui informação*” (p.18). Por isso, para que sejamos capazes de interpretar

minimamente a paisagem da Quarta Colônia, precisamos ser capazes de reconhecer as transformações de tempo profundo e as mudanças de tempo recente que se sobrepõe sobre a paisagem que temos hoje. Para tanto, convidamos os leitores para um mergulho no tempo, buscando reconstruir uma paisagem com os olhos do passado. Nossa primeira parada será de 250 a 230 milhões de anos atrás.

A própria escala de tempo pode se tornar um desafio para compreendermos a paisagem, pois o que significam quase 250 milhões de anos para aqueles que vivenciam toda a sua experiência de vida em um período de 70-80 anos e cujo primeiro indivíduo da espécie só apareceu a 200 mil anos atrás? Talvez possamos construir uma metáfora que ajude nossa capacidade de abstração alcançar a dimensão do tempo que queremos. Imaginemos, portanto, que vamos nos jogar em um “abismo do tempo” para alcançar este momento da história geológica do planeta. Neste abismo, cada metro que caímos equivale a um século de vida que recuamos no tempo. Precisaremos cair por quase 250 mil quilômetros neste abismo, até alcançarmos o início da história natural de nossa paisagem da Quarta Colônia. Se não estivermos preparados para esta viagem, é mais provável que morramos de fome e de sede antes de chegarmos ao Triássico (o primeiro período geológico da Era Mesozóica). Todavia, se lá chegarmos, encontraremos um cenário muito distinto daquele que estamos acostumados a ver nos dias de hoje.

Desembarcamos bem no período de transição das Eras Paleozóica (quando predominava a vida marinha) e Mesozóica (quando passou a predominar a vida terrestre, com a supremacia dos répteis) em um planeta muito mais quente do que o atual (o calor chegava fácil aos 60°C nas regiões tropicais), com uma atmosfera de aproximadamente 717 ppm de  $\text{CO}_2$ , diferente das 390 ppm de hoje. A Terra, ainda mais acelerada no seu movimento de rotação do que hoje em dia, realizava uma volta completa ao redor do seu próprio eixo em 22,8 horas, ao contrário das 24 horas atuais.

Encontramos um planeta quase “vazio” de vida, mas com um enorme potencial para o surgimento de novas espécies. A cerca de 10 milhões de anos antes de nossa chegada, uma das maiores erupções vulcânicas da história do planeta espalhou uma nuvem densa de gases numa área superior a 2 milhões de  $\text{Km}^2$ , bloqueando a entrada da radiação solar e produzindo uma redução drástica da temperatura, com aumento das calotas polares e consequente redução do nível do mar. As áreas de mares rasos desapareceram e isso deu início à maior extinção em massa da história da Terra, resultando no desaparecimento de

cerca de 50% das espécies marinhas e 80% das espécies terrestres.

Passada esta fase, o retorno da radiação solar, associada à quantidade de gases-estufa na atmosfera, produziram o rápido retorno das altas temperaturas, com o derretimento das calotas polares e os mares rasos cobrindo grande parte da América do Norte e da Eurásia, em um único supercontinente que denominamos de Pangéia. Este supercontinente era circundado por grandes montanhas que funcionavam como barreiras à circulação das massas úmidas de ar vindas dos oceanos Pantalassa e Tétis, e isso dava origem a grandes extensões de desertos interiores (como o deserto de Pirambóia), intercalados por áreas pantanosas formadas a partir de extensos rios que desciam das áreas montanhosas e serpenteavam em meio a planícies interdunares mais úmidas. Esse seria o cenário que encontraríamos no atual território da Quarta Colônia por volta de 230-240 milhões de anos atrás (figura 4).

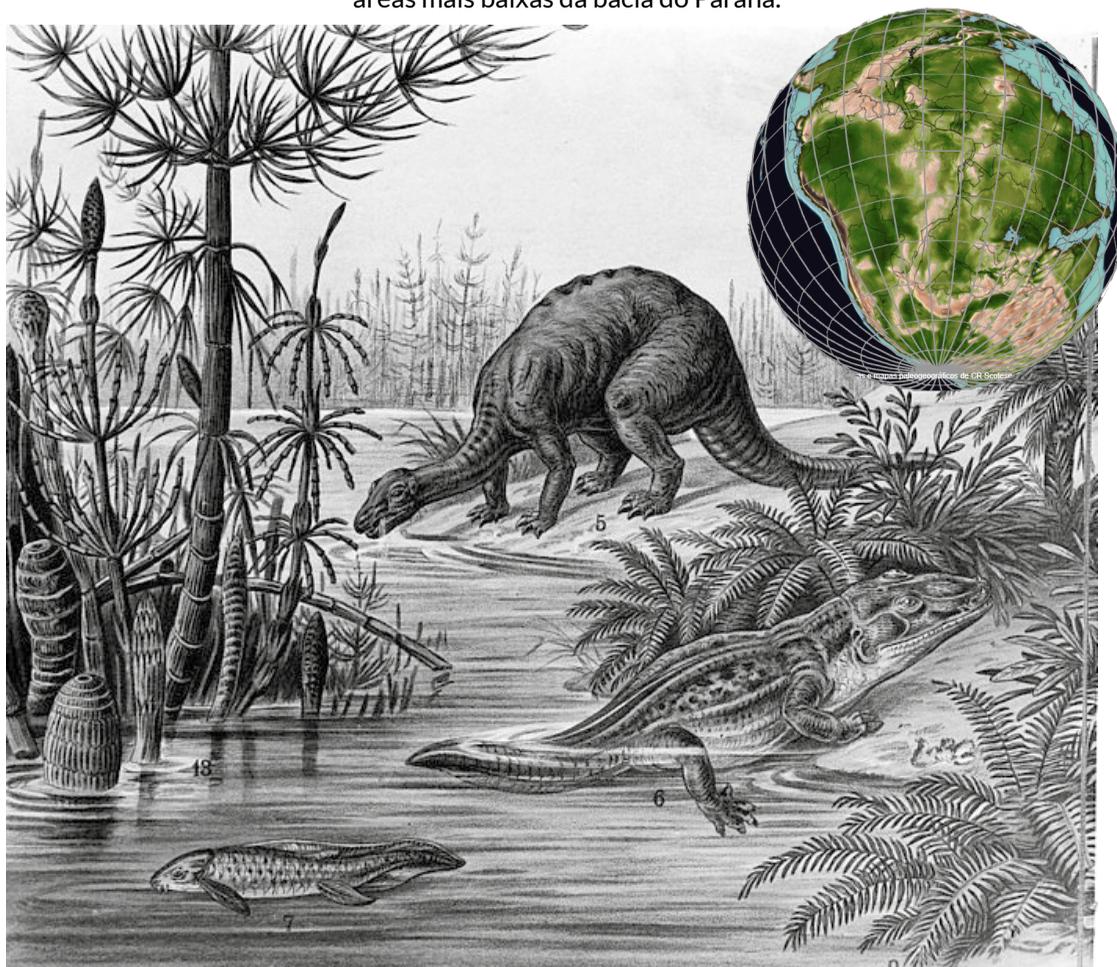
A pressão do magma no interior da Terra promovia grandes rupturas no supercontinente Pangéia e enormes cadeias montanhosas se formavam. Naquilo que é hoje a América do Sul, as maiores montanhas ocupavam as áreas atuais da região sul de Goiás e das regiões sudoeste e sul de Minas gerais, de onde turbulentos rios carregavam sedimentos para depositar nas partes mais baixas desta grande “bacia” de deposição, que hoje chamamos de Bacia Sedimentar do Paraná, estendendo-se por cerca de 1,5 milhão de km<sup>2</sup>, desde o mato Grosso até o nordeste da Argentina.

Por volta de 220 milhões de anos atrás, uma grande rede de canais de drenagem que serpenteavam com baixa energia (carregando em suspensão apenas sedimentos muito leves como argila e silte) as planícies do fundo da bacia, começaram a depositar estes sedimentos em grandes camadas de sedimentos finos e pouco permeáveis, produzindo um cenário de planícies úmidas de lamaçais, por onde circulavam animais de uma fauna muito diversa que começava a se formar após o período “recente” de extinção em massa do final do Paleozóico. Dentre estes animais, encontrávamos grandes tetrápodes herbívoros e os primeiros dinossauros (SCHULTZ *et al*, 2020). Muitos autores consideram este momento como a “Aurora dos Ecossistemas Modernos” (ZERFASS *et al*, 2004), pois corresponde ao ponto de surgimento de muitos grupos de animais e plantas que existem até os dias de hoje.

Ao longo de milhões de anos, a ocorrência de diversos eventos climáticos catastróficos, especialmente aqueles associados às movimentações das placas continentais com a progressiva ruptura da Pangéia, produziu sucessivos momentos de morte e rápido soterramento de grupos de animais que se refugiavam dos desertos nestas áreas

mais úmidas. A condição de um soterramento rápido e com materiais finos de baixa permeabilidade, produzia um ambiente de baixa disponibilidade de oxigênio, o que retardava a decomposição dos tecidos e permitia que as células fossem substituindo de forma muito lenta o material orgânico por elementos minerais carregados pela água no solo. Formaram-se aí as condições ideais para a fossilização de plantas e animais, os quais constituem hoje um dos patrimônios naturais de maior valor da região central do Rio Grande do Sul.

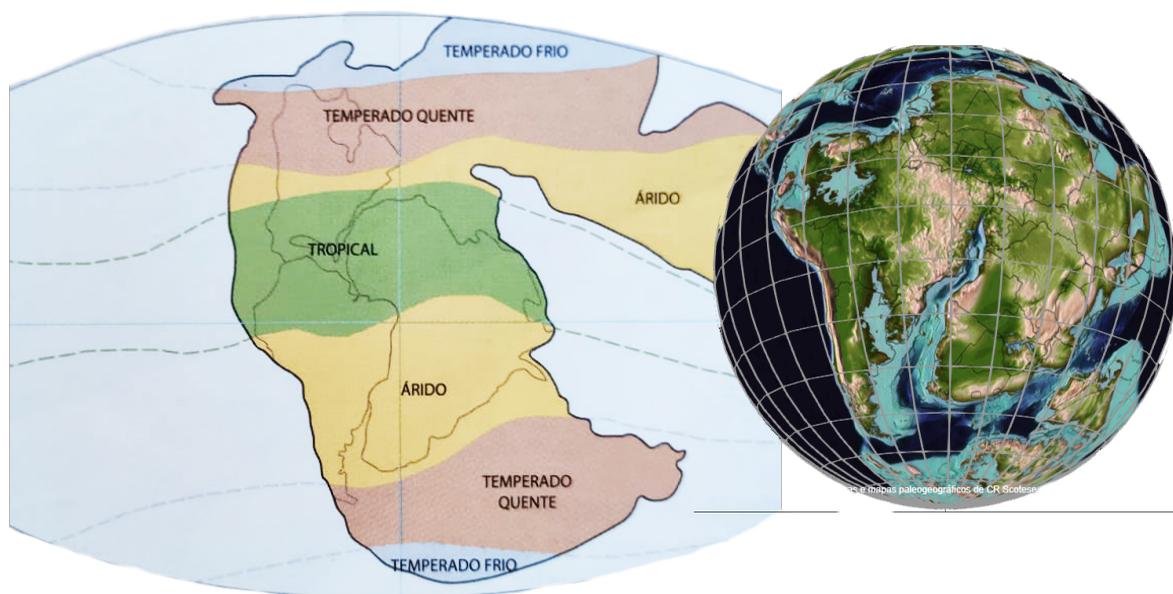
Figura 4 - No canto superior direito, representação do supercontinente de Pangeia por volta de 230-240 milhões de anos atrás, com a localização aproximada da Quarta Colônia. Na figura da esquerda, representação de uma paisagem semelhante as que existiam na região central do RS neste período, onde bandos de animais buscavam refúgio das áreas semi-áridas que circundavam estas planícies inundadas das áreas mais baixas da bacia do Paraná.



Fonte: Para a representação da Pangeia: <https://www.biointeractive.org/classroom-resources/earthviewer>  
Para a paisagem do Triássico: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fauna\\_from\\_Triassic\\_Jurassic\\_Period\\_Wellcome\\_M0008776.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fauna_from_Triassic_Jurassic_Period_Wellcome_M0008776.jpg)

A grande aridez que iniciou durante o período Triássico, se expandiu ao longo do restante do Mesozóico, de forma que já durante o Jurássico, os campos de dunas do supercontinente integravam o maior sistema desértico da história do nosso planeta (figura 5), no qual se incluía o grande deserto de Botucatú, maior do que o atual deserto do Saara que conhecemos. Neste período, a hiperaridez toma conta de praticamente toda a bacia do Paraná, e as áreas úmidas interdunares praticamente desaparecem, desaparecendo consigo a vegetação e obrigando os animais a migrarem para o norte do supercontinente. Por isso não se encontram fósseis hoje em dia nos arenitos do antigo deserto de Botucatú.

Figura 5 – No lado direito, representação do início da fragmentação do supercontinente de Pangeia por volta de 130 milhões de anos atrás. Perceba-se neste modelo, o início da formação do Atlântico, com a separação entre América e África, que continua a ocorrer até os dias atuais, em uma taxa média de 2cm ao ano. Na figura da esquerda, representação das zonas paleoclimáticas deste mesmo período, com destaque para a expansão nas grandes áreas desérticas ao final do Mesozóico.



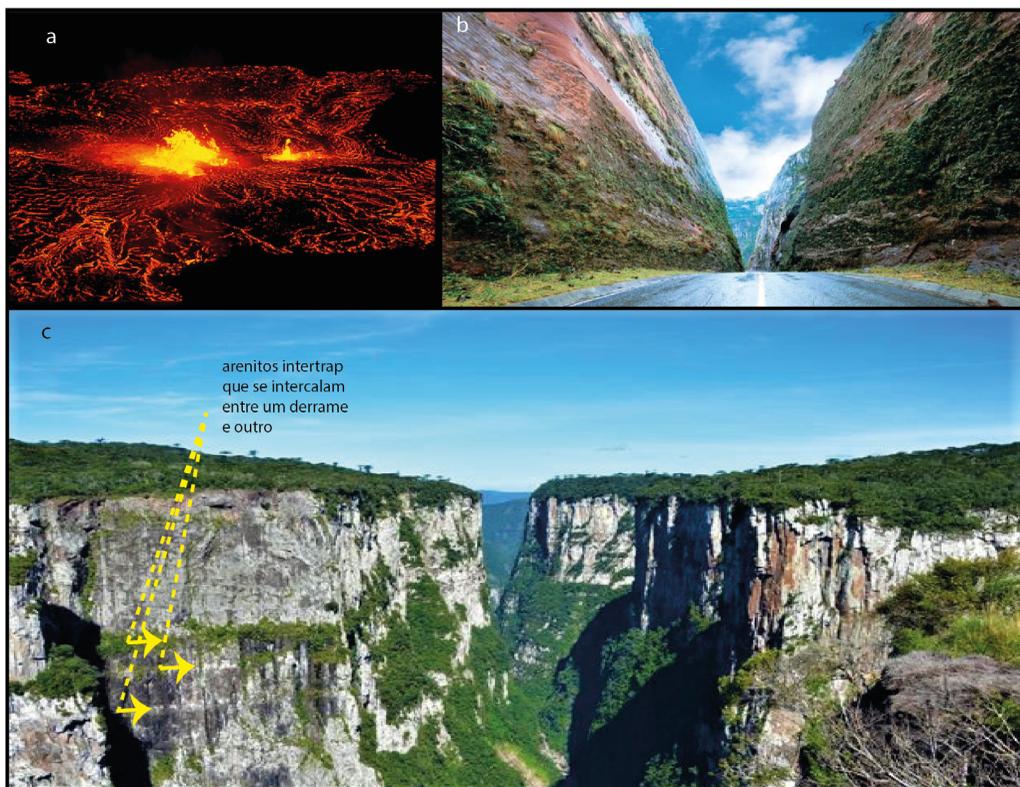
Fonte: Para a representação da Pangeia: <https://www.biointeractive.org/classroom-resources/earthviewer>  
Para a imagem da esquerda: Costa et al (2017)

Na medida em que as forças internas do planeta iam aumentando a pressão e forçando a ruptura da Pangéia por meio da abertura do Atlântico, formaram-se fraturas na crosta, por onde os magmas escaparam e extravasaram na superfície sob a forma de lavas, cobrindo os campos de dunas do antigo deserto de Botucatú. Estas lavas que escoavam na superfície

de forma bastante fluida, podiam chegar a temperaturas de 1250°C, percorrendo dezenas de quilômetros antes de começar a se solidificar. Ao longo deste caminho, estas lavas iam “cozinhando” as areias do deserto, que foram sendo transformadas em rocha (arenitos). Enquanto isso acontecia, os ventos que sopravam sobre o deserto se encarregavam de transportar as areias das áreas que ainda não haviam sido afetadas, para cima das lavas ainda quentes, até que essas novas e mais finas camadas de areia fossem recobertas por novos derrames de lavas. Estes arenitos, chamados de “intertrap”, entremeados às dezenas de derrames vulcânicos que aconteceram entre 137 e 127 milhões de anos atrás, marcam a paisagem atual da bacia do Paraná (figura 6), já que os derrames de lava, hoje transformados em basalto, cobriram cerca de 75% das paisagens desérticas da bacia no Paraná durante o período Cretáceo, definindo o que é hoje o nosso Planalto Meridional Brasileiro.

Figura 6 – Aspectos do vulcanismo Cretáceo: a) os derrames de lava que ocorrem hoje em dia no Hawaí, nos ajudam a compreender os eventos que encobriram o antigo deserto de Botucatu; b) algumas antigas dunas foram totalmente recobertas de lava e transformadas em arenito, como se observa na serra do Corvo Branco (SC), onde a SC-370 cortou uma paleoduna de Botucatu ao meio; c) na região dos aparados da serra podemos observar claramente as camadas de lavas transformadas em rochas vulcânicas, intercalas com os arenitos

intertrap



Fonte: a) <https://www.pickpik.com/hawaii-volcanoes-national-park-hawaii-lava-flow-night-park-135428>; b e c) acervo do autor.

Esse período marca o final da Era Mesozóica, concluída com a grande extinção em massa que levou ao fim dos dinossauros, há 65 milhões de anos, depois que um asteroide com aproximadamente 10 km de diâmetro atingiu a superfície da Terra, gerando uma explosão semelhante a 100 trilhões de toneladas de TNT, alterando as condições climáticas e ambientais da Terra e inaugurando a mais recente era geológica, batizada de Cenozóico. Tal como já fizemos referência acima, as areias do deserto de Botucatu, cozidas pelos eventos do vulcanismo que chamamos Serra Geral, formaram pacotes de arenito com uma espessura média de 300m, recobrendo uma área de 1,2 milhão de Km<sup>2</sup>. São exatamente esses arenitos que, por serem porosos, guardam a água da chuva que se infiltra pelas fraturas das rochas vulcânicas que os recobrem. Estão aí depositadas 45% das reservas de água subterrânea do país. São as reservas do aquífero Guarani, o maior reservatório de água subterrânea do Brasil e um dos maiores do mundo, abastecendo de água boa parte das cachoeiras e nascentes do atual território da Quarta Colônia (figura 7)

Figura 7 – A água que se acumula no arenito poroso do antigo deserto de Botucatu, protegido pela cobertura de rochas vulcânicas constitui hoje um dos maiores patrimônios hídricos do Brasil, o aquífero Guarani (figura da esquerda) e alimenta boa parte das cascatas e nascentes do Geoparque Quarta Colônia (figura da direita – Cascata Raddatz em Agudo)



Fonte: Figura da esquerda: <http://caarapoonline.com.br/noticia/7944/projeto-em-analise-propoe-vender-agua-do-aquifero-guarani>; figura da direita: acervo do autor.

Estima-se que as reservas do aquífero Guarani sejam de 50.000 Km<sup>3</sup> de água, e o volume disponível para aproveitamento chegue a 40 Km<sup>3</sup>/ano (COSTA *et al*, 2017). As recargas (transferências da água da chuva até a rocha) deste aquífero, que podem chegar a 166 Km<sup>3</sup>/ano, são feitas pelo sistema solo-floresta. Portanto, quando cuidamos da floresta, não estamos cuidando apenas da biodiversidade, mas também da conservação da água

doce, um dos bens mais preciosos da humanidade, o “ouro azul” do século XXI.

É justamente essa riqueza de água subterrânea que garantiu o rápido retorno da Mata Atlântica em todo o sul do Brasil nos últimos 12 mil anos, desde que a temperatura na Terra voltou a se aquecer, após um longo período glacial que se estendeu desde 110 mil atrás até os 12.000 anos atrás, momento esse que marca o início do sedentarismo humano com a construção das primeiras cidades.

Com o aumento da temperatura, voltaram as chuvas e um aumento nos níveis de água nos rios e reservatórios naturais da região sul, promovendo uma intemperização mais acelerada das rochas e um aumento das taxas de erosão, fazendo com que a escarpa do Planalto Meridional fosse recuando e abrindo espaço para as grandes planícies sedimentares, como a do rio Jacuí, que vai recebendo os sedimentos dos solos e rochas erodidas do Planalto e que se depositam nas partes mais baixas, aumentando a fertilidade dos solos que hoje em dia são ocupados especialmente na produção arrozeira.

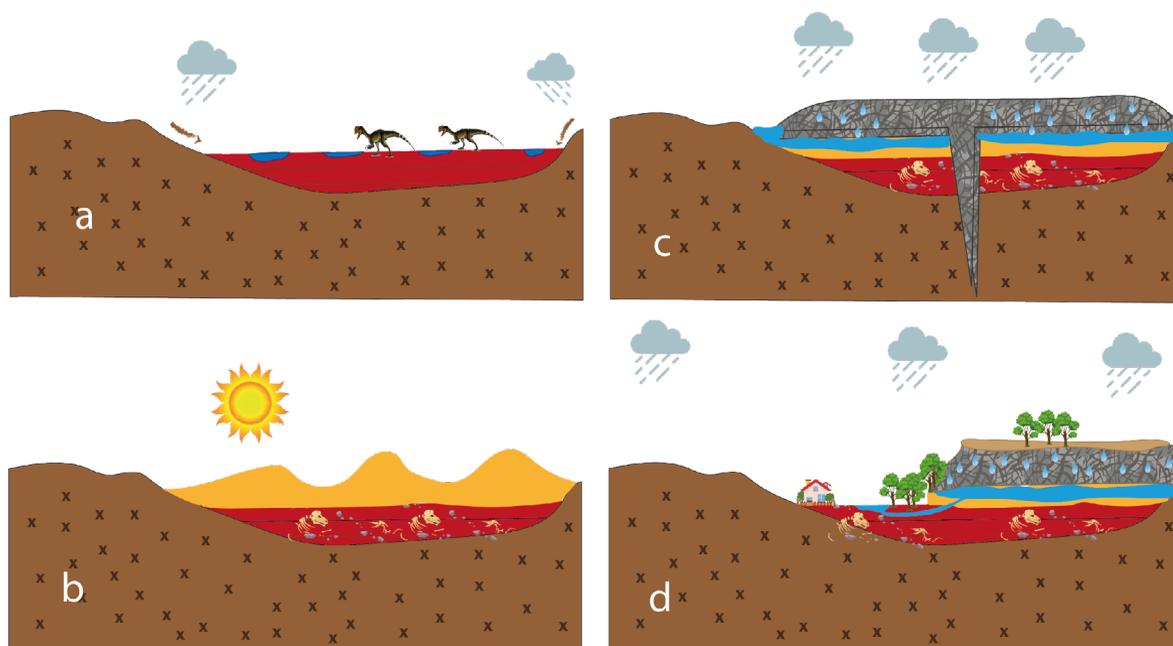
Essa abundância de água, a riqueza das florestas e a fertilidade dos solos atraíram os primeiros habitantes da pré-história gaúcha, já a 6 ou 7 mil anos atrás, intensificando a ocupação no centro do estado nos últimos 1000 anos, com os povos da Tradição Guarani. Muitos dos saberes ambientais que cultivamos até hoje na forma como lidamos com a natureza, representam uma rica herança destes primeiros povoadores. Os sítios arqueológicos encontrados na Quarta Colônia, enriquecem ainda mais o caráter patrimonial da paisagem deste território.

Com o recuo do planalto e a erosão das rochas vulcânicas e dos arenitos abaixo delas, reaparecem aqueles sedimentos das planícies úmidas de lamaçais que marcavam a paisagem do início do Mesozóico, a quase 250 milhões de anos atrás. Esses sedimentos avermelhados e com textura argilosa não apenas reaparecem nos nossos cortes de estrada de hoje, como nos revelam a enorme riqueza fóssilífera daqueles bandos de animais hoje extintos que foram rapidamente recobertos após a morte em grandes enchentes e desastres naturais e que ficaram fossilizando por centenas de milhões de anos, até que a erosão os trouxesse à superfície, para que pudéssemos aprender com eles e ampliar nosso conhecimento sobre as paisagens do passado (figura 8).

Os primeiros imigrantes europeus a chegarem no atual território da Quarta Colônia, vindos da Pomerânia, em 1855, instalaram-se na localidade de Cerro Chato (atualmente município de Agudo), aproveitando-se das férteis terras da várzea do Jacuí para cultivar

batatas, feijão, milho, trigo, centeio, fumo e arroz, sendo este último o produto que mais se destaca até hoje no município. Seu idioma, sua gastronomia, sua arquitetura, suas danças, expressavam uma forma particular de interpretação do mundo, mas que não entrou em conflito com a natureza e a cultura que aqui encontraram; antes disso, enriqueceram a paisagem com expressões culturais (figura 9) que hoje representam parte expressiva do patrimônio do território. O “estilo” enxaimel das construções alemãs se destaca ainda hoje em diversas casas da Quarta Colônia. Além de fortes, as casas eram baratas e de construção simples. Enxaimel quer dizer “enchimento”, o que significa que, primeiro, construía-se o esqueleto da casa, composto de toras grossas de madeira, dispostas na vertical, na horizontal e na diagonal como forma de sustentação. Feita a “caixa” externa, os espaços entre as toras eram completados com os materiais disponíveis na localidade, fossem eles taipa, barro socado, tijolos maciços rebocados e até mesmo pedras.

Figura 8 – A paisagem da Quarta Colônia em quatro tempos: a) as planícies lamacentas do tempo profundo (Triássico- 220 milhões de anos); b) o domínio desértico juro-cretáceo do Botucatú que recobriu as planícies úmidas (150 milhões de anos); c) o vulcanismo Serra Geral que recobriu o deserto e deu início ao aquífero Guarani (130 milhões de anos); d) as paisagens atuais (com menos de 10.000 anos), com o recuo da escarpa do Planalto Meridional, trazendo de volta as planícies antigas (agora sendo recobertas por sedimentos recentes) e seus fósseis.



Fonte: Organização do autor

Em 1877, chegavam os primeiros imigrantes italianos, como já comentamos no início deste capítulo, abrindo picadas em meio da mata, construindo casas com uma arquitetura diversa daquela dos alemães (figura 10), criando lavouras, trabalhando a madeira, introduzindo uma cultura gastronômica, linguística e artística até então desconhecida neste território. Mais uma vez o “estranhamento” do novo agregou diversidade, muito mais do que gerou conflitos. A paisagem se enriqueceu com este novo olhar sobre a natureza, e as adversidades encontradas pelos primeiros imigrantes estimulou não só a religiosidade como o trabalho colaborativo e a cooperação entre os moradores, seja na preparação das festas religiosas, seja nos mutirões de construção, plantio e colheita.

Figura 9 – Estilo germânico de construção enxaimel trazido pelos primeiros imigrantes, e que ainda hoje constituem uma herança patrimonial na paisagem da Quarta Colônia (Linha Nova Boêmia, Agudo). A construção enxaimel consistia na montagem de uma estrutura de toras de madeira, cujos espaços internos eram depois preenchidos com o material disponível no local. Na foto da esquerda, casa da família Hensteche. Na foto da direita, salão de festas Armino Luis Ehrhardt.



Fonte: Foto da esquerda: acervo de Djulia Ziemann; foto da direita: Cechin (2019)

Figura 10 – Estilo colonial italiano de construção, geralmente de dois pisos, sendo um deles em forma de sótão. As casas eram construídas utilizando os materiais disponíveis na região, especialmente a pedra e a madeira, em menor frequência os tijolos artesanais de barro, que logo se tornaram mais comuns com a fundação de das olarias. Na foto da esquerda, diorama de uma casa típica, montado no Museu Geringonça, em Nova Treviso (Faxinal do Soturno). Na foto da direita, reprodução de uma arquitetura italiana colonial no Parque Histórico Municipal de Dona Francisca.



Fonte: Foto da esquerda: acervo do autor; foto da direita: acervo de Djulia Ziemann

Ao mesmo tempo em que a quarta colônia de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul ia se instalando e compartilhando territórios com as marcas da imigração alemã, em outros pontos deste mesmo território, quilombos de escravos libertos iam fixando raízes e construindo novas e não menos ricas identidades. Novos saberes e culturas, desenvolvidos em um processo histórico de muita resistência, adaptação e aprendizagem com a natureza.

Todos estes elementos estão presentes e marcam as características patrimoniais da paisagem da Quarta Colônia, em cada canto deste território. A paisagem nos revela, a cada momento, os testemunhos dos diferentes tempos que se encontram sobre o mesmo espaço (figura 11).

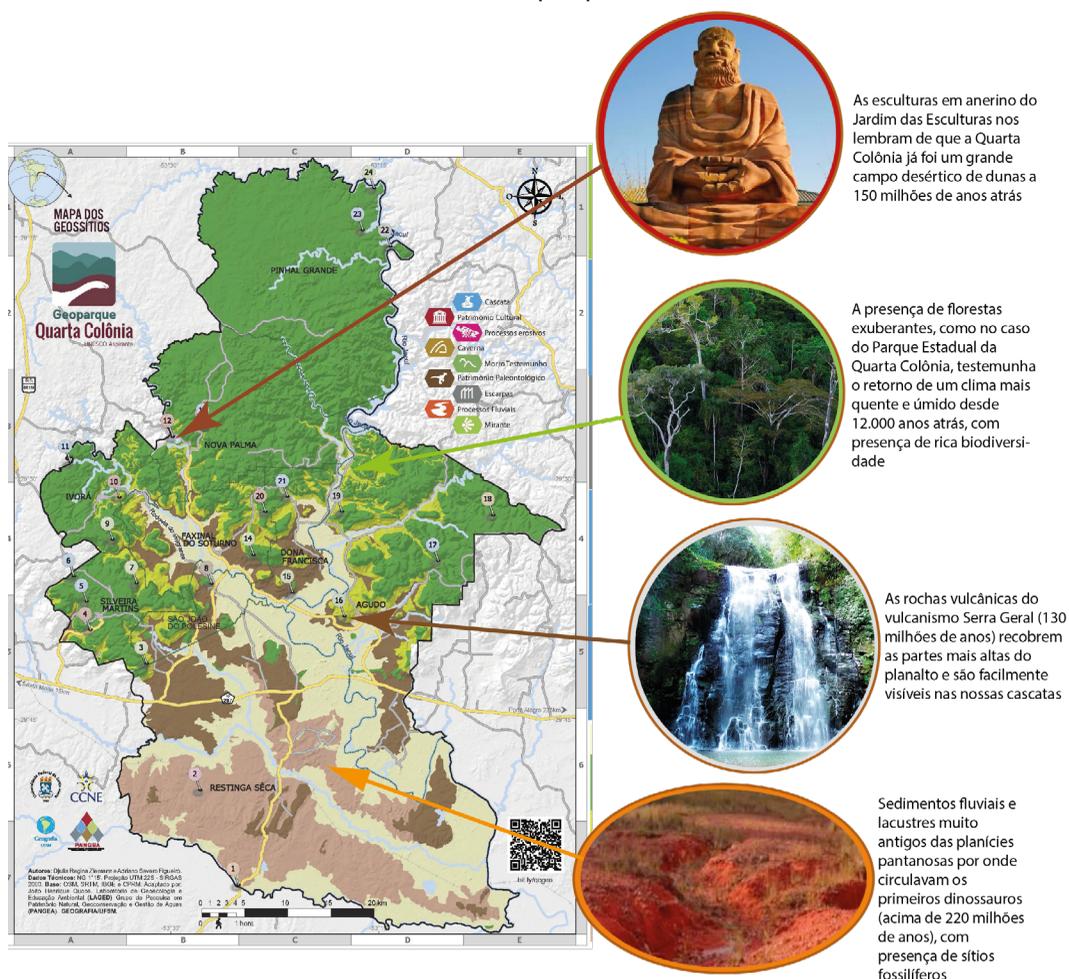
Mais do que o resultado de uma transformação linear e progressiva da natureza pela cultura humana, a paisagem se transforma em uma grande síntese, onde tempo e espaço apresentam uma combinação única e complexa. Assim, a complexidade da paisagem que se descortina diante do observador é, ao mesmo tempo, morfológica (nas diferentes formas dos diferentes tempos que coexistem), estrutural (pela diversidade de estruturas naturais e sócio-culturais que se conectam), funcional (já que diferentes estruturas cumprem diferentes funções) e emocional (dada a variedade de emoções que são mobilizadas nos diferentes sujeitos que são envolvidos pela paisagem). É nesta mistura de formas, estruturas, funções e sentimentos que se ancora o aspecto patrimonial das paisagens, seja no patrimônio natural (as heranças atuais de processos e ambientes pretéritos), seja no patrimônio cultural (as permanências culturais que favorecem um certo respeito pela memória do passado e pela identidade, e que frequentemente entram em conflito com os imperativos econômicos do tempo presente).

## **A educação para a paisagem como uma expressão sensorial e cognitiva**

Se a compreensão da complexidade que envolve o conceito de paisagem já representa, por si só, um desafio a quem tenta desvendá-la, educar o olhar do outro para realizar esta lenta jornada de uma interpretação social da natureza, é um desafio ainda maior. Podemos lançar mão de um conjunto de instrumentos interpretativos que podem nos auxiliar nesse processo, como maquetes, mapas, painéis, fotografias antigas, histórias de vida, teatro, consulta a arquivos e museus, aplicativos de celular, etc. Todavia, seja qual for a estratégia que adotemos para aproximar o observador da realidade da paisagem, é importante lembrar

que os instrumentos são apenas ferramentas de mediação para conectar os sujeitos e os objetos, mas esta conexão só ocorre, efetivamente, na medida em que somos capazes de gerar um “envolvimento”, uma mobilização emocional dos indivíduos com aquela paisagem que está sendo interpretada. Essa premissa é reforçada por Tilden (1975), quando afirma: *“qualquer interpretação que não relacione, de alguma maneira, aquilo que está sendo mostrado ou descrito com algo que faça parte da personalidade ou da experiência do visitante será estéril”* (p.09).

Figura 11 – A paisagem atual da Quarta Colônia representa uma síntese de processos e estruturas que ocorreram em diferentes momentos do tempo geológico e histórico, definindo uma complexidade de elementos que representam hoje o grande patrimônio a ser conservado e interpretado dentro do território do Geoparque.



Fonte: Montagem do autor

Considerando que a paisagem de homens e natureza interagindo representa um sistema “vivo” em constante movimento de auto-criação e auto-regulação como vimos anteriormente, não se pode pensar nos sujeitos como aprendizes passivos de informações “sobre” a paisagem e seu patrimônio. Ao contrário, todo o processo formativo dos sujeitos deve ser orientado “para” a paisagem, isto é, para prepara-los à condição de protagonistas do processo de conservação/transformação, de modo a que os habitantes se sintam eles próprios parte do patrimônio daquele território. A partir deste contexto mais amplo de interpretação, Azman et al. (2011) definem cinco grandes desafios para a geoeducação em geoparques: desenvolver o conhecimento, desenvolver o compartilhamento de valores, auxiliar a assumir papéis e responsabilidades, estimular a criação de benefícios e oportunidades e produzir uma responsabilidade corporativa na comunidade do território.

A tarefa de desenvolver e disseminar o conhecimento do território, é uma das mais bem compreendidas e utilizadas nos diferentes geoparques ao longo do planeta, ainda que em muitos casos, como se referem Batllori i Obiols e Serra i Sala (2017) se coloquem os sujeitos diante do conhecimento de uma “paisagem acabada”, da qual eles são meros expectadores. Tal método transmite algumas visões que podem se demonstrar um obstáculo à introdução de uma educação paisagística orientada para a ação, com identidade e protagonismo, já que, por vezes, se difunde um entendimento generalista e superficial de que a ação humana tem sempre um caráter destrutivo. Nesta visão mais reducionista, a natureza e o seu patrimônio parecem alheios à sociedade, devendo ser “protegidos” da ação humana. A fim de evitar estas distorções interpretativas e orientar este objetivo da geoeducação no sentido da formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade do território a longo prazo, Busquets (2011) aponta dez premissas essenciais na educação para a paisagem:

- Reivindicar as paisagens ordinárias como objeto de reflexão e conservação, e não apenas aquelas de caráter universal excepcional; nossa interpretação deve iniciar sempre pelas paisagens que nos cercam em nosso cotidiano;

- Buscar a compreensão da semântica paisagística, do significado dos arranjos visíveis no espaço; a partir disso, algumas questões emergem como um fio condutor para nossa interpretação: “por quê aquilo aparece daquela forma?” ou “por quê aquilo foi/é defeito deste jeito?”

- Conceber a paisagem como um produto social para além do exclusivamente natural; a paisagem nos revela as marcas da interação da sociedade com a natureza; cada

sociedade, em cada local e em cada momento histórico, deixa sua “assinatura” na paisagem; ao intérprete cabe decodificá-la;

- Aprender com a complexidade dos fenômenos; normalmente as respostas mais simples, são as mais equivocadas; precisamos “mergulhar” em buscas de respostas mais bem elaboradas, seja pesquisando em arquivos, fotografias, mapas, conversando com os mais velhos, ou recorrendo à bibliografia disponível;

- Aprender a utilizar de forma sustentável a multiplicidade de recursos oferecidos pela paisagem; a interação direta com a natureza, por meio dos trabalhos de campo, nos permitem conhecê-la com mais intimidade; quando selecionamos seixos no rio para um trabalho manual, aprendemos sobre a capacidade de transporte daquele rio e sobre as características das rochas que ele carrega. Quando caminhamos em silêncio em uma trilha, conseguimos diferenciar os sons e os cheiros da natureza; quando tocamos com a mão no barro, sentimos a textura dos elementos que compõe aquele solo; quando tentamos desenhar uma casa antiga, nos deparamos com detalhes construtivos que haviam escapado aos nossos olhos em uma primeira olhada; o vinho é melhor compreendido quando se amassa a uva, ao invés de simplesmente falarmos sobre ela.

- Superar a dicotomia entre o local e o global; a paisagem nos conecta ao mundo, ao mesmo tempo em que nos enraíza em uma identidade própria; o aprendizado está em não nos entregarmos ao “não lugar” de um mundo homogêneo mas, ao mesmo tempo, não nos fecharmos de todo a este mundo globalizado; saber reconhecer os conflitos e refletir sobre eles. “Transformar mantendo” é, talvez, o maior desafio contemporâneo para o manejo das paisagens culturais que estão, inexoravelmente, sempre em movimento.

- Fortalecer a dimensão patrimonial da paisagem, tanto nos aspectos da natureza quanto da cultura, o que envolve trazer para a geoeducação as questões ligadas à gastronomia, à linguagem e às características artísticas do território;

- Adaptar a educação paisagística aos diferentes estágios cognitivos dos sujeitos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio; é preciso pensar em um programa de educação patrimonial, que vá desde o patrimônio familiar até alcançarmos a Terra como um patrimônio comum a todos os seres vivos.

- Adotar o método científico de trabalho, de modo a que os sujeitos se transformem em produtores de um conhecimento territorial ao invés de simples consumidores de informação; os alunos se sentirão muito mais incluídos neste processo de conservação

se forem eles também a auxiliar na produção do conhecimento, desenhando, coletando, entrevistando, fotografando, etc.

- Criar pontes de conexão entre os conhecimentos atuais dos especialistas e o conteúdo trabalhado pelos sujeitos aprendentes.

Compreender a paisagem é sempre um desafio inacabado para todos os educadores; quanto mais a investigamos e produzimos materiais para a sua interpretação, mais se amplia nosso horizonte e nossos desafios. A paisagem é o grande “oikos” (palavra que em grego significa “casa”) humano, e quanto mais a fundo nós mergulhamos nela, mais nós passamos a conhecer sobre os indivíduos que a produzem. A paisagem nos ensina sobre os processos lentos que levam a mudanças profundas, sobre a liberdade dos seres e o direito à diferença e à diversidade. A paisagem ensina sobre os medos, as angústias e os sonhos de todas as gerações que por ali passaram. Aquilo que está a nossa volta, se bem interpretado, é um microcosmo do arranjo e do desarranjo que está pelo mundo todo; por isso, melhor do que livros ou fotos, olhemos pela janela e, a partir dela, saiamos caminhando pelo mundo...

## Referências

- AZMAN, N.; HALIM, S.A.; LIU, O.P. & KOMOO, I. The Langkawi Global Geopark: local community's perspectives on public education. **International Journal of Heritage Studies**, vol. 17, n.3, p. 261-279, 2011.
- BATLLORI I OBIOLS, R. & SERRA I SALA, J.M. D'ensenyar geografia a través del paisatge a educar en paisatge. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, vol. 63, n.3, p. 617-630, 2017.
- BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Une Géographie Traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités**. Paris: Editions Arguments. 2002.
- BUSQUETS, J. La importància de l'educació en paisatge. In: NOGUÉ, J. et al. (eds.). **Paisatge i educació**. Olot: Observatori del Paisatge (Catalunya), 2011. p. 60-88.
- CECHIN, D. **Integração do Patrimônio Cultural ao Natural como Recurso Geoturístico na Implantação do Projeto do Geoparque Quarta Colônia, RS, Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia. Santa Maria: UFSM, 2019.
- COSTA, J.B.S. et al. **Patrimônios da Terra. A Serra da Canastra e o rio Paraná**. São Paulo: Líquida, 2017.
- DAL LAGO, O.; DAL LAGO, R. **A Pompéia de Vincenzo Guerra. “La casa di Buia del Friuli”**. Santa Maria: UFSM, 1993.
- DOLFUSS, O. **L'espace Géographique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

FAGAN, E.B. **Quarta Colônia. Terra, gente e história.** São João do Polêsine: Edição da autora, 2015.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços.** Porto Alegre: L&PM, 2005.

POZO, J.M. Introducció. Paisatge, ciutadania i educació. In: NOGUÉ, J.; PUIGBERT, G.B.; LOSANTOS, A. (Orgs.). **Paisatge i Educació.** Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya; Departament d'Ensenyament de la Generalitat de Catalunya, 2011. pp. 18-45.

SCHULTZ, C.L. et al. Triassic faunal successions of the Paraná Basin, southern Brazil. **Journal of South American Earth Sciences**, 104, p.1-24, 2020.

TOLEDO, V.M. & BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ZERFASS, H.; CHEMALE Jr., F.; SCHULTZ, C. L.; LAVINA, E. L. Tectonics and sedimentation in Southern South America during Triassic. **Sedimentary Geology** v. 166, p. 265 292, 2004.

# **CAPÍTULO 6**

*por Cesar De David*

## **PATRIMÔNIO RURAL NA QUARTA COLÔNIA – POR ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS**

# PATRIMÔNIO RURAL NA QUARTA COLÔNIA- POR ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS

Cesar De David <sup>1</sup>

## Introdução

O rural brasileiro, por uma série de fatores em que se destacam a dimensão de seu território, a longa história de sua ocupação e o peso das atividades agrícolas na economia, tem se constituído em um espaço dinâmico e diverso, com um rico patrimônio associado às suas populações e atividades. Não vamos discutir nesse texto as questões teórico-conceituais do patrimônio, pois essa discussão está presente em outros textos dessa coletânea. Dedicaremos especial atenção ao significado e importância que o patrimônio rural pode apresentar em um projeto de Geoparque, especialmente no Projeto Geoparque Quarta Colônia.

Para que possamos alcançar satisfatoriamente essa empreitada vamos primeiramente nos dedicar a definir as noções de rural e ruralidade a fim de situar as bases de nosso discurso, ou seja, quando falamos em rural, do que estamos falando? Só assim poderemos apreender a dimensão dos espaços rurais na Quarta Colônia e as especificidades de seu patrimônio rural. Após essa primeira aproximação, procuraremos reconhecer algumas ameaças a esse patrimônio rural e o que se pode fazer para reconhecer, valorizar e conservar o patrimônio rural na Quarta Colônia.

Procuraremos demonstrar que, em que pese a diversidade e riqueza do patrimônio rural da Quarta Colônia e das possibilidades que apresenta num projeto Geoparque, são grandes e severas as ameaças de sua destruição, assim como são frágeis e limitadas, senão ausentes, as políticas para seu reconhecimento, valorização e conservação.

Esta reflexão fundamenta-se em bibliografia que será referenciada ao longo do texto, em andanças pela região coletando impressões e imagens do rural e em sítios das prefeituras na *internet*, consultados no período de março a agosto de 2020.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia. Professor Associado da UFSM. E-mail: [cesar.david@ufsm.br](mailto:cesar.david@ufsm.br)

### *Situando o rural e o colono no discurso sobre o patrimônio*

Ao discutir o patrimônio rural é necessário, antes de mais nada, de definirmos o que entendemos por rural, tarefa particularmente complexa e difícil, pois cada país adota determinados critérios, considerando suas características naturais e, sobretudo, socioeconômicas. Há critérios quantitativos em relação ao tamanho da população e há critérios qualitativos relacionados às atividades e funções realizadas nos diferentes lugares.

No Brasil a definição de rural dá-se por exclusão, uma vez que se considera urbano todo o perímetro compreendido pela sede do município e dos distritos e urbana a população que aí vive, independentemente de suas atividades e relações, o que contribui para a vaguidade desse conceito. Assim, considera-se rural o que não é urbano, e campo o que não é cidade. Mais que conceitos/definições, crescem-se os problemas em relação aos sentidos e significados atribuídos ao rural e as suas relações com a cidade e o urbano. No entanto, destacamos as interconexões desses conceitos, a semelhança do que diz Rua (2019, p. 297) sobre essa questão:

... urbano e rural se mesclam, hibridizam-se, borram seus limites (blurring boundaries), (...). Acrescentamos que essa hibridização entre rural e urbano ocorre sem se anularem e sem deixarem de manter (mesmo que alteradas) suas características fundamentais (dependência mútua, ideia contida no caráter relativo/relacional do espaço) no urbano e no rural.

Das associações que se fazem à modernidade, decorre que o rural, embora uma palavra muito forte, fica impregnada de uma série de estereótipos e clichés que o associam ao atraso, ao passado, à simplicidade, à precariedade e ao rústico – raiz etimológica que lhe dá origem.

No entanto, o projeto Geoparque carrega no seu próprio nome as referências ao rural, uma vez que colônia se refere a uma pequena parcela de terra recebida pelas famílias imigrantes para desenvolver suas atividades, entre as quais a agricultura – o plantio e a criação de animais. Assim como o termo colono, a despeito de ser um termo polissêmico, com diferentes significados em cada região do país, em nossa tradição sulista remete a dois sentidos: (1) trabalho árduo na terra, rudimentar e precário e (2) indivíduo rude, pobre, sofrido.

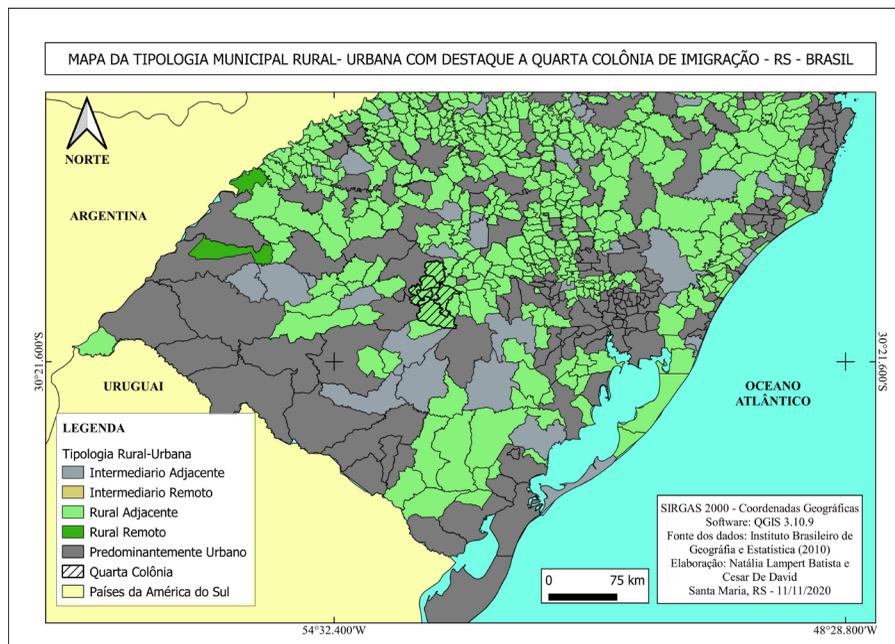
Em nossa sociedade em que palavras como desenvolvimento, transformação, mudança – são intrinsecamente associadas ao progresso – são valores muitas vezes

que se contrapõem às noções de patrimônio – em que preservação, conservação e permanências são mais valorizadas. A sabedoria está em conjugar essas duas dimensões e sentidos, compreendendo que as noções de conservação/preservação não são opostas ao desenvolvimento, mas justamente, constituem parte importante de um mesmo processo.

Nessa diferente perspectiva, que privilegia as articulações e interrelações entre campo e cidade, conjugando diferentes critérios quali-quantitativos que novas propostas de definições de rural estão sendo gestadas no país, como é o caso da proposta de uma nova classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos, lançada pelo IBGE (2017). Nessa classificação considera-se a ruralidade enquanto conjunto de atividades, funções, relações e expressões que se realizam e se manifestam no espaço rural e se articulam e se relacionam em maior ou menor grau com os espaços urbanos. Alves (2019, p.185) destaca que a ruralidade é material e imaterial e por isso ultrapassa os limites impostos o perímetro urbano, (...) e envolve ações e vivências que se expressam no cotidiano da sociedade.

Por essa classificação, o território da Quarta Colônia seria constituído por municípios rurais adjacentes, conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 – Mapa de parte da Região Sul do Brasil sob a nova classificação de áreas rurais e urbanas do IBGE (2017).



Fonte: IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação, 2017.

Em razão das atividades preponderantes que se realizam na Quarta Colônia, especialmente nos espaços hoje ainda identificados como rurais, especialmente a agricultura, [nele] mantém-se relações intrínsecas com a natureza, sobretudo com a terra e com a água, em que pese o avanço incontestado das tecnologias modernas. Espaço por excelência da agricultura, embora não exclusivo, o vínculo com a terra e com a água para a produção das diversas culturas ainda é estreito, mesmo nas práticas mais avançadas em termos técnicos.

Também há uma relação muito próxima, e em alguns lugares até mesmo dependente, com as condições climáticas e atmosféricas: variações das estações, comportamento das massas de ar, índices de temperatura, pressão e umidade do ar e do solo, amplitude térmica, regime dos ventos, índice e distribuição das chuvas, assim como do relevo, da fertilidade natural dos solos, da disponibilidade da água, dos tipos de vegetação e dos animais, entre outras condições naturais.

Assim, a Quarta Colônia é um território rural, porém isso não quer dizer, necessariamente, que seja um espaço agrícola, pois o espaço rural não pode ser confundido com a agricultura. Outras atividades (não-agrícolas) tem lugar no campo – comércio, artesanato, extrativismo, mineração, serviços, indústrias – nem sempre associadas ou relacionadas à agricultura. Artesãos, comerciantes, assalariados, operários, estão também instalados no campo usufruindo dos empregos que são oferecidos nesses locais, ou efetuam cada dia um trajeto mais ou menos longo para ir aos locais de trabalho na cidade.

Como toda produção social, os espaços rurais são dinâmicos, mas a natureza – os solos, o clima, as vertentes – parecem imutáveis. Muitos elementos construídos pelos homens ao longo do tempo mudam lentamente, são conservados de geração em geração e tomam, às vezes, um valor patrimonial.

As habitações, o traçado dos caminhos, morros e florestas constituem exemplos dessas permanências. Paralelamente, as metamorfoses contemporâneas são vertiginosas e elas parecem se acelerar. Frequentemente, elas podem apagar as heranças deixadas pelos habitantes que antecederam as atuais gerações.

### *As especificidades do patrimônio rural da Quarta Colônia*

As características socioespaciais – identitárias do rural atribuem singularidade aos territórios. São essas singularidades dos espaços que os tornam lugares únicos no mundo.

Eles – os espaços rurais – estão relacionados ao modo de vida de sua população, seu trabalho, seu lazer, suas relações – que deixam marcas no território.

Entre as especificidades desses espaços rurais da Quarta Colônia podemos destacar os estabelecimentos rurais. As parcelas (propriedades, estabelecimentos) são caracterizadas pela sua superfície, ocupando em geral pequenas e médias dimensões, cerca de 20 hectares, sua forma, pelo tipo de cercamento realizado em geral por cercas de fios de arame e pela sua destinação à agricultura e pecuária. Esses elementos estão ligados com os hábitos, às vezes seculares, relacionados aos sistemas de cultivo e criação.

São constituídos pelos espaços incultos e um mosaico de parcelas com destinação diversificada. Algumas são destinadas à agricultura, outras a atividades não-agrícolas, silos, armazéns, engenhos, moinhos, secadores, áreas florestais, tanques de piscicultura, lugares turísticos ou recreativos.

O habitat rural é uma marca concreta dos lugares. Cada região do globo possui uma ou mais tipos de moradias rurais tradicionais. Elas são divididas em dois grupos, o primeiro é formado pelas construções das atividades agrícolas e o segundo por outras edificações, como as residências.

As construções dedicadas às atividades agrícolas são diversificadas. É frequente no espaço rural a presença de um galpão, construído de madeira (o mais tradicional), de alvenaria ou de chapas galvanizadas, ou ainda, da combinação desses materiais. Na região percebe-se, muitas vezes, que antigas residências de alvenaria são refuncionalizadas para atender a destinação de depósito de grãos, produtos, insumos ou maquinários (Figura 2). Em alguns lugares as estufas de secagem de fumo, abandonadas ou ainda em atividade são recorrentes na paisagem, com sua arquitetura característica (Figura 3).

Figura 2: Galpão para depósito de produtos e instrumentos de trabalho. Quarta Colônia, 2020



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

As casas tradicionais possuem uma disposição, um plano, uma elevação, uma relação com os materiais de que elas são feitas, a natureza das atividades desenvolvidas e as tradições arquitetônicas locais. Embora algumas sejam construídas de madeira, a grande maioria das construções são de alvenaria, em estilo moderno. Restam poucas com os aspectos tradicionais das construções do final do século XIX e do início até meados do século XX.

Figura 3: Estufa de fumo, referência comum no espaço rural sul-rio-grandense, Quarta Colônia, 2020.



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

As moradias são de um ou no máximo dois pavimentos, sóbrias, com poucos adornos arquitetônicos, com uma porta central, em geral de duas folhas, ladeadas por uma ou duas janelas, de madeira. Quando de dois pavimentos, o andar de cima frequentemente é mais baixo, com janelas menores, sem vidros e servia antigamente de paiol ou depósito (Figura 4).

Figura 4: Residência na Quarta Colônia, 2020.



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

As infraestruturas também são marcas na paisagem rural. São estradas, caminhos, pontes, canais e outros equipamentos que permitem a circulação e o transporte. São as vias por onde transitam pessoas e bens. O cuidado com a manutenção das estradas no espaço rural é condição fundamental para o acesso ao patrimônio e constitui, muitas vezes, num patrimônio ainda não reconhecido. O olhar atento e sensível, no entanto, é capaz de reconhecer a dimensão estética que muitas vezes se revela para além de sua funcionalidade cotidiana (Figura 5).

Figura 5: Estrada e ponte com balaustrada - Quarta Colônia, 2020.



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

O patrimônio rural não se reduz aos bens materiais, produzidos e construídos pelas gerações de antanho. Ele se constitui de um conjunto de elementos formados por saberes, técnicas, fazeres, herdados e transformados ao longo do tempo sempre que exigiram as

condições de existência das famílias rurais, suas necessidades objetivas e subjetivas.

Nesse conjunto de coisas e práticas, ganha especial relevo a forma de preparar, conservar e servir os alimentos. A gastronomia talvez seja a atividade que mais aporta referências do rural, trazendo à memória aromas e sabores reconhecidamente familiares, associados à fartura, à abundância, típica das famílias camponesas. São comidas e bebidas produzidos a partir de receitas que passaram por muitas gerações, embora os ingredientes tenham mudado ao longo do tempo. Se a farinha não é mais produzida no moinho de pedra, nem o ovo é caipira, a forma de juntá-los numa massa lisa e suave transforma-se em pão, cuja textura, cor, forma, aroma e sabor é a referência do lugar, ou seja, uma iguaria única no mundo (Figura 6). Valorizar, preservar e difundir as receitas tradicionais, as formas de preparar e conservar os alimentos, amálgama das sociedades rurais, constitui-se em condição necessária em qualquer projeto que visa reconhecer o patrimônio rural de um território.

Figura 6: O queijo e o salame são produzidos por diferentes culturas como forma de melhor conservar seus recursos, cada uma confere ao alimento sabores e aromas únicos no mundo.



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal

Outra referência que remete as heranças ancestrais e constitui marcas nas paisagens rurais é a religiosidade. Por meio de ritos, rituais e celebrações, de frequência episódica, eventual ou cotidiana, as comunidades rurais expressam suas relações com o sagrado em diferentes manifestações. Assim como, representam o divino no interior das suas residências, nas construções, nos caminhos e na própria natureza, transformando-os em locais de culto e adoração. Igrejas, capelas, capiteis, oratórios e ermidas povoam os espaços

de construções sagradas dedicadas ao encontro com o outro e com o divino (Figura 7).

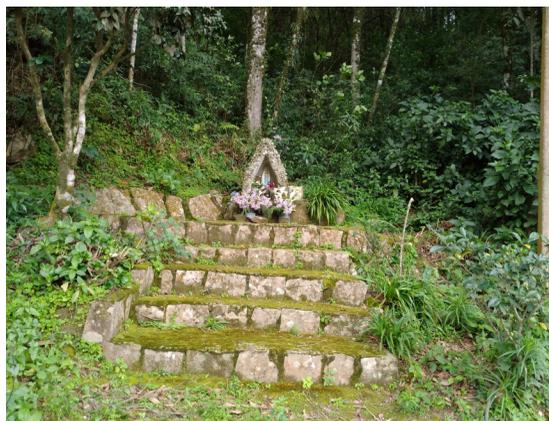
Figura 7: Capitel no Quilombo Vovó Isabel, Nova Palma - RS



Fonte: Acervo fotográfico do Sr. Flávio Moreira, publicado em Silva (2019)

Grutas naturais ou artificiais também são espaços destinados oração sempre que alguma família ou grupo lhe atribui essa função ao acrescentar uma imagem ou referência sagrada. Mesmo caminhos, corpos d'água, matas e cruzamentos frequentemente são sacralizados, servindo de lugares de manifestação de entidades espirituais, anjos, orixás e santos de diferentes matrizes religiosas (Figura 8).

Figura 8: Gruta dedicada à Nossa Senhora de Fátima, Silveira Martins – RS



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

Comumente associadas à religiosidade, mas não só, as festas comunitárias transformam os espaços rurais, ao menos durante suas realizações. As comunidades e suas organizações reúnem-se para organizar a festividade, geralmente acompanhada de comidas e bebidas que serão servidas no almoço e o longo de todo o dia. Trata-se de um mutirão,

forma de trabalho coletivo em que todos concorrem para o sucesso do evento, baseado na ajuda mútua, forma de trabalho tipicamente camponês.

Há um calendário de festividades, mais ou menos distribuído ao longo do ano, geralmente obedecendo o calendário das festas religiosas, sobretudo os dias de festas dos santos/as padroeiros/as, para que as festas não concorram entre si. As raízes camponesas das comunidades se manifestam em várias dimensões, tanto nos alimentos que são servidos, marcados pela tradição, como na forma como são servidos, comumente em grandes mesas em que os comensais se dispõem e pela fartura e abundância do cardápio (Figura 9). Assim como pela ancestralidade, como forma de celebrar as colheitas e comemorar o bem viver, formas de socialização que oportunizam não só o convívio entre os membros das comunidades rurais, mas entre os visitantes, antigos moradores e seus familiares que retornam periodicamente para os encontros festivos.

Figura 9: Festa em Linha Base – Silveira Martins, 2019.



Fonte: Fotografia de autoria de Ana Carla Lenz, arquivo pessoal.

Outra expressão do patrimônio rural é o artesanato, manifestação do saber-fazer popular que sintetiza, numa peça confeccionada tradição, identidade, território, cultura, patrimônio material e imaterial. Por mobilizar conhecimentos, técnicas e saberes passados de geração a geração e por frequentemente utilizar materiais e recursos disponíveis e encontrados em abundância, o artesanato gera sentimentos e sentidos de pertencimento

ao lugar, remetem à história, constroem e reconstroem o espaço (Figura 10).

Figura 10: Bordado ponto atrás, 2018.



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

Muitas vezes invisibilizados na economia camponesa, o artesanato foi e, em grande medida, é responsável por grande parte da renda das famílias, sobretudo das mulheres e idosos rurais. Compõem, assim, a diversidade de atividades que configuram o rural.

Muitos outros aspectos constituem o patrimônio rural, especialmente na Quarta Colônia, como os causos, credices e narrativas, assentados na oralidade, constituem o amálgama de uma comunidade. Rememoram um passado, muitas vezes idealizado e são responsáveis por expressar as relações intergeracionais. As heranças camponesas dos diferentes grupos étnicos, populações tradicionais e descendentes de imigrantes de diferentes origens, constituem o amálgama dos espaços rurais, atribuindo unidade ao território e configuram as condições de sua perpetuação.

Essas marcas repercutem nas sociedades como um todo, mesmo nas mais urbanizadas. São traços que permitem acessar memórias, atribuir sentido e significado às ações, dando coesão e unidade aos grupos. Quando essas marcas são destruídas ou deixam de existir, advém o esquecimento. A contemporaneidade dos espaços rurais é marcada por esse par dialético de memória e esquecimento. O que é lembrado e o que é apagado do passado.

### *As ameaças ao patrimônio rural e à diversidade da Quarta Colônia*

Entre as transformações socioespaciais recentes, que afetam a diversidade paisagística da Quarta Colônia podemos elencar o avanço vertiginoso das monoculturas e o contínuo êxodo rural. Processos interdependentes que respondem ao mesmo tempo pela

homogeneização da paisagem e pelo seu esvaziamento populacional. A rica diversidade de produtos cultivados, pessoas, criações, dão lugar a um horizonte onde predomina um só produto cultivado, num campo sem gente.

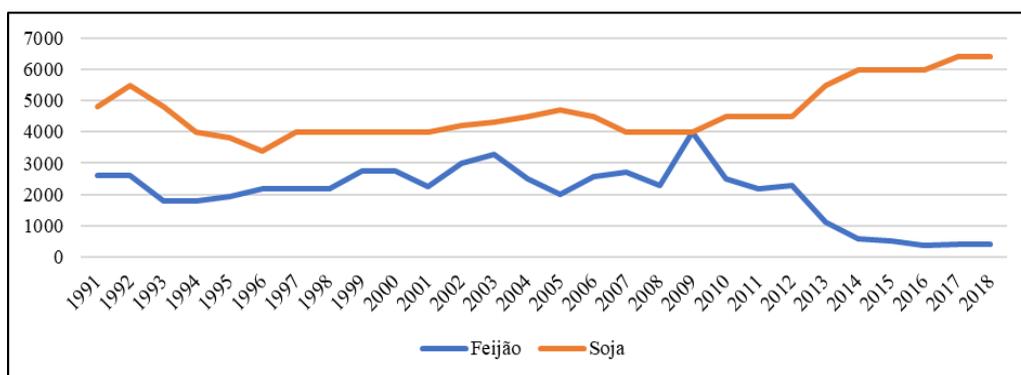
A monocultura da soja, sobretudo, dado sua valorização recente no mercado global de commodities, torna-se uma espécie de síntese da ideia de progresso e desenvolvimento, tornando-se atraente para grandes e médios produtores, empresários e gestores públicos, ao passo que provoca a elevação do preço das terras de cultivo, forçando agricultores familiares a vender ou arrendar suas propriedades e migrar para as cidades.

A diversidade da agricultura familiar, que responde pela produção de grande parte da alimentação é substituída pela monocultura. De David (2019, p. 280) destaca:

“... a paisagem produzida pelas monoculturas é a paisagem da monotonia e da monocromia. Um só cultivo, um só tom, uma só cor, toma conta do horizonte e substitui a variedade, a diversidade e a policromia dos lugares antes ocupados pela policultura e pela natureza, originalmente mais rica e biodiversa”.

O gráfico a seguir é elucidativo dessa questão, comprovando o avanço das monoculturas sobre as áreas de cultivo de produtos alimentares dos municípios da Quarta Colônia (Figura 11).

Figura 11: Área plantada de Feijão e Soja – Nova Palma (RS) – 1991-2018.

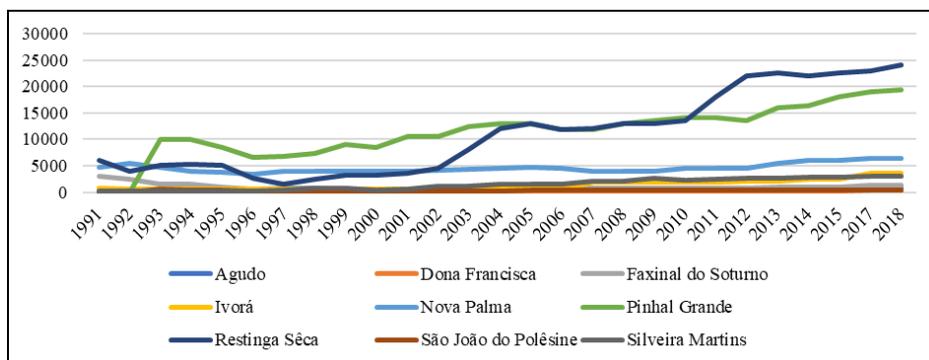


Fonte: Schreiner (2020), a partir de dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2019).

Nas duas últimas décadas a área plantada de soja aumentou em todos os municípios, mas foi maior naqueles em que o relevo oferece maiores possibilidades de mecanização,

como pode-se observar no gráfico a seguir (Figura 12).

Figura 12: Área plantada de soja nos municípios da Quarta Colônia – 1991-2018.



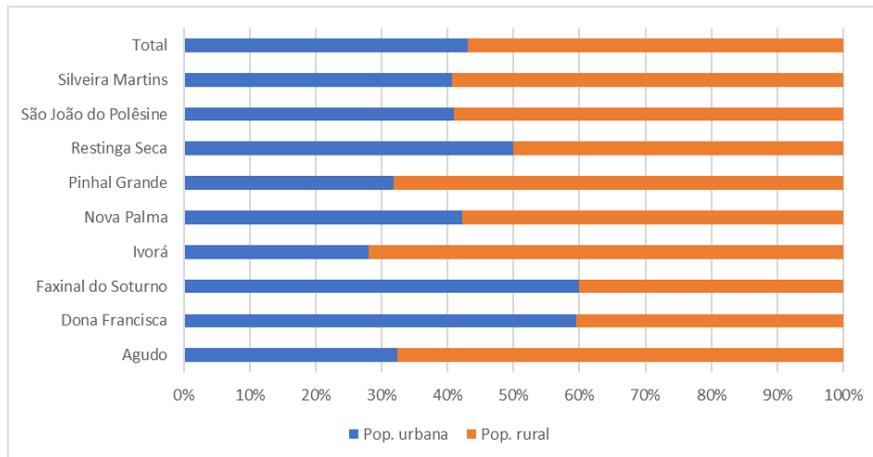
Fonte: Schreiner (2020) a partir de dados da Fundação de Economia e Estatísticas do Rio Grande do Sul (2018).

A expansão da área cultivada com soja não substitui outras culturas da agricultura familiar apenas por ocupar as suas terras, mas o efeito dos insumos químicos utilizados no controle de pragas e doenças, pode afetar outras produções como é o caso das videiras e da apicultura. Um tradicional vitivinicultor da região assim se manifestou sobre esse problema: ... todo veneno que é pulverizado na soja lá em cima cai aqui no fundo do vale, o vento e a chuva trazem, prejudicando as nossas parreiras. As ramas não crescem e se crescem não produzem nada. Esse ano perdemos a metade da produção. Por isso estamos pensando em parar com a uva (Depoimento de um agricultor em 2019 in: DE DAVID & LENZ, 2020, S/P).

Os efeitos da expansão das monoculturas se fazem sentir na dinâmica da população, aumentando os fluxos migratórios tanto do campo para as cidades, quanto das cidades menores para as cidades médias e grandes.

A população da Quarta Colônia se movimenta nessas duas direções. Na comparação dos gráficos a seguir (Figuras 13 e 14) pode-se observar que em todos os municípios houve decréscimos na população rural em relação a população urbana. Como não há dados censitários mais recentes, infere-se que esse fenômeno tenha se acentuado ainda mais na última década.

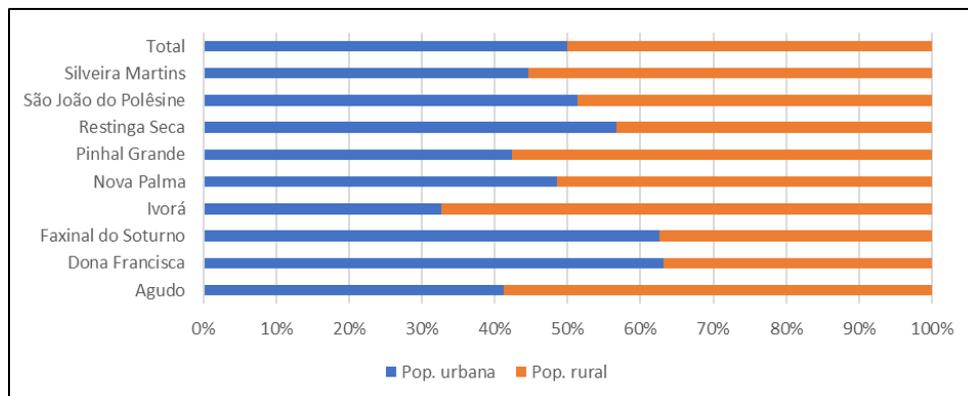
Figura 13: População rural e urbana dos municípios da Quarta Colônia – 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

No início do século, é possível constatar que grande parte dos municípios da região ainda apresentavam uma população rural maior que a população urbana, as exceções eram Faxinal do Soturno e Dona Francisca com quase 60% de população urbana e Restinga Seca com uma população rural e urbana bastante equilibrada.

Figura 14: População rural e urbana dos municípios da Quarta Colônia – 2010.



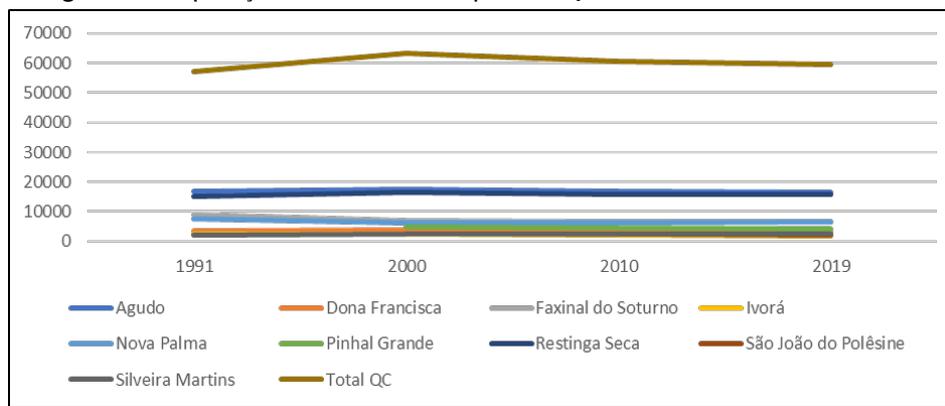
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Em 2010, o censo demográfico revela que metade da população total vive no campo e a outra metade nas cidades. No entanto, é possível observar que em todos os municípios diminuiu a população rural e aumentou o número de municípios com maioria da população urbana. Soma-se a esse grupo Restinga Seca e São João do Polêsine. Acredita-se que a

tendência de crescimento da população urbana tenha aumentado na última década. É possível que a população urbana já tenha ultrapassado a população rural na grande maioria dos municípios, cujos dados do Censo Demográfico de 2020 devem comprovar.

Porém, é importante destacar, como já observado anteriormente, que somente o comportamento da dinâmica populacional não é suficiente para analisar a ruralidade. Apenas comprova que o campo está se despovoando, assim como a totalidade do território que perde população, como o gráfico a seguir comprova (Figura 15).

Figura 15: População total dos municípios da Quarta Colônia – 1991-2019.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2020).

A população total da Quarta Colônia está diminuindo, sobretudo a partir do início do Século XXI. Pode-se inferir que essa redução não decorre unicamente das diminuições das taxas de crescimento vegetativo ou das taxas de fecundidade, mas trata-se dos sentidos da mobilidade demográfica, ou seja, a população que deixa os campos direciona-se não às cidades da região, mas para as grandes e médias cidades do estado. Assim, o campo torna-se um espaço ocupado por uma população reduzida, idosa e masculina<sup>2</sup>.

Associa-se a esse processo o abandono dos estabelecimentos, sobretudo dos locais de moradia, pois as terras são vendidas ou arrendadas para os novos cultivos. Mas o que antes eram as casas, pomares, jardins transformam-se em taperas (Figura 16). Cada vez mais frequente nas paisagens rurais, as taperas são

... lugares abandonados que povoam o imaginário da população do campo e testemunham um tempo em que as relações com a terra estavam impregnadas de afetividade. Rompido os vínculos entre

<sup>2</sup> Para saber mais sobre dinâmica, envelhecimento e masculinização da população rural brasileira consultar MAIA & BUAINAIM (2015).

pessoas e lugares, resta a migração para a cidade ou a extinção da família, redesenhando as paisagens desoladas das ruínas (DE DAVID, 2014, p. 88).

Figura 16: Tapera Quarta Colônia, 2019.



Fonte: Fotografia do autor. Arquivo pessoal.

A fuga da população do campo deixa essas marcas que o tempo acaba por suprimir. Com seu desaparecimento extingue-se um rico acervo de bens, referenciais de outros tempos, atividades e relações. O empobrecimento paisagístico e patrimonial decorrente da intensificação da produção de commodities agrícolas cujo capital circula nos mercados globais.

#### *Para concluir: o patrimônio rural e o campo do porvir*

Nenhum projeto de desenvolvimento territorial, que pensa o espaço a partir dos interesses de sua população local, se faz sem considerar o campo e a cidade em todas as suas potencialidades. Sobretudo na Quarta Colônia, onde o espaço rural se constitui como cenário onde afloram e são descobertos fósseis de animais que viveram em tempos remotos e que se construiu como uma herança de homens e mulheres de antigas gerações que pelo trabalho legaram ao futuro um patrimônio rico e diverso, os projetos de desenvolvimento territorial, como é o caso do Geoparque Quarta Colônia, consideram o campo não só como recurso e espaço de produção, mas como um horizonte de múltiplas possibilidades e

oportunidades de promoção de bem estar e bem viver de seus habitantes.

Portadores de uma rica história e geografia, campos e cidades da Quarta Colônia, marcados pela ruralidade, dispõem de um rico e diversificado patrimônio que deve ocupar a centralidade no que tange as políticas direcionadas ao seu território. Em primeiro lugar, é necessário conter os processos que o ameaçam. Sociedades que não possuem dispositivos legais que protejam seu patrimônio rural sofrem com a avassaladora ideia de que o “progresso” e o “desenvolvimento” são inconciliáveis com a perspectiva de manutenção, de preservação e de valorização da paisagem.

Sobretudo no meio rural, onde são menos visíveis e menos sujeitos ao controle social, a transformação do espaço comumente se faz pela destruição da riqueza paisagística formada pela natureza e pelo trabalho dos homens e mulheres de todas as gerações.

Em segundo lugar, é necessário fomentar as atividades que corroboram para a reprodução social de suas populações locais, como é o caso da agricultura familiar, das agroindústrias familiares, do artesanato e de tantas outras ocupações que historicamente promoveram os saberes-fazeres e os transmitiram às gerações futuras, como forma de reduzir as desigualdades sociais no campo, reconhecer sua diversidade étnica, cultural e natural e, sobretudo, assegurar a sustentabilidade socioambiental.

Por fim, faz-se urgente que as instituições e agentes públicos reconheçam o papel protagonista dos habitantes rurais, agricultores ou não, e suas famílias, como guardiões das paisagens rurais que historicamente produziram. Promovam a sensibilidade paisagística por meio da formação para o reconhecimento e valorização do patrimônio, como parte significativa da formação de crianças e jovens, que reconheçam o patrimônio rural herdado dos antepassados, sintam-se responsáveis por ele, contribuam para sua conservação e estimulem sua valorização, não apenas como uma referência ao passado, como uma relíquia ou tesouro, mas como um bem cultural coletivo, síntese e expressão da cultura local, regional e nacional, que oferece inúmeras potencialidades, sementes plantadas para o futuro.

## Referências

ALVES, F. D. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. In: MARAFON, G.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019. p. 185-203.

DE DAVID, C. "O campo se fez tapera...": as paisagens do abandono no espaço rural sul-rio-grandense. In: PIMENTA, M. de C. A.; FIGUEIREDO, L. C. **Lugares: Patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014. p. 75-91.

DE DAVID, C. A geografia agrária e as paisagens rurais. In: MARAFON, G.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019. p. 273-292.

DE DAVID, C.; LENZ, A. C. **Paisagens de memória: vinhedos e patrimônio colonial**. 2020 (não publicado).

IBGE. **Estimativas da população**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: ago. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/universo>. Acesso em: ago. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: ago. 2020.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100643>

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins [Online]**, 25 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10548>.

RUA, J. Metropolização do espaço, urbanidades no rural e novas urbanidades. In: MARAFON, G.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019. p. 293-318.

SCHREINER, B. T. **Expansão da sojicultura sobre territórios da agricultura familiar nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul**. 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGGEO, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

# CAPÍTULO 7

*por Amanda E. Scherer*

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: LÍNGUA E ALTERIDADE

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: LÍNGUA E ALTERIDADE

Amanda E. Scherer<sup>1</sup>

*Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou com uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. (NGOZI ADICHIE, 2019, p. 27).*

## É preciso dizer:

Nossas reflexões acadêmico-científicas e de formação, nas três dimensões do papel da universidade pública – ensino, pesquisa e extensão –, têm se pautado por uma política na e pela alteridade. Para nós, sem o respeito ao outro, as suas garantias, aos seus direitos e ao seu estar no mundo, nos tornamos pequenos face ao tempo que virá. Aquele tempo em que somos e que ninguém poderá ser em nosso lugar. Para nós, todo sujeito é uma multiplicidade de tempos, de durações em um por+vir. São elas, as durações, que condicionam a relação ao ad+vir, sustentadas pela memória e pela história. Dessa forma, é impossível pensar sobre o mundo e sobre nossas relações sem que memória e história estejam aí constituídas. Memória entrelaçada em uma história. História, em uma rede de significação, firmada por uma memória. São elas que compõem e sedimentam o nosso universo de coisas a saber. São elas que compõem nosso tempo – e as durações – em uma dimensão do ad+vir. São elas que nos ajudam a entender o que somos e o que queremos ser. São elas que nos dão caução em um tempo ainda sem duração. Para nós, sem história e sem memória, somos um vazio no tempo presente. E como nos ensina Eduardo Lourenço, em seu belíssimo texto **Nós como futuro**, “o verdadeiro tempo dos homens é o eterno presente, quintessência de todos os presentes onde a humanidade se transcendeu a si mesma e impôs ao futuro o seu peso e sua figura” (LOURENÇO, 1997, p. 28).

---

<sup>1</sup> Professora Titular de Linguística do Departamento de Letras Clássicas e Linguística e professora do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Professora pesquisadora do Laboratório Corpus – PPGL e coordenadora do Centro de Documentação e Memória da UFSM-Silveira Martins. Apaixonada por objetos que nos ajudam a entender o ensino e o lugar da língua na história de vida das pessoas, como por exemplo, cartilhas, dicionários, gramáticas, livros didáticos, cadernos de receitas, cadernos de anotações, diário de viagem, atlas e seus mapas.  
E-mail: [amanda.scherer@gmail.com](mailto:amanda.scherer@gmail.com).

## **Depois:**

Isto posto, ao nosso ver, é impossível refletir e projetar uma política de Educação Patrimonial sem que a alteridade esteja aí constituída, sem que a aprendizagem pela diferença possa se fortalecer e fazer sentido para dar existência a uma forma, uma significação, ao nosso dia a dia como sujeito no mundo, alimentando, por sua vez, a esperança, o sonho e a utopia. Até porque, como sublinha Milan Kundera, “Imprimir forma a uma duração é uma exigência da beleza, mas é também uma exigência da memória. Pois aquilo que não tem forma é inalcançável, imemorável” (KUNDERA, 1995, p. 43).

E ainda, é pela Educação Patrimonial, via o projeto estratégico Geoparque Quarta Colônia, que podemos acreditar que uma outra universidade é possível, pois estamos construindo, nela e com ela, uma experiência que nos ajuda a nos renovar e largar as amarras do individual e das especificidades de nossas áreas para a discussão, construção e constituição de um projeto que vai além do senso comum até hoje instado em nossa universidade. Um projeto que nos faz revirar do avesso as questões de identidade, cultura, história, memória, natureza, enfim, de produção de conhecimento, e mais, junto com a comunidade que nos rodeia! A comunidade faz parte, ela não será apenas uma coadjuvante! E, dessa forma, não estaremos mais fechados e encerrados pelo Arco da UFSM! Um projeto que vai para além muros do previsível.

## **Alçando a língua – de forma mais contundente – à Educação Patrimonial:**

Em nosso grupo de pesquisadores e formadores do Programa de Formação de Professores em Educação Patrimonial na Quarta Colônia, o nosso paleontólogo Flávio Augusto Pretto nos transporta para milhões de anos antes de nossa era e nos ensina o quanto o tempo é fundamental para repensarmos o que somos na atualidade; a nossa colega gestora ambiental, professora Suzane Bevilacqua Marcuzzo, nos faz ver o quanto nossa Mata Atlântica é importante a partir da relação fauna, flora e o bicho homem; o quanto não pode existir uma sem a outra, porque sem preservação, não temos futuro. Por outro lado, a historiadora Maria Medianeira Padoin nos conduz aos dados e fatos de nossa história de forma a historicizar o que somos no tempo presente; e o nosso arqueólogo André Luiz Ramos Soares nos leva aos primeiros habitantes, mas não só, nos faz ver também o quanto

pensamos apenas no tempo presente e o quanto desconhecemos nossa história enquanto humanos que somos, uma vez que nosso passado não se resume apenas ao século XIX e início do XX. O colega Jorge Alberto Soares Cruz, historiador e também professor do curso de Arquivologia, no que lhe toca, nos dá a ver o quanto é importante traçarmos também uma política de guarda e de cuidado com documentos, objetos, utensílios, etc., que poderiam formar, em um tempo futuro, um conjunto possível de um inevitável acervo sobre nossa história. Já o geógrafo Adriano Figueiró nos dá uma aula de geografia política, humana e ética pela história de nosso solo e de nossas eras em transformação, juntamente, com o nosso outro geógrafo, Cesar de David, um defensor cuidadoso da paisagem como memória e história. Segundo o professor Cesar, a paisagem é o retrato do que somos na atualidade e o quanto a sua preservação, em todos os sentidos, é primordial para o nosso futuro. E, por último, mas não menos importante, nosso colega Flavi Lisboa nos indica caminhos para repensarmos sobre uma política de informação, divulgação e circulação do que fazemos e do que somos.

De nossa parte, a pergunta que colocamos aos nossos colegas anteriormente citados foi: qual é o lugar da língua em tal Programa? O que toca para nós é também de tamanha envergadura: o lugar da língua e do sujeito em meio a tudo isso, a língua e o sujeito entrelaçados na e pela memória na história. Um não existe sem o outro! Língua e sujeito em sua constituição singular e, ao mesmo tempo, temporal e espacial e de uma certa forma, universal imaginária. Qual é o lugar da língua na Educação Patrimonial em um projeto de futuro? Ao nosso ver, **a língua é uma parte de um todo – ilusório - que liga todas as partes!** Sem língua não há produção do conhecimento, sem língua não há transmissão, sem língua não nos “comunicamos”, sem língua não existimos. E podemos trazer, um exemplo de uma política de línguas, ao nosso ver, uma das mais importantes, nascida lá no século XVIII, àquela da constitucionalidade e do lugar institucional da língua de sinais, no caso brasileiro, LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais. Cada vez mais é certo que, em nossa mudez, nós nos comunicamos, pois mesmo em silêncio, algo significa, mas, mudo na língua, apagamos o sujeito, interdítamos a ele de ser sujeito com a sua língua.

Para nós, não importa qual língua falamos, não importa como a falamos, dado que precisamos falar para existir! Entretanto, nos dias atuais, precisamos, mais do que nunca, igualmente aprender a escrever para entrarmos na sociedade contemporânea – urbana e letrada – que determina que cidadão só é aquele que lê e escreve. Portanto, minha

cidadania está no fato de falar, mas, acima de tudo, presa ao mundo da escrita. Escrever em uma língua! **Uma língua!** Mesmo que imposta pelo Estado e pela história, como foi o caso no Brasil, desrespeitando os habitantes que aqui estavam. Sabemos todos que não fomos descobertos, fomos, sim, devorados desde sempre pelas necessidades de outros e, assim, continuamos nos dias de hoje com todos os venenos que estão sendo liberados para o plantio em massa para alimentar um planeta (seria o Planeta Terra que alimentamos de fato?).

Não obstante, o que a língua tem a ver com tudo isso e, ainda, com uma política de Formação de Professores em Educação Patrimonial, enquadrando-se na implementação de um Projeto Estratégico como o Geoparques Quarta Colônia? Uma pergunta que não é apenas de ordem retórica; uma pergunta que se faz necessária e urgente que a coloquemos, paulatinamente, para não esquecermos o quanto ela – a língua – é indeclinável e inevitável na produção, circulação, divulgação do conhecimento e em nossa formação e constituição enquanto sujeitos do mundo.

Em nossa prática diária, Educação Patrimonial está associada, quase sempre, a museus e à organização de acervos em centros de memória, como também a uma disciplina escolar. Ela está, igualmente, associada à prática arqueológica – patrimônio arqueológico. No entanto, é preciso lembrar que, em Educação Patrimonial, temos aí como destaque o campo da educação, da educação como um todo. Educação Patrimonial é antes de tudo educação! Educação no sentido da aprendizagem e da compreensão do que somos, pela nossa história, pela nossa memória, por nossos saberes (religiosos, culinários, curativos), que nos enlaçam pela experiência e pelos nossos pertences, naquilo que vem sendo chamado de patrimônio imaterial, como bens a serem preservados e transmitidos de geração em geração. Todo esse capital imaterial hoje está posto no próprio da definição de patrimônio cultural e patrimônio imaterial. Vejamos o que nos afirma Sandra Pelegrini (2020, p. 71):

Patrimônio imaterial é a definição que se refere a práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Em sendo assim, refletir sobre patrimônio imaterial é essencial e indispensável para podermos trazer o lugar da língua aí firmado. Se o imaterial está articulado com as práticas sociais e suas relações entre sujeitos enlaçando experiência e vivência, impossível não pensar sobre o lugar da língua na imaterialidade de nossos bens.

Pela *Convenção para a Salvaguarda Do Patrimônio Cultural Imaterial*<sup>2</sup>, de Paris, de 17 de outubro de 2003, e traduzida, em 2006, pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, encontramos a regulamentação que dá sustentação ao que defendemos. Tal documento é escrito em diversas línguas. Neste documento temos versões em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, russo etc. Deste modo, considerando a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural, a língua não é e nem será da ordem do universal. Não existe, para nós, a possibilidade de podermos dizer, falar, compreender, entender, o nosso patrimônio em uma e única língua. A língua precisa estar envolta, entrelaçada, tecida, ser aquele entre lugar na reflexão e na produção do conhecimento sobre um patrimônio (cultural, natural, imaterial, material).

Aqui é importante reportar também, algo que volta sempre, inclusive em seu Artigo 2, da referida Convenção, na parte das definições. Está posto lá que no “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1, em particular também, na sua letra “a”, estão incluídas as tradições e expressões orais como vínculo cultural imaterial. Por conseguinte, a língua em todas as suas manifestações. Ademais, no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pelo Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, vamos nos deparar com o link<sup>3</sup> Diversidade Linguística. Na aba, Inventário Nacional da Diversidade Linguística<sup>4</sup>, encontramos toda uma política já determinada em andamento sobre tal inventário, instituída pelo Decreto n. 7.387, de 09 de novembro de 2010. Além do mais, temos um instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas no Brasil, permitindo, dessa forma, a constituição de uma política governamental para a salvaguarda do que tal inventário nomeia como diversidade linguística. Ao nosso ver, a diversidade linguística é fundamental, no entanto, não podemos esquecer de seu entrelaçamento entre a memória e

---

2 Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Convencao\\_Salvaguarda\\_2003.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Convencao_Salvaguarda_2003.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

3 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

4 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl>. Acesso em: 10 dez. 2020.

a história do sujeito que a fala e que a escreve. Assim sendo, **a língua merece que lutemos por ela**, ou seja, que lutemos pela sua identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e transmissão deste patrimônio em todos os seus aspectos formais e não formais.

### **Mas de qual língua estamos tratando:**

Desde que somos mundo, enquanto homens, em nosso Planeta Terra sempre existiu sujeito e língua, mesmo que, para nós, normalmente, possa parecer muito estranho pensarmos na língua como temos hoje, com sua gramática e seu dicionário. Como já afirmamos anteriormente, a relação entre os sujeitos passa inevitavelmente pela língua. É um processo longo, minucioso, sem fronteiras determinadas, mesmo perante àquelas impostas pelo estado-nação moderno, como se pudéssemos determinar onde uma língua se desenvolveu a partir de outra. Por isso, é quimérico afirmar que uma língua é mais antiga que outra. Da mesma forma, também seria responder qual seria a língua mais antiga do mundo. No entanto, há línguas que são tão antigas quanto o homem na terra.

Para refletir sobre tal questão, é importante entendermos de que ponto de vista se toma tal história. Pode ser pelo ponto de vista da história da escrita, por exemplo, dividindo os períodos cronologicamente. Ou então pelo aparecimento dos primeiros suportes. Um exemplo, poderia ser os hieróglifos, hoje importante objeto de pesquisa para muitos pesquisadores que tentam descrever tal sistema de simbolização. Segundo Jean Sellier, historiador e geógrafo francês, na sua obra **Une histoire des langues et des peuples qui la parlent (2019)**, haveria hoje entre 4.500 a 7.000 línguas faladas no mundo e, entre elas, 200 seriam faladas por 95% da população mundial. Para ele, as línguas mais antigas seriam: egípcia, grego, velho chinês, armênio, latim, tâmil, sânscrito, línguas maias, árabe, hebreu, entre outras. Mesmo erudito e grande conhecedor da história dos povos e de suas línguas, Sellier (2019) afirma que é muito problemático produzir tal história devido às fronteiras porosas, entre as línguas, nos seus movimentos contínuos e pelas suas inventividades. Afirma ainda que um dos problemas magistrais é, sobretudo, antes do nascimento da escrita propriamente dita, tal qual como a concebemos na modernidade.

Para nós, linguistas, o fato de datarmos a língua mais antiga, poderíamos cair em uma armadilha religiosa ideológica que facilitaria a alguns alimentar um ideário da origem de

uma primeira religião. Se fosse possível datar qual seria a língua mais antiga, seria possível igualmente datar qual seria a primeira religião? Projetar uma origem para língua, seria cair na armadilha também da primeira língua, daquela da criação do mundo. Uma utopia bastante presente ainda hoje pelo ideário de uma língua universal (na ciência positivista, pelo ideário de uma língua internacional); à vista disso, seria como se pudéssemos voltar a uma factível desbabelização do mundo. Uma utopia religiosa e apartada do ponto de vista das ciências da linguagem desde à modernidade.

No Brasil, o mito de um país monolíngue continua no imaginário de muitos brasileiros, embora com aproximadamente 274 línguas faladas, além do português (Censo IBGE 2010). O que queremos dizer é que: embora hoje se ensine o português e algumas outras línguas na escola, nosso país é multilíngue. E essa história tem raízes que remontam há muito antes da própria chegada dos primeiros europeus por aqui. Há estimativas de que havia, por exemplo, à época do “descobrimento” uma população estimada entre seis e nove milhões de indígenas, que falavam perto de 1.200 línguas, pertencentes a diferentes famílias e troncos linguísticos (conjunto de famílias).

O português começa a ser falado, propriamente dito, no Brasil a partir de 1532 quando se inicia de fato a colonização portuguesa até início do século XVIII. Importante frisar: falado, quer dizer usado na administração local e por portugueses. Foi também a partir desse período que começaram a vir para cá as expedições de padres jesuítas com o objetivo de converter o chamado “Novo Mundo” para o cristianismo.

Com o tempo, resumidamente, o conhecimento dessas línguas, associado à estrutura da língua portuguesa, possibilitou a criação de uma “nova” língua, que ficou conhecida “língua-geral” ou “língua brasílica”. Não vamos aqui nos alongar em toda a história da “criação” da(s) língua(s)-geral(ais). Mesmo que depois da colonização as condições de um território multilíngue tenham se modificado, o espaço multilíngue não deixa de ser intrincado. Se, por um lado, centenas de comunidades indígenas (com suas línguas) foram exterminadas ao longo dos últimos séculos, por outro lado, centenas de comunidades de imigrantes se estabeleceram no espaço brasileiro, ao longo dos últimos dois séculos, introduzindo no país cerca de duas dezenas de novas línguas.

Para além do uso apenas por parte dos missionários jesuítas, a dita língua-geral tornou-se, nos séculos XVII e XVIII, a principal língua falada no contexto do Brasil Colônia, superando o português. O processo de extinção dessa língua ocorreu com as reformas

empreendidas pelo Marquês de Pombal – conhecida por reforma pombalina – ministro da coroa portuguesa, no século XVIII. E com a vinda família real ao Brasil – 1808 – aumenta o número de falantes de língua portuguesa – tornando-se a língua do Império. Já na independência, o português torna-se a língua oficial do Estado Brasileiro – designada como língua nacional. De língua nacional ao português (do Brasil) temos aí também uma longa história que não será objeto nosso no presente texto.

E contexto brasileiro na atualidade? Segundo estimativa do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (IDNL), temos hoje no Brasil mais de 250 línguas faladas. Segundo o INDL e de acordo com a sua nomeação, são elas: línguas indígenas, de imigração, LIBRAS, crioulas, afro-brasileiras, além do próprio português e suas variações. Conforme ainda o INDL, o Iphan e o antigo Ministério da Cultura haviam reconhecido, até 2014, sete línguas denominadas como Referência Cultural Brasileira. Seis delas são indígenas:

- a) As línguas Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo, de família linguística Karib – faladas na região do Alto Xingu (MT);
- b) Asurini, do tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani, falada na Terra Indígena Trocará, às margens do Rio Tocantins (PA);
- c) Guarani M'bya, uma das três variedades modernas da língua Guarani, também da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi.

Outra língua reconhecida, como Referência Cultural Brasileira, é o talian, constituído a partir falares advindos da região de Vêneto na Itália, reconhecidos pela política imigratória no Brasil, a partir de meados do século XIX. Falado em regiões que receberam grande parte de tal contingente, como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, incluindo Espírito Santo e ainda Mato Grosso. Depois, em nível estadual, temos igualmente, línguas ditas de imigração em estados brasileiros que as consideram como Patrimônio Linguístico ou Cultural, são os estados: Espírito Santo (pomerano e alemão), Rio Grande do Sul (talian e hunsriqueano), Rio de Janeiro (ioruba), Santa Catarina (talian). Da mesma forma, temos políticas municipais que consideram a língua como Patrimônio Cultural Imaterial, como é caso da cidade de Blumenau (SC) com a língua alemã, Caxias do Sul (RS) com o talian, Salvador (Bahia) com ioruba e Santa Cruz do Sul (RS) com a língua alemã. Encontramos ainda políticas municipais considerando-as como línguas co-oficiais: pomerano, hunsriqueano, talian e plattdütsch (ou baixo alemão) em vários municípios da região sul, como é o caso em Pomerode (SC), que desde 2017 tem o português, o alemão e o pomerano. No tocante ao talian, ela é língua

co-oficial em várias cidades no RS, como Antônio Prado, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Ivorá, Serafina Corrêa, etc. Já o hunsriqueano é co-oficial em Antônio Carlos (SC) e Santa Maria do Herval (RS) e o teewald e o plattdüütsch (ou baixo alemão) em Westfália (RS). Além do mais, encontramos línguas que estão oficialmente no ensino das escolas em municípios como em Pomerode, Blumenau, Treze Tílias (SC) e Nova Petrópolis e São Lourenço do Sul (RS), com o pomerano e, em Antônio Prado, com o talian. É interessante notar que temos inclusive municípios com a oficialização da língua italiana e da língua alemã, além do talian e do pomerano.

Também, ao nosso ver, é muito significativo a sinalização do artigo masculino – o – frente aos vocábulos talian, pomerano, hunsriqueano etc., bem como a prática quase inexistente do vocábulo língua antes de tais designações. Qual seria o reconhecimento da nomeação língua para tais designações? Por que usualmente não encontramos, em uma política de inventário linguístico, uma nomeação com a assertiva na designação? Para nós: “Refletir sobre o nome da língua é levar em conta a história do saber produzido sobre ela, é conhecer sua história e sua prática de funcionamento” (SCHERER, 2019, p. 21). Nos interessamos sobre tal tema, porque, estudando os nomes das línguas, poderemos ter acesso à organização conceitual e ao como teóricos das ciências da linguagem constroem o objeto língua e, ainda, ao como eles entendem a diversidade linguística.

No tocante à presença de línguas africanas no Brasil, sua história está muito ligada ao tráfico de escravos que, de 1502 a 1860, trouxe ao nosso território por volta de 3.600.000 africanos, sudaneses e bantos na sua maioria. No século XIX, chegaram escravos predominantemente vindos de Angola e Moçambique. Dificilmente poderíamos precisar o número das línguas que aqui chegaram, o que sabemos até o momento é que, na área atingida pelo tráfico, são faladas, hoje, por volta de 200 a 300 línguas. Na contemporaneidade, elas estão manifestadas por grupos específicos, seja como uma língua de ritual – nos cultos afro-brasileiros, seja como uma espécie de uma língua quase secreta, marcando uma certa identificação em comunidades negras (o que nomeamos hoje como quilombos).

A presença das línguas africanas, em nosso território, não poderia ser contada da mesma forma, por exemplo, como as línguas de imigração que aqui chegaram. A comunidade negra precisava, antes de tudo, viver e sobreviver como indivíduo e concentrar suas energias para resgatar sua dignidade de ser humano, como nos sinaliza Emilio Bonvini (2001). Ainda segundo ele, sempre existiu uma tradição oral muito importante que constitui uma

verdadeira herança na atualidade. E é dele ainda a afirmação:

Esta herança é constituída de inúmeras “palavras organizadas”: fórmulas rituais, rezas, cantos, contos, provérbios, adivinhações... algumas em língua africana e outras, as mais numerosas, em português. Através destas “palavras” é bem uma “alma” africana que sobreviveu e que vive até hoje no Brasil (BONVINI, 2001, p. 40).

A presença de uma língua-cultura africana acabou deixando seus vestígios em utensílios de trabalho, na culinária, animais, plantas, etc. São exemplos desta língua-cultura vocábulos como: bugiganga, anta, bambu, capanga, dengue, fuxico, sanga, mango, macaco, mondongo, matungo, quindim, cocadas, rapaduras, etc. Temos o angu ou pirão com farinha de milho, de trigo ou de mandioca, acompanhados de carne. Aliás, a polenta italiana nasce a partir do angu da senzala produzida pelo milho socado. Muito se tem hoje da presença da língua-cultura africana nas tradições orais, como por exemplo, as lendas, a mais popular, no Sul, data do século XIX: a do Negrinho do Pastoreio. A versão mais conhecida entre nós é a de Simões Lopes Neto, por exemplo. Além, é claro, de seus cultos religiosos como o batuque, a umbanda entre outros.

É preciso atentar também aos modos de fazer e de contar: por exemplo, via os jogos de adivinhações, ou então, pelas formas de plantio de certos cultivares ou na colheita de certas plantas para curas de certas doenças. Hoje temos muitos estudos que estão se especializando sobre as comunidades quilombolas no interior do Rio Grande do Sul. Temos muito a aprender ainda. Uma(s) língua(s) que deixou(aram) suas marcas, marcas históricas, culturais. Lógicas identificatórias de um sujeito que sofreu demais devido às políticas colonialistas e escravagistas e que, até hoje, não tem seu lugar reconhecido de fato em nossa história.

Um outro ponto muito importante na história das línguas e dos sujeitos no contexto brasileiro tem a ver com as línguas indígenas. Segundo José R. Bessa Freire (2014), no século XVI, no território (hoje) brasileiro, encontrava-se mais de 1300 línguas faladas, todas elas responsáveis por conhecimentos, na oralidade, em diversos temas constituídos de então. Elas são, desde a chegada dos europeus por aqui, designadas como “línguas pobres”, “irracionais”, “perdidas”, “inferiores”, “incapazes de pensamento abstrato”. Basta lembrar as primeiras crônicas ou relatos sobre o Brasil quando da chegada dos portugueses. Igualmente, é preciso colocar que tais designações têm muito a ver com uma formulação e

compreensão cristã de nomear alguém do “Novo Mundo”, precisando, portanto, que todos eles sejam cristianizados e colonizados. E devido a este imaginário, boa parte das línguas foi extinta ou não foi sequer inventariada, a não ser de forma muito precária e fragmentada em documentos produzidos por missionários ou por intermediários conforme pesquisa realizada, por exemplo, por Alida C. Metcalf (2019), ou ainda por um número, bem menor, por cronistas e viajantes. Segundo José R. Bessa Freire (2014), foi tão somente no século XX que encontramos uma tentativa, mais sistemática, em identificá-las e de demarcar os territórios onde elas eram faladas, realizada por Curt Nimuendaju, com o seu **Mapa Etno-histórico**, elaborado entre 1942 e 1944. Ainda segundo Freire (2014, p. 366):

... o Mapa Etno-histórico registra cerca de 1400 grupos indígenas em mais de 500 rios com 972 referências bibliográficas e anota, em muitos casos, as datas e a direção das migrações. Trata-se de um mapa em movimento, que formula questões relevantes sobre o destino das línguas...

A comunidade indígena também sofreu consideravelmente com a colonização e também com a escravização. Sim, ela também foi escrava em um certo tempo. Na colonização, as comunidades indígenas foram deslocadas de suas margens para outras margens pela vontade do homem português para fins econômicos, religiosos e também, de certa forma, na tentativa de apagamento da língua e da cultura indígena como um todo. Hoje precisaríamos refletir sobre o que seria uma política para os índios e uma política dos índios para os índios. Nenhuma delas tem o mesmo fim e nem chegará ao mesmo resultado. Pensar sobre a questão indígena no Brasil na contemporaneidade é repensar o quanto ainda estamos em um ideário de que a produção do conhecimento é universal, portanto, continuando a pensar que todos os povos tratam o conhecimento do mesmo jeito e da mesma forma. Por isso, as políticas linguísticas precisam sair do universal, não para projetar um individual, mas para compreender, por exemplo, a importância da escrita em nossa sociedade urbana enquanto uma comunidade indígena tem por mote um regime de transmissão oral. Por outro lado, o conhecimento da língua escrita – português, por exemplo – pode tornar-se também importantes instrumentos de ações para exigir por direito indígenas. Mas o que seria então uma política de alfabetização indígena? O que seria a formação de professores indígenas? Para qual profissionalização? Para qual contexto?

Trazemos outro ponto crucial para a Educação Patrimonial, o que é transmitir para uma sociedade urbana e o que é transmitir para uma sociedade indígena? Qual regime de historicidade e de transmissão entre as duas? Por exemplo, quando do último senso, a estimativa de que, só no Rio Grande do Sul, temos em torno de 200 mil pessoas que fariam o Guarani. O que seria falar para dados numéricos de um senso? De qual guarani estamos objetivando? O que seria língua guarani para um levantamento demográfico? São questões que, ao nosso ver, são cada vez mais urgentes de serem pensadas e problematizadas também na Educação Patrimonial. Não podemos pensar unicamente como um produto pronto e acabado, produto de uma tradição que parece ter só passado e não futuro.

Como vemos, a problemática da língua na Educação Patrimonial é algo que vai além do senso comum e do conhecimento em uma visada universal. Pensar a língua é pensar sobre nós, sobre nossa história, sobre nossa memória e como nos constituímos enquanto sociedade plural e sempre avessa aos regimes de totalidade.

### **E por fim:**

Agradeceria a todo o pessoal do Grupo Geoparque Quarta Colônia, principalmente, aos mais antigos, por tantas parcerias e entusiasmo em nossas viagens pela Quarta Colônia, em nossas empreitadas em reunir pessoas para trabalharmos em um dos mais importantes projetos estratégicos da UFSM. Sem sombra de dúvida! Temos conseguido frutos, nos conduzindo à universidade de outro tempo, para além das adversidades do hoje. Já alçamos de **um projeto para o lugar de Aspirante**. No tempo da duração do presente, nós somos aspirantes! Mas, para nos tornarmos, de fato, um Geoparque, nós caminhamos em direção a uma espécie de porto ainda desconhecido. Um porto de chegada, mas já de partida, naquele retorno sem cessar – entre o ir e vir – para que não paremos na ordem das evidências e que possamos firmar nosso compromisso com um horizonte cuja fonte se inscreve em nossa existência enquanto universidade do amanhã.

### **Referências**

BONVINI, Emilio. Tradição oral afro-brasileira as razões de uma vitalidade, **Projeto História – Revista PUC-SP**, São Paulo, vol. 22, p. 37-48, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10729/7961>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FREIRE, José R. Bessa. A demarcação das línguas indígenas no Brasil. CARNEIRO da CUNHA, Manuela e De NIEMEYER CESARINO, Pedro. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

KUNDERA, Milan. **A lentidão**. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca e Maria Luiza Newlands da Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LOURENÇO, Eduardo. **Nós como Futuro** (com fotografias de Jorge Molder). Lisboa: Assírio & Alvin, Pavilhão de Portugal – Expo'98, 1997.

NGOZI ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

METACALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil 1500-1600**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Imaterial, in CARVALHO, Aline; MENEGUELO, Cristina (Org.). **Dicionário Temático de Patrimônio – Debates contemporâneos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020. P. 71-73.

SCHERER, Amanda E. O nome da língua ... um modo de fazer ... **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 14-24, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33617/19604>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SELLIER, Jean. **Une histoire des langues et des peuples qui les parlent**. Paris : La Découverte, 2019.

## Indicações de leitura

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de “civilização” do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BERGMAN, M. P. **Nasce um povo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela e BARBOSA, Samuel. **Direito dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil – história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claroenigma, 2015.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela e De NIEMEYER CESARINO, Pedro. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

COELHO, Mauro Cezar. A construção de uma lei: o Diretório dos Índios. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 168, v. 437, p. 29-48, out.-dez. 2007.

DÓI, E. T. “Japonês”. **Enciclopédia das Línguas no Brasil**. IEL, Unicamp, 2004. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

- FIORIN, José Luiz e PETTER, Margarida (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Contexto. 2008.
- GORSKI SEVERO, Cristine. **Os jesuítas e as línguas: contexto colonial Brasil-África**. Campinas: Pontes, 2019.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes. 1996.
- GUIMARÃES, E. “Política de línguas”. **Enciclopédia das Línguas no Brasil**. IEL, Unicamp, 2004. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/> Acesso em: 10 dez. 2020.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato M. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2004.
- ORLANDI, E. **História das idéias linguísticas. Constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas e Cáceres: Eds. Pontes & Unemat, 2001.
- ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez. 2002.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio. No movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- PAYER, M. O. **Memória da língua. Imigração e nacionalidade**. 186 f. 1999. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), 1999. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270700/1/Payer\\_MariaOnice\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270700/1/Payer_MariaOnice_D.pdf). Acesso em 11 dez. 2020.
- PAYER, M. O. “Memória da língua e ensino – Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento”. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, número 35, p. 221-228, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30025/18621>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- PÊCHEUX, M. (1969). “Análise automática do discurso”. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992. p. 116-132.
- RODRIGUES, Aryon. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- RODRIGUES, Aryon. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 83-103, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596/30129>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- RODRIGUES, Aryon. O conceito de língua indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550- 1650) na Costa Leste. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, São Paulo, n. 1, 1998.

SEKI, Lucy. A linguística indígena no Brasil. **D.E.L.T.A.** vol. 15, n. Especial, p. 257-290, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4019.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Impulso**. Vol. 12, n. 27, p. 233-256, 2000.

SCHUMM, G.S.C. **Um estudo enunciativo de uma política de línguas: uma identidade misturada**. IEL, Unicamp. 2004.

## Indicações de Links

<http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>

<https://www.ufrgs.br/projalma/documento-sobre-a-diversidade-linguistica/>

<https://www.youtube.com/watch?v=490htEEOMmM>

<http://ipol.org.br/dicionario-compartilhado-lingua-de-fronteira-ufsm/#more-10112>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183/>

<https://revistapesquisa.fapesp.br/pela-sobrevivencia-das-linguas-indigenas/>

<https://revistapesquisa.fapesp.br/primeiro-dicionario-de-anatomia-do-brasil-foi-em-tupi/>

<https://revistapesquisa.fapesp.br/?s=L%C3%ADnguas+de+Imigra%C3%A7%C3%A3o>

<https://revistapesquisa.fapesp.br/ora-pois-uma-lingua-bem-brasileira/>

<https://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/artigos/lerArtigo.lab?id=1>

# CAPÍTULO 8

*por Jorge Alberto Soares Cruz*

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS ARQUIVOS PÚBLICOS E HISTÓRICOS MUNICIPAIS

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS ARQUIVOS PÚBLICOS E HISTÓRICOS MUNICIPAIS

*Jorge Alberto Soares Cruz*

Este texto tem sua origem em uma fala produzida para a II Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial, onde apresentamos a necessidade de criação de arquivos históricos municipais nos nove municípios que formam a atual configuração do território da Quarta Colônia de Imigração localizada no Sul do Brasil.

Os arquivos públicos e históricos municipais são instituições responsáveis pela manutenção, preservação, gestão, e acesso de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas municipais (Câmaras de Vereadores, Prefeituras Municipais e suas respectivas Secretarias). Além dos documentos públicos, estas instituições também podem ser, eventualmente, responsáveis pela guarda de documentos privados que possuam valor histórico e cultural, de interesse da comunidade. Nestes arquivos poderão ser encontradas hemerotecas com jornais regionais, estaduais e nacionais, mapotecas, fotografias, documentos audiovisuais, microfilmes, dentre outros documentos que contam a história nacional e regional e que poderão ser disponibilizados em formato digital (na web) ou presencial.

Os arquivos públicos e históricos municipais são entendidos como um serviço público de caráter administrativo especializado na gestão, custódia e tratamento dos documentos, e sua divulgação. Além disto, estes locais são entendidos como as instalações físicas onde são reunidas coleções documentais que possuem fragmentos da história local, regional e nacional.



Foto: Alvaro Pouey

Nos arquivos podemos encontrar narrativas de fatos políticos, econômicos e sociais, bem como fatos cotidianos de pessoas que estão esquecidas aguardando pesquisadores curiosos e críticos. Além disso, estes locais podem ser entendidos como as vozes do passado, que juntamente com os museus e bibliotecas, são os guardiões das memórias coletivas e das identidades das regiões onde estão inseridos.

A criação de arquivos, museus e bibliotecas em espaços geográficos específicos possuem, como objetivo, evitar o esquecimento. Além disso, estas instituições são consideradas locais de memória e guardiãs de um patrimônio histórico. Sendo assim, a criação de arquivos e a preservação de acervos documentais públicos e privados no contexto do território da Quarta Colônia, têm o propósito de auxiliar na rememoração histórica e na preservação da memória e da identidade regional, além de colaborar com o fortalecimento da cultura das diferentes etnias existentes na região.

Halbwachs (2015) ressalta que a ocupação de espaços territoriais por diferentes grupos humanos, não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois pode ser apagado sem deixar vestígios. O território recebe marcas, e cada detalhe é entendido por membros destes grupos como laços afetivos, que se tornam mais evidentes nos momentos em que são ameaçados de serem rompidos. Pode-se afirmar que estes laços são formados pelas memórias dos grupos, que para o historiador francês Pierre Nora, (1993, p. 9) esta “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e ao esquecimento”. Consequentemente, a perda da memória pode ser interpretada como um grave dano à identidade e a cultura dos lugares

ocupados por grupos humanos.

Em relação à criação de lugares de memória, no contexto da Quarta Colônia, com o objetivo de rememorar o passado ancestral histórico e o sentimento de pertencimento a uma cultura identitária regional, deve ser destacado o trabalho do padre Luiz Sponchiado e do padre Clementino Marcuzzo, que durante suas vidas desenvolveram várias atividades que enaltecem a Quarta Colônia e a cultura regional. Ambos, como bons memorialistas, deixaram um grande legado para a história e para a cultura regional e Estadual, através do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma (CPG) e do Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo (MIEM) de Vale Vêneto no município de São João do Polêsine.

No Brasil, a patrimonialização dos documentos é um preceito estabelecido a partir da carta de 1946, que de forma um pouco acanhada, em seu artigo 175, tratava da educação e cultura, que além dos monumentos e dos conjuntos arquitetônicos, os documentos de valor histórico e cultural também deveriam ser patrimonializados.

O artigo 172, parágrafo único da constituição de 1967, também colocou os documentos no rol dos bens que deveriam receber atenção especial do Estado Brasileiro.

Art. 172 - O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (BRASIL, 1967).

O grande avanço na Patrimonialização dos documentos aconteceu com a constituição de 1988, que possui alguns artigos que tratam do tema. O artigo 5º, inciso XXXIII, coloca o acesso as informações como direito fundamental dos cidadãos. Além disso, o art. 23, inciso terceiro, estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras de artes e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. O artigo 216, inciso quarto, determina que os documentos, juntamente com as obras de arte, edificações, espaços destinados as manifestações artístico-culturais referentes aos sítios de reminiscências históricas dos antigos quilombos, são considerados patrimônio cultural brasileiro. Além disso, este artigo em seu parágrafo segundo estipula que é dever da União, dos Estados e dos municípios a gestão da documentação pública, bem como estabelecer critérios para franquear a consulta a quem solicitar. O já citado artigo, institui que os danos

e ameaças ao patrimônio serão punidos na forma da lei. Neste contexto é possível afirmar que a partir da constituição de 1945, vem ocorrendo avanços na patrimonialização e ao direito de acesso dos cidadãos a informações e documentos públicos.

Além da constituição de 1988, tivemos a Lei nº 8159 promulgada em 8 de janeiro de 1991, conhecida como a Lei dos Arquivos, que trata da política nacional de arquivos públicos e privados, reforçando o artigo 216 da Constituição de 1988.

Em seu artigo primeiro, a Lei dos Arquivos estabelece a obrigatoriedade do poder público a proteção e a gestão de documentos públicos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Ajá citada lei também reforça o direito de todos os cidadãos ao acesso as informações e aos documentos públicos, que serão franqueadas pela administração pública, exceto aqueles cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Além disso, a Lei 8159/1991 estabeleceu que alguns arquivos privados, que possuem caráter relevante para sociedade, para a história e ao desenvolvimento científico e cultural podem ser considerados de interesse público. Sendo assim percebe-se que a Lei procura valorizar a memória e a identidade bem como pressupõe consciência e a necessidade de criação de projetos que visem à educação patrimonial.

FIGURA 1: Grupos, Cantores e Banda de música de Valle Vêneto



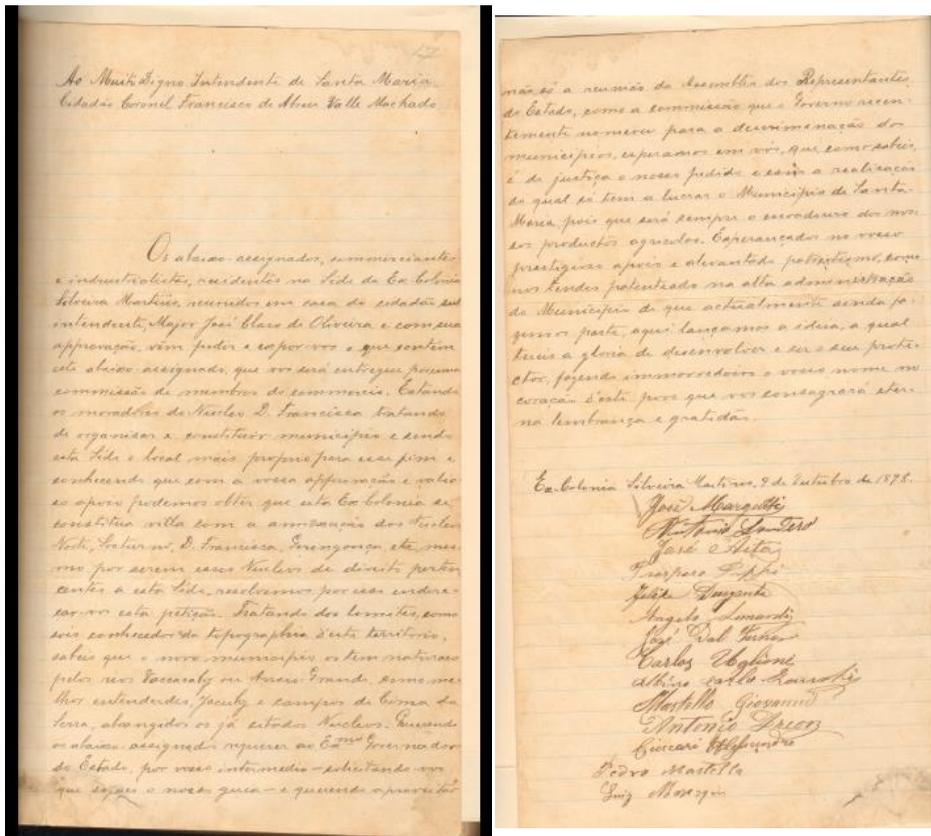
Fonte: Arquivo CPG de Nova Palma

FIGURA 2- Grupos, cantores e banda de música de Arroio Grande



Fonte: Arquivo CPG de Nova Palma

FIGURA 3- Abaixo assinado dos moradores de Silveira Martins, endereçado ao Intendente de Santa Maria, solicitando a criação de um município que abranjeria todo o território da ex-colônia de Silveira Martins (1898).



Fonte: Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria

Um marco em relação aos arquivos e ao acesso as informações públicas brasileiras, foi proporcionado pela Lei Nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso as Informações (LAI), que estabeleceu os procedimentos a serem observados pela União, estados e municípios, objetivando garantir o acesso as informações publicas. Esta Lei assegura a efetividade do que está previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso III do art. 23 e do § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Com isso velhos paradigmas são quebrados sendo que o sigilo as informações e documentos públicos passam ser a exceção e a publicidade a regra.

Neste contexto, a Lei nº 12.527/2011 estabelece que as informações são dados processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimentos contidos em qualquer meio<sup>1</sup>, suporte<sup>2</sup> ou formato<sup>3</sup>. Os documentos: são unidades de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. Em relação as informações sigilosas a lei estabelece que são: aquelas submetidas temporariamente à restrições de acesso público, em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado. Neste sentido restrições aos documentos, e consequentemente as informações, serão classificadas em ultrassecretas (que terão um prazo máximo de restrição de 25 anos), secretas (restrição de 15 anos) e reservada (prazo de 5 anos).

No contexto da Lei de Acesso a Informação pode-se afirmar que os municípios são os espaços onde os cidadãos mais reivindicam demandas relacionadas a prestação de serviços públicos. Sendo assim, eleva-se a responsabilidade da administração pública municipal para que consiga superar os desafios e impactos da implementação da LAI nos serviços prestados a sua população (CONARQ,2014).

Diante deste quadro, a criação de arquivos públicos e históricos municipais terá dentre suas funções , auxiliar na tomada de decisões proporcionando a visibilidade na administração pública municipal, facilitando o acesso as informações, que como já falamos anteriormente, é um preceito estabelecido na Carta Constitucional Brasileira de 1988. Além disso, estes arquivos possuem a funções de preservar a memória e a identidade regional.

---

1 Digital ou físico.

2 Papel, microfilme, fita magnética, etc.

3 Doc, jpg, PDF, etc.

## Criação de arquivos municipais no contexto da Quarta Colônia

Segundo o CONARQ (2014) o acesso as informações públicas é considerado um direito equiparado aos demais direitos dos cidadãos, como saúde, educação, moradia, segurança etc. Um cidadão munido de informações possui capacidade de reivindicar e acessar esses e outros direitos e benefícios sociais. Além disso, o acesso aos documentos e as informações públicas constituem um importante instrumento de transparência na administração pública, além de ser uma importante arma no combate a corrupção.

Neste cenário, os arquivos históricos e municipais possuem a função de facilitar o atendimento à população dos municípios onde estão inseridos, além de proporcionar o apoio à cultura, ao desenvolvimento científico, garantindo pleno acesso à informação e a defesa dos direitos da população. Podemos afirmar que estes arquivos são formados por um patrimônio além de serem considerados lugares de memória, onde são guardados fragmentos da história, social, política e econômica do município.

Tendo como base a constituição de 1988, a Lei nº 8159/1991 e a Lei de Acesso a Informação o Arquivo Nacional do Brasil tem trabalhado no sentido de criar arquivos municipais nos 5.570 municípios brasileiros. Neste sentido, o Conselho Nacional de Arquivos, órgão vinculado ao Arquivo Nacional, lançou uma cartilha com o objetivo de orientar os gestores públicos brasileiros na criação e no desenvolvimento de arquivos públicos municipais. Esta cartilha possui vários modelos de documentos que auxiliarão na criação dos arquivos municipais.

FIGURA 4 - Cartilha criada pelo CONARQ orientando os gestores municipais na criação de Arquivos Municipais



Fonte: Conselho Nacional de Arquivos.

Sendo assim, através de projetos institucionais da UFSM, docentes dos cursos de História e Arquivologia, coordenados pela Professora Maria Medianeira Padoin e o professor Jorge Alberto Cruz, com apoio da professora Luciana Brito<sup>4</sup> e dos Bolsistas Fiex Pablo Cezar Cruz, Higor Barbosa e Tatiana Godinho estão desenvolvendo atividades de organização de arquivos e de conscientização das comunidades e autoridades dos nove municípios da Quarta Colônia, da importância e da necessidade de organização e criação de arquivos públicos e históricos municipais.

As ações dos projetos estão fundamentadas no fato de que muitos documentos, tanto públicos como privados, referentes a história da região foram perdidos e se não assumirmos um posicionamento diante desta realidade muitos ainda irão desaparecer.

Como exemplo desta situação, podemos citar a documentação do Projeto Identidade (PROI) criado no final da década de 1980, coordenado por José Itaquí, então secretário da Cultura e Turismo do recém criado município Silveira Martins (1988). O êxito do PROI, proporcionou a criação de um novo projeto, intitulado Projeto de Educação Patrimonial (PREP), com ampliação para toda a Quarta Colônia, que nesta época recentemente havia consolidado sua configuração com a emancipação dos municípios de Pinhal Grande e São João do Polêsine (1992).

Estes projetos procuravam reconstruir e valorizar a cultura e a identidade regional, através de lugares de memória, objetos, documentos, bem como, da paisagem natural representada pelo Bioma Pampa e pela Mata Atlântica. Em seu desenvolvimento, os projetos contaram com participação de professores e alunos de escolas municipais e estaduais, da maioria dos municípios da Quarta Colônia, proporcionando a inserção da educação patrimonial no contexto escolar. Neste cenário, os professores exerceram a função de mediadores entre o saber escolar e o saber da comunidade, proporcionando a integração entre a escola e a comunidade.

O trabalho desenvolvido pelo PROI e o PREP proporcionou o reconhecimento da Região como área de preservação da Mata Atlântica e conseqüentemente, o surgimento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS), que agregou os nove municípios. Para gerenciar esse novo projeto foi necessária a criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - CONDESUS que consolida a atual configuração do território da Quarta Colônia.

---

<sup>4</sup> Professora do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFSM.

Através destes projetos foram produzidos muitos documentos, que, acreditamos que alguns foram eliminados, e outros estão dispersos em alguns arquivos pessoais ou de escolas sem um tratamento adequado, o que pode dificultar o acesso de pesquisadores a estas informações relevantes que fazem parte da história e da memória coletiva inserida em um território.

A construção e a prática da cidadania passam pelo acesso aos arquivos e conseqüentemente as informações que são preceitos constitucionais, porém, infelizmente entre os 5.570 municípios brasileiros, poucos possuem um arquivo municipal. Esta também é a realidade dos nove municípios da Quarta Colônia.

No espaço territorial da Quarta Colônia, apesar de não existir arquivos públicos, existe o arquivo do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma (CPG) que pode servir como um exemplo de arquivos como espaços de memória e identidade regional.

O acervo documental do CPG é formado por um conjunto de livros manuscritos de genealogia das famílias de descendentes de imigrantes italianos e de uma variedade de tipologias documentais organizadas segundo uma metodologia criada pelo padre Luiz Sponchiado. Esses documentos encontram-se em caixas de camisas identificadas por municípios ou por nomes de famílias ou de personalidades marcantes no contexto histórico da Quarta Colônia

As coleções documentais do CPG fazem parte da busca incansável do padre Luiz em preservar, rememorar e fortalecer a identidade, a história e a cultura regional. O pároco organizou o CPG como forma de incentivar a pesquisa e o conhecimento a ser produzido e divulgado sobre a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Neste sentido, pessoas que conviveram com o padre Luiz relatam que ele sempre demonstrou sua preocupação com a história ao afirmar que “povo sem memória perde o sentido de ser”. Sendo assim, os arquivos juntamente com os museus e bibliotecas são os guardiões da história da memória e da identidade de uma população inserida em um território,

## **Os arquivos e a educação patrimonial**

Mesmo sendo uma prática pouco explorada do Brasil, existem alguns exemplos de projetos que mostram como trabalhar educação patrimonial em arquivos públicos e privados, como parte de um processo de educação baseado no patrimônio histórico e

documental. Estes projetos visam fortalecer a identidade e a memória individual e coletiva da sociedade contemporâneas.

Assim sendo, Maria de Lourdes Horta (2006, p. 6) coloca que:

(...) a educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Dentre os exemplos de projetos de educação patrimonial em arquivos, podemos citar um dos projetos desenvolvidos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), através de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este projeto tinha como objetivo criar campo de estágio para estudantes de graduação em História, matriculados na disciplina de Estágio em Educação Patrimonial. Inicialmente o projeto trabalhou com cartas de compra e venda de escravos e as cartas de alforria. Com base nas cartas foram elaboradas caixas com jogos pedagógicos de tabuleiro com reprodução de documentos do acervo para alunos da 6<sup>o</sup> e 7<sup>a</sup> série do ensino fundamental. Além disso, foram criadas algumas oficinas visando o debate relacionado à memória, identidade, ao patrimônio cultural e à cidadania.

Estas técnicas de utilização do lúdico como forma de educação patrimonial em arquivos, também foram utilizadas no arquivo Público do Estado de São Paulo. Estes projetos são realizados através da parceria com professores do ensino fundamental, médio e superior. Neste projeto também foram realizados cursos de transcrições paleográficas<sup>5</sup>, fotografias, mesas redondas, palestras, dentre outros.

Essas são algumas iniciativas que podem servir como exemplo de como trabalhar com educação patrimonial em arquivos, porém há muito ser feito, em relação ao acesso as informações públicas.

Com a inexistência dos arquivos municipais na Quarta Colônia, seria possível a elaboração de projetos de Educação Patrimonial em Arquivos através de convênios das prefeituras, escolas e o CPG de Nova Palma e com o Museu do Imigrante Eduardo Marcuzzo, de Vale Vêneto. Para tanto, devido as distâncias existentes entre os municípios, poder-se-ia buscar o auxílio da tecnologia da informação através de visitas virtuais aos acervos bem como

---

<sup>5</sup> Leitura de documentos manuscritos antigos.

a elaboração de jogos interativos. Mesmo assim, continua sendo urgente a necessidade de criação dos Arquivos Histórico Municipais como uma ferramenta importante no exercício da cidadania no contexto do território da Quarta Colônia.

## Referências

ALVES, Clarissa Sommer, BRANDO, Nôva, MENEZES, Vanessa Tavares. **Ação educativa e educação patrimonial em arquivos: a oficina “resistência em arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos”** no APERS. Revisata OPSIS, V.15 n.1, Universidade de Goiás. 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Arquivos -CONARQ. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro 2014.

BRASIL, **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência à informação para o exercício da cidadania**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro 2014.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 5 junho 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 5 junho 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 5 junho 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

FANTINI, Renata. **Educação patrimonial em arquivos**. In *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009:

FARGE, Arlete. **O sabor dos arquivos**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: USP, 2009.

HALBAWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2015. 224 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. Centauro Editora, São Pulo, 2015.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do (Org.). **Centros de Documentação e Arquivos: acervos, experiências e formação**. OIKOS, São Leopoldo, RS, 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados em História, v.10, n.10, São Paulo, 1993, p.7-28.

RUIPÉRES, Mariano Garcia. **Los archivos municipales**: Qué son y como se tratan. Ediciones Trea S.L. Asturia, Espanha, 2009.

RUIPÉREZ, **Los archivos municipiaes**: Qué son y como se tratam. Editora trea, Asturia – Espanha 2009.

# CAPÍTULO 9

*por Flavi Ferreira Lisboa Filho  
e Lucas da Silva Nunes*

## A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UMA ESTRATÉGIA DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIO

# A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UMA ESTRATÉGIA DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIO

*Flavi Ferreira Lisbôa Filho<sup>1</sup>*

*Lucas da Silva Nunes<sup>2</sup>*

## Introdução

Desde o nascimento, todo ser humano vincula-se a um determinado grupo social, seja a família, os amigos, os colegas de escola, entre outros. Em um processo chamado de socialização, nós somos expostos a diversos significados e regramentos que regulam nossas vivências. Esta afirmação, em um primeiro momento pode parecer um pouco abstrata, porém em exemplos concretos, estamos falando sobre o modo que definimos nossa vida cotidiana, nossos saberes, nossas visões de mundo, nossas convicções e ideologias.

As normas e os padrões sociais que nos são impostos, por vezes, ocultam algumas informações basilares à nossa constituição como indivíduos. Tais fragmentações acabam dificultando nossa vinculação e nosso processo de identificação com o grupo social ao qual estamos inseridos. Vale destacar que isto ocorre no âmbito cultural e é através da cultura que somos capazes de aprender, incorporar e ressignificar alguns sentidos que estão conectados com nossas visões de mundo.

Quando não há vinculações com o local em que estamos inseridos, muitos traços culturais acabam se perdendo com o passar das gerações e até mesmo o patrimônio natural e arquitetônico acaba se deteriorando, pois não há um olhar de zelo e cuidado com aquilo que não nos afeta positivamente. É por esta via que tratar da educação patrimonial se faz necessário, pois ela tem a capacidade de nos reconectar com o mundo que nos rodeia e recuperar elementos culturais que por ventura estão ameaçados. Ela pode ocorrer tanto de modo formal, como nas escolas, mas, também de maneira informal, com aquilo que é transmitido por meio da família, dos amigos e da religião.

---

<sup>1</sup> Doutor, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural e Pró-reitor de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [flavi@ufsm.br](mailto:flavi@ufsm.br)

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação e doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [lucasnunespp@gmail.com](mailto:lucasnunespp@gmail.com)

No presente capítulo, abordamos sobre a educação patrimonial, para tanto, recorreremos às discussões sobre cultura, o processo comunicativo e as identidades, pois partimos do pressuposto de que estamos inseridos em um contexto cultural e ele é responsável por conduzir, por meio da comunicação em sua vertente da aprendizagem e da socialização, os valores e as informações responsáveis por constituir nossas vinculações. Propomos esse diálogo aproximando-nos da temática da identidade, da comunicação e do território, com um recorte sobre os patrimônios natural e cultural. Para falarmos sobre a conexão existente entre território, identidades e comunicação, trazemos à baila sua relação com a cultura.

### *As conceituações da cultura*

Alguns autores, como Raymond Williams (2007) conceituam o termo cultura como sendo um dos mais difíceis de se entender. Ela deriva do latim *colere* e seus significados denotam habitar, cultivar, proteger e honrar com veneração. Suas primeiras definições tinham relação com o verbo cultivar, evocando noções do cultivo e do cuidado. Especificamente quando tratamos da agricultura, não é raro nos deparamos com expressões do tipo “cultura da soja”, “cultura do arroz”, cultura do milho”, etc. Seu sentido primordial, referia-se ao cuidado com algo, visando seu crescimento. Em sua obra “Palavras-Chave”, Williams (2007) chama a atenção para a complexidade da definição do termo e fala que ele adquiriu sentidos de civilização, localizando e inserindo os indivíduos dentro de uma organização social.

Foi somente por volta do século XVIII que a cultura passou a ser entendida como um processo humano. Ao longo do tempo ela foi adquirindo novas interpretações, pois se em um primeiro momento, estávamos falando sobre as relações com o cuidado de animais e de espécies vegetais, agora atribuímos a ela questões que envolvem os processos sociais.

Para o autor Williams (1979) a cultura, de modo geral, indica um campo de disputas por poder e hegemonia, motivada pelas diferenças existentes entre os grupos sociais, objetivando a manutenção ou a quebra dos padrões existentes. O referido autor via na cultura um *locus* de dominação, onde os grupos hegemônicos impõem determinados significados e valorações a serem seguidos.

Tendo como premissa o fato de a cultura ser definida como uma arena na qual a construção de significados é marcada por tentativas de dominação podemos afirmar que um determinado grupo social é capaz de transformar a realidade, impondo ideias e interesses em prol de torna-los universais. Williams (1979) define a cultura como um importante campo

de controle social, cujos conceitos de senso comum e consenso dialogam inteiramente com a hegemonia, pois são os grupos dominantes os responsáveis por transmitir as visões de mundo que acabam se naturalizando, ocasionando a neutralização de visões antagônicas.

Williams (1979) destaca a necessidade de entender que os processos culturais tem a função de organizar as dinâmicas sociais. Ele ainda afirma que a cultura é definida como ordinária, pois é capaz de perpassar todas as atividades do ser humano, sendo estes os responsáveis por transmitir e reinterpretar seus significados por meio de um processo de aprendizado e internalização de normas. Este processo tem por finalidade nortear, por meio de padrões e repetições, o que deve ser encarado como natural e o que deve ser visto como subversivo.

Para debatermos sobre a cultura e suas relações com o indivíduo, devemos salientar que ela é um processo anterior ao nosso nascimento, ou seja, todo e qualquer indivíduo já nasce situado em determinada cultura, cabendo a ele identificar-se ou não com ela. Este processo de reconhecimento ou recusa dos padrões nos leva à formação das identidades culturais.

Estaríamos cometendo um grande equívoco se definíssemos que todos seres humanos estão englobados uma única cultura. Na visão de Williams (1979) existe uma cultura comum, ou seja, a cultura de todos, como o próprio autor denomina, porém ele salienta que ela não é igual para todos e é por este motivo que se estabelecem as diferenças culturais. Por diversos momentos nos deparamos com definições precipitadas de que algo seria ou não cultura, como nos lembra Williams (1979), não devemos menosprezar ou subjugar traços culturais diferentes. Para o autor, não existem culturas inferiores e superiores, para ele todas são tratadas da mesma forma, porém este ponto de vista pode ser negado, gerando conflitos, ou então celebrado, possibilitando trocas que estabeleçam o crescimento mútuo, através da diversidade cultural. Ressaltamos que as diferenciações enriquecem e devem ser comemoradas, não devendo entrar em debates de qual modo de vida e quais grupos teriam as melhores ou piores culturas, afinal a cultura é ordinária, a cultura é de todos. É através das trocas que os modos de vida acabam se alterando ao longo do tempo, assimilando novos significados, negociando padrões e/ou silenciando outros. Apesar de ela ser anterior ao nosso nascimento, nós temos a capacidade de transformar a cultura através das relações sociais.

Raymond Williams (1979) diz que a cultura faz parte do cotidiano e é reproduzida pelos indivíduos, porém existe um outro elemento que está presente em nossas vidas; as nossas identidades. Definida como um modo de se expressar para o mundo, diferente da cultura, a identidade se dá por um processo consciente de escolha, de vinculação, porém para defini-la, recorreremos a um determinado repertório pré-existente. Nossa identidade é resultante dos elementos presentes na cultura somados às nossas escolhas individuais, ela reflete nosso sentimento de pertença, de fazer parte. Hall (2006) diz que todos fazemos parte de diferentes culturas e construímos nossa identidade a partir da união e da exclusão de significados presentes nesse repositório cultural. Outro ponto importante do processo identitário é sua situação relacional, pois toda identidade é formada a partir de um processo de identificação ou de diferenciação. É possível afirmar que a identidade é algo pessoal, porém existem aquelas que são mais generalistas, como as identidades nacionais e/ou territoriais.

A identidade cultural para Hall (2006) se dá no âmbito do convívio social e é um processo consciente, por isso necessita ser evocada, evidenciada e/ou resgatada através das ações e visões de mundo do indivíduo. Ela não nasce por si só, pois necessita de algum outro elemento, que remeta escolhas e diferenciações, logo podemos afirmar que ela é constituída a partir de uma situação subjetiva e relacional.

Todo grupo social possui regramentos que são repassados ao longo das gerações como uma forma de aprendizado. Dentre estas regras, podemos destacar o modo como nos portamos, os significados vistos como naturais e aqueles encarados como desviantes e que devem ser silenciados e/ou vistos de forma não-natural. A cultura, em si reflete os modos de vida e se estabelece através de padrões, que são difundidos para as gerações futuras. Ao compreendermos que ela é formada por um conjunto de regramentos, podemos afirmar que toda cultura é normativa e estabelece modos de vida transmitidos aos indivíduos por meio de um processo de aprendizado, chamado socialização.

A socialização é responsável pela assimilação dos padrões de comportamento, valores e crenças que estão instituídos dentro dos grupos sociais e vai se refletir no desenvolvimento de atitudes e no modo como o indivíduo age. Ela pode tanto ser primária quanto secundária. O processo de socialização primária envolve as questões básicas para a vida em sociedade e as instituições em que nós temos nossos primeiros aprendizados, como a família, a religião e o ambiente escolar. É por meio destas três grandes instituições

que nós temos os primeiros aprendizados enquanto indivíduos participantes de um grupo social e sobre aquilo que adotamos para si, como suas normas, seus valores, suas crenças e os padrões de comportamento vistos como aceitáveis. Berger e Luckmann (1997) definem a socialização primária como a imersão da criança em um local capaz de formar o conhecimento básico, que futuramente servirá de referência para seus comportamentos e as vivências do mundo. Para os atores, ela tem como base a linguagem, seja ela oral ou escrita, e a definem como um processo de internalização do mundo a nossa volta e da aquisição de saberes e referências que nos guiarão futuramente. A socialização secundária também é responsável pela transmissão de padrões, porém ela ocorre em um momento posterior, emprego e casamento são alguns exemplos de onde ocorrem novas trocas culturais.

Até o momento citamos diversas vezes as palavras transmissão e aprendizado, porém elas também podem ser definidas de modo geral como partes do processo comunicacional dos grupos humanos. Ela exerce um importante papel nas relações sociais e na mediação das experiências de vida dos sujeitos. Ela auxilia na transmissão e na assimilação daquilo que integra o repertório cultural deste ou daquele grupo social, que tanto pode ser repassada pela oralidade quanto pela escrita.

### *As relações entre comunicação, cultura e identidades*

A comunicação é extremamente importante nos processos culturais, pois é por meio dela que as normas sociais pré-estabelecidas encontram formas de circular e de serem perpetuadas. Ao longo do texto, definimos a cultura também como a existência de padrões compartilhados socialmente e quando eles não alcançam um modo de circulação eles acabam silenciados e com o tempo passam a não existir no tempo presente.

Williams (2011) foi um dos intelectuais que chamou a atenção para a conexão entre os meios de comunicação e o processo de transmissão de informações de modo geral. Para ele, os conteúdos midiáticos são portadores de significações. Os meios de comunicação e seus textos carregam sentidos e revelam significados culturais que têm relação com todo processo comunicativo, influenciando no âmbito da produção, da circulação, da recepção e da interpretação desses conteúdos. O processo comunicativo, então, exerce um papel fundamental na circulação e assimilação do que está instituído na sociedade. O autor ainda chama atenção para o fato de a comunicação ser responsável pelas alterações na cultura.

França e Simões (2017) definem a comunicação como compartilhamento, trazendo a ideia de integração e vinculação entre os indivíduos. Para ela, a comunicação estimula

e propicia as trocas sociais e a cultura está conectada com o compartilhamento de saberes. Com base nestas teorias, pode-se afirmar que a cultura se perpetua através da comunicação, porém, esta é influenciada e está inserida dentro dos contextos culturais. A comunicação mobiliza um processo de aprendizado e trocas sociais, porém não devemos ignorar que grupos e indivíduos são capazes de controlar e/ou selecionar quais padrões de comportamento devem ser comunicados.

A partir do momento que tomamos consciência de que nossa cultura é influenciada por estratégias de poder e a esfera midiática é parte atuante deste processo, podemos fazer uma leitura crítica da mídia e exercitar o ato de questionar as representações, pois elas sempre trazem consigo processos de silenciamentos e apagamentos em seus discursos. Ela nos auxilia no processo de mediação da nossa experiência vivida. É a partir dela que nós fazemos trocas e tomamos conhecimento de diversas afirmações que em um primeiro momento não estão a nosso alcance. Para França e Simões (2017) a comunicação deve ser pensada como parte atuante da cultura. Esta perspectiva possibilita aos indivíduos acionarem elementos capazes de gerarem identificações no interior dos discursos midiáticos e das representações.

Hall (2016), ao estabelecer que a cultura é produzida por meio de discursos e admitindo que eles sejam influenciados pelo papel dos produtos midiáticos, devido a sua capacidade de circulação e abrangência, chama a atenção para o fenômeno das representações, que o autor define como uma construção de significados através da linguagem.

Bhabha (1998) estabelece que a representação tem como objetivo a dominação e para isso faz uso de diversos discursos que invisibilizam culturas e grupos que ameaçam a manutenção do poder em determinada sociedade. Estes grupos dominantes são capazes, pelo auxílio das representações, de configurar e reconfigurar os sentidos sociais sobre nosso mundo e nosso modo de viver.

Encaramos as representações e a cultura, de modo geral, como um local de disputas e uma vez conquistado, este espaço exige sua manutenção, pois sempre haverá resistências e contestações por parte de determinados grupos. Associando a representação às questões midiáticas, podemos dizer que elas influenciam e são influenciadas pelo processo de inclusão e exclusão social dos grupos identitários.

Hall (2016, p.31), diz que a representação “[...] conecta os sentidos e a linguagem à cultura”. Para ele, ela deveria ser entendida a partir das lógicas de atribuição de sentidos,

sejam eles positivos ou negativos, que são naturalizados no âmbito cultural. Vale destacar que tudo aquilo que é encarado como algo natural acaba se perpetuando caso não haja oposições ou questionamentos<sup>3</sup>. Para o autor a representação seria capaz de apresentar o mundo às pessoas. Utilizando o dicionário Oxford para definir o que ela seria, Hall (2010) estabelece que representar algo seria remeter ao processo de descrição das coisas a nossa volta.

Em consonância com Hall (2010), França (2004) atribui às representações os sentidos de espelhamento das experiências vividas. A autora destaca que elas são produzidas no interior dos contextos culturais, não devendo ser analisadas e/ou entendidas deslocadas deles. Para ela, os contextos ao mesmo tempo em que são influenciados pelas representações, devido à cristalização de normas, sentidos, padrões e condutas acabam fornecendo significações a serem representadas, alimentando esse sistema.

Quando falamos em sistemas de representação e pesquisas sobre os conteúdos midiáticos, uma das principais perguntas a ser feita é sobre o modo pelo qual os grupos sociais são representados (FREIRE FILHO, 2005). Como falado, nosso contexto cultural é repleto por uma vasta gama de informações e muitas delas são utilizadas no meio midiático, porém, apenas temos a capacidade de entender tudo que se passa à nossa volta por meio de uma série de classificações e simplificações. Neste sentido, torna-se válido admitir que os conteúdos, sejam eles ficcionais ou não, modificam determinados elementos para representa-los. Retomando a questão anterior, torna-se pertinente problematizar se esta simplificação acaba sendo prejudicial ou não e se ela é capaz de naturalizar comportamentos e imagens que temos de determinados indivíduos ou grupos sociais.

De modo geral, a representação, para Shoat e Stan (2006) utiliza características generalistas, que, por sua vez, são capazes de resumir e homogeneizar diversas categorias, nas quais “grupos historicamente marginalizados não têm controle sobre sua própria representação” (SOHAT e STAN, 2006 p. 270). A autora e o autor classificam isto como estereótipos, que muitas vezes são formados com o intuito de reforçar e valorizar significados pertinentes ao controle social. A estereotipia tem um fator negativo, pois ela dificulta a identificação dos indivíduos, rotulando-os.

---

<sup>3</sup> Hall (2016) estabelece que não existiria um significado positivo e um negativo, mas sim um sistema variado de significações e salienta que devemos nos perguntar qual destes significados estariam sendo ressaltados e privilegiados nos conteúdos midiáticos.

Quando tratamos de jogos de poder, podemos recuperar alguns preceitos de Bhabha (1998) sobre a estereotipia. O autor descreve o estereótipo como uma estratégia discursiva capaz de fixar traços e características, se for exaustivamente repetido. Sua naturalização é capaz de adquirir valores de verdade e silenciar visões que os contestem. Ele entende tais discursos como uma prática política que visa a hierarquização tanto racial quanto cultural, que se diz estruturalmente similar ao mundo real, em um regime de verdade.

Pelo fato de existirem visões contrárias às encaradas como naturais, por vezes ocorrem negociações entre hegemonia e contra-hegemonia. Estas trocas são capazes de gerarem ressignificações ao longo do tempo. Um exemplo simples e próximo ao nosso cotidiano desta mudança conceitual em que algo visto como negativo torna-se positivo é a celebração do dia do colono.

Nos seus primórdios, a palavra colono remetia a algo muito diferente do que percebemos hoje em dia, pois a expressão era utilizada de modo pejorativo. Seyferth (2011) afirma que esta identidade estaria ligada às distinções entre o rural e o urbano, conectando este indivíduo às definições de precariedade e distanciamento em relação aos grandes núcleos urbanos. Ser colono era sinônimo de um indivíduo “atrasado”, retomando os ideais de colônia e metrópole, presentes no imaginário social deste a época das grandes navegações. Porém, foi a partir de trocas e negociações simbólicas que o termo passou a ser motivo de orgulho. O dia do Colono, celebrado no dia 25 de julho, aciona sentidos completamente diferentes dos que eram utilizados para definir esta identidade. Atualmente esta celebração faz um resgate de toda uma ancoragem do modo de vida que os primeiros imigrantes tiveram quando chegaram ao território brasileiro e como forma de recuperar os seus traços culturais.

Utilizamos o dia do colono como exemplo para ilustrar as ressignificações que ocorrem ao longo dos anos, porém devemos ressaltar que elas não acontecem por acaso e sim são o resultado de vários movimentos de luta e resistências que acabaram subvertendo as representações existentes e exaltando suas identidades, neste caso as territoriais. A identidade, por vezes está relacionada com a língua, a religião e com o território, logo, pode-se afirmar que exista uma identidade territorial, formada por elementos e características em comum que vinculam os indivíduos a determinados espaços geográficos. Por exemplo, poderíamos falar que há uma identidade da região da Quarta Colônia e podemos ir além, destacando que seus integrantes compartilham um passado em comum, como a imigração

italiana e alemã e a expressiva presença de seus descendentes na região. Esta origem comum estabelece um sentimento de vinculação e identificação a uma coletividade imaginária.

Ao falarmos de identidade devemos ter o cuidado ao conceituá-la, pois ela não é algo efêmero e passageiro, como uma troca de roupas ou algo fantasioso. Ela é algo concreto e estabelece vinculações e diferenciações entre os indivíduos e os grupos sociais. Ela se dá no âmbito das representações e não podemos, nem devemos, conceitua-la como uma ilusão ou algo inteiramente desconectado da subjetividade do indivíduo. Cuchê (2002) afirma que sua construção se estabelece no interior das trocas sociais e ao determinar as posições e visões de mundo dos sujeitos, elas são capazes de orientar suas escolhas. O autor ainda aborda que elas produzem efeitos sociais no mundo real. Ao conceituar a identidade como uma construção relacional ele estabelece que haja situações de oposições entre grupos e indivíduos e se estabelece através do ordenamento e do compartilhamento.

Sendo a identidade uma situação relacional, Woodward (2000) diz que ela é marcada pela diferença e é utilizada pelos sujeitos para afirmar aquilo que eles são ou excluir elementos que eles não são, unificando-os através de semelhanças ou distinguindo-os pelas diferenças. Para a autora, as questões identitárias são marcadas pelo uso de simbologias compartilhadas socialmente.

Woodward (2000) diz que quando a cultura e a identidade de um determinado grupo são marcadas como negativa, como era o caso do colono, ele sofrerá desvantagens e possivelmente sofrerá exclusões. A demarcação de quais elementos são encarados como positivos evidenciam a oposição “Nós” e os “Outros” produzidas pelas identidades.

A busca pelo reconhecimento, gera a criação de movimentos sociais que reivindicam uma cultura ou uma história comum, baseados em lutas pela identidade e pelo seu respeito, principalmente em relação aos grupos hegemônicos.

Woodward (2000) discute o papel dos símbolos como parte do processo identitário, pois eles auxiliam na delimitação de fronteiras e atuam como objetos de diferenciação e reconhecimento e Hall (1996, p. 6, tradução livre) entende que as “[...] identidades são, então, pontos de vinculação temporária às posições dos objetos que as práticas discursivas constroem para nós”. Ou seja, elas são construídas a partir de imagens que elaboramos de nós mesmos em relação a alguém e é por esta via que a educação patrimonial pode atuar, auxiliando no processo de formação, vinculação e ressignificação de identidades, por meio do reconhecimento das simbologias presentes nos patrimônios naturais e arquitetônicos.

A construção de uma identidade coletiva, muitas vezes se dá pela conexão entre os indivíduos, através de seus rituais compartilhados e pela busca de um passado comum (WOODWARD, 2000). Evocando a visão de que o processo de identificação é uma escolha consciente, a autora afirma que mesmo com uma história partilhada, muitos indivíduos podem não se identificar com determinada identidade, gerando sentimentos negativos com o local em que nascem. Neste aspecto a educação patrimonial pode atuar como elemento de conexão e fortalecimento com as simbologias locais.

### *Educação patrimonial como forma de valorização identitária*

Ao longo do texto citamos que as vinculações territoriais atuam como formadoras de identidades, sendo assim, podemos destacar o papel dos patrimônios culturais e naturais no processo de identificações e valorizações dos elementos presentes em nosso meio social. A questão patrimonial ajuda a fortalecer os vínculos tanto entre os próprios indivíduos quanto com o local onde vivem. Valorizar os elementos que constituem o seu local de origem auxilia na construção de significados e principalmente no processo de pertencimento e vinculação. Os patrimônios auxiliam na formação da identidade de um coletivo e valorizam e preservam a diversidade através deles se fortalecem e reforçam o sentimento de pertença ao território. Despertar os elementos positivos e a sua preservação também é um modo de construir e fortalecer uma identidade, nesse caso a territorial. Cabe então buscar estratégias que propiciem a conservação de nossos patrimônios cultural e natural, além de destacar e promover origens e vinculações em comum, como o povo, a geografia, a cultura, a história, a memória, a língua, etc.

No início deste manuscrito, quando falamos em socialização primária, abordamos que a escola é uma das responsáveis por transmitir valores e crenças que constituem nossas vivências sociais, por este motivo, acreditamos que atribuir à ela o papel de realizar um trabalho conjunto que valorize a territorialidade e as culturas locais estimulam e fortalecem os vínculos de pertencimento na e da comunidade em que atua, especialmente, por meio do estímulo à atividade dos estudantes que explorem e reconheçam a cultura local, além de fortalecer o cuidado dos sujeitos com os lugares onde moram.

Para Horta, Grunbberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial é um processo educacional e deve ser permanente e sistemático, centrado no patrimônio cultural. Ela busca o enriquecimento dos valores individuais e coletivos e atua por meio do contato direto e da

experiência com as manifestações da cultura, levando cidadãos e cidadãs a um processo de reconhecimento, valorização e apropriação de suas heranças culturais, gerando novos saberes e incentivando a preservação e o resgate da identidade e da cidadania.

Trazer a educação patrimonial como base desde a educação infantil possibilita a interação e o diálogo entre as comunidades e atua como forma de alfabetização cultural (HORTA, *et al* 1999). Ela possibilita que os indivíduos sejam capazes de conhecer o mundo que os rodeia, levando-os a compreender os sentidos presentes no universo simbólico em qual estão inseridos.

Quando tratamos deste tipo de abordagem, devemos ressaltar que ela não diz respeito apenas à valorização de objetos materiais, como a arquitetura e recursos naturais, mas também de bens imateriais como o folclore, saberes populares, modos de vestir e falar, rituais, artes e relações sociais, que são denominados como patrimônio vivo. Com ela, futuramente teremos indivíduos que zelem pela manutenção do local e da cultura, pois esta consciência acaba sendo despertada já na primeira infância e com o tempo será continuada e se perpetuará para as futuras gerações.

Dentro do ambiente escolar pode haver um trabalho mútuo e interdisciplinar de valoração cultural e territorial, como exemplos, uma professora ou um professor de história pode incluir em seu plano de ensino questões e fatos locais, na área da geografia pode-se falar sobre os recursos naturais, nas artes o artesanato e a cultura. Algumas outras estratégias para fortalecer os vínculos existentes entre indivíduo e comunidade podem ainda estimular a criatividade e a produção de conteúdo dos próprios alunos, como a elaboração de jornais escolares, textos, fotografias, redes sociais, artesanatos e a valorização dos festejos regionais, pois todos os elementos que forem encontrados pelos estudantes será parte de suas identidades territoriais. Estas estratégias de ensino, além de valorizarem o patrimônio, auxiliam no processo de reconhecimento e recuperação de elementos que por ventura venham a se perder ao longo dos anos, promovendo aquilo que é autêntico e fortalecendo o sentimento de pertencimento e orgulho do local onde vivemos. Outra forma de exercitar a educação patrimonial pode se dar por meio da educação ambiental, que tem como premissa garantir a preservação dos recursos naturais presentes nos locais, salvaguardar o ambiente natural, auxilia no processo de reconhecimento e cuidado com o mundo que nos rodeia e por sua vez, estabelece vinculações com o território.

A educação patrimonial ainda estimula a valorização cultural e a diversidade étnica, possibilitando que os indivíduos se reconheçam entre si e explorem elementos até mesmo desconhecidos para eles. Como a cultura não é estática, ela pode passar por diversas transformações com o passar dos anos e estimular a educação patrimonial acaba contribuindo, pois estabelece o processo de redescobrimto de sua própria cultura, levando à recuperação de algumas simbologias perdidas ou esquecidas ao longo dos anos.

A valorização de traços culturais auxilia os indivíduos a questionar as informações e elementos que são repassados desde nossa infância, como as representações existentes sobre a própria cultura. Retomando o papel da comunicação e das representações, que auxiliam a normatizar e naturalizar determinados significados e a silenciar tudo aquilo que vai contra esta norma, ela também pode ser usada de modo inverso, como forma de transmissão e aprendizado, em prol de questionar estereótipos e redescobrir valores e identificações culturais, que podem ser ressignificadas.

Atuar com o patrimônio cultural é essencial para que exista um outro modo de ver e identificar suas próprias raízes. O principal ponto não é a negação das representações, mas sim a identificação do que é encarado como um passado comum, mas também a celebração da diversidade e das características únicas de cada povo e a recuperação de seu próprio repertório cultural. Estas ações afirmam o que seria a cultura popular e desconstroem a visão hegemônica, que muitas vezes é excludente.

## **Considerações Finais**

Com a existência de uma política escolar que vise a inclusão e a valorização cultural podemos afirmar que as diferenças passam a ser celebradas, pois elas somam e fazem parte de tudo aquilo que nos constitui. Como o processo de socialização primária não envolve apenas a escola, mas a família e a religião, devemos pensar em um modo de atuação continuado e todas estas esferas podem promover uma educação patrimonial que fundamente e dê subsídios para a formação de um sentimento de vinculação ao coletivo e pertencimento ao território. Precisamos trabalhar em todas as frentes da educação, tanto a formal, quanto a informal para garantirmos a eficácia deste tipo de proposta. Podemos estimular também a visitação à museus, centros culturais, promover a dança e a participação em diversos eventos culturais.

Outro modo de exaltar a diversidade cultural e recuperar seus elementos pode se fazer por meio de registros, sejam eles fotográficos, músicas, peças de teatro, etc. Para exemplificar: uma escola poderia implantar em seu currículo oficinas de artesanato e contatar artesãos locais para ministrar suas aulas; poderia também estimular os alunos a produzirem materiais sobre o local onde vivem e contatar órgãos como a secretaria da cultura ou turismo para disponibilizá-los; a valorização da história oral poderia ser feita através de entrevistas com os cidadãos mais idosos para contarem suas narrativas; pode-se contatar outras instituições de ensino, como universidades e faculdades, para atuarem de forma conjunta na preservação e valorização de traços culturais e manutenção dos patrimônios natural e arquitetônico; promover visitas aos locais históricos e pontos turísticos; enfim, são muitas as possibilidades.

Devemos atuar em diferentes áreas e construir propostas a longo prazo na formação de nossos estudantes com a finalidade de mostrar que a cultura como um todo é um importante elemento na construção da consciência crítica e cidadã. Adotar tais estratégias pedagógicas estimulam a criticidade dos alunos e os auxilia na construção de seus valores individuais e coletivos. A educação patrimonial se faz importante também na preservação da história e do legado de grupos sociais do passado, pois ela atua em prol das referências e valores sociais.

Como lembra Horta *et al.* (1999), a educação patrimonial não deve envolver apenas as escolas, mas também as organizações locais, como o setor privado, as autoridades e órgãos responsáveis e outras instituições, como as famílias. Ela, se encarada como uma fonte de conhecimento e aprendizado, deve ser inserida nas disciplinas curriculares e utilizada como um instrumento de uma visão crítica e consciente sobre o reconhecimento e a preservação de seus patrimônios.

O patrimônio é caracterizado como aquilo que é herdado de antepassados, porém esta herança só passa a ser de nosso domínio quando usufruímos e quando tomamos consciência de que podemos deixá-lo para nossos descendentes. Horta *et al.* (1999) diz que o patrimônio cultural é uma herança que constitui o nosso sentido de identidade, responsável por nos distinguir de outros povos e culturas.

É pela educação patrimonial que reconhecemos que todos os grupos sociais produzem cultura e exaltamos a diversidade. Esta concepção possibilita que tenhamos uma visão ampliada de todos os elementos que levaram à constituição de nosso contexto social e

cultural. Ela provoca aos alunos situações que levam à identidade e ao aprendizado por meio da leitura de diferentes traços culturais. Sua percepção ainda contribui para que as pessoas desenvolvam e exercitem o sentimento de tolerância. Retomando os preceitos de Woodward (2000), nossas identidades são formadas em relação aos outros, sendo assim a tomada de consciência sobre nossa própria cultura possibilita o reconhecimento e o respeito aos grupos sociais diferentes dos nossos. A educação patrimonial, de modo geral, permite ao indivíduo ter uma ampla visão do processo que constitui sua própria história.

## Referências

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A socialização secundária e a mudança social. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997
- BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. **O local da cultura**, p. 105-128, 1998.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**, trad. Viviane Ribeiro, 2ª ed., EDUSC, Bauru, 2002.
- FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. Autêntica, 2017.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p. 13-26, 2004
- FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 28, p. 18-29, 2005.
- HALL, Stuart. O papel da representação. in. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 24, n. 1, 1996.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.
- . SEYFERTH, Giralda. O colono múltiplo. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 31, n. 1, p. 10-24, 2011.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Estereótipo, realismo e luta por representação. **SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosacnaify, p. 261-312, 2006.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação como meios de produção. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed, 2011.

\_\_\_\_\_. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. In: **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

# AUTORES E AUTORAS



## **Luiz Miguel Oosterbeek**

Professor coordenador do Instituto Politécnico de Tomar e Professor convidado da Universidade de Trás-dos-Montes e Alto Douro. Professor convidado de diversas universidades da Europa e do Brasil. Também é Diretor científico do Museu de Mação e Vice-Presidente da ONG HERITY (Heritage and Quality), sediada em Roma. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1982). PhD em Arqueologia pelo University College London (1994) com equivalência ao grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia pela Universidade do Porto (1995). É membro do comité científico da organização do International Year for Global Understanding, a convite da União Geográfica Internacional. É membro da comissão de aconselhamento da Conferência Internacional sobre as Humanidades na sociedade atual (2012). Foi Vice-Gestor da área de Ciência e Sociedade do programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para a Sociedade (CYTED). Em 2017 participou da preparação da Conferência Mundial de Humanidades (organizada por UNESCO, CIPSH e LIEGETOGETHER).



## **Flavio Augusto Pretto**

Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Geociências, Área de Concentração em Paleontologia e Bacharel em Ciências Biológicas, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, onde coordena o Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia (CAPPA/UFSM). Atua também como orientador no Programa de Pós Graduação em Biodiversidade Animal da UFSM. Dedicar-se à área de Paleontologia de Vertebrados, focando-se principalmente ao estudo de tetrápodes do Permo-Triássico do Rio Grande do Sul.



### **Suzane Bevilacqua Marcuzzo**

Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM no curso superior de Gestão Ambiental, possui graduação em engenharia florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (1998), mestrado em Ciências Biológicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006) e doutorado em Engenharia Florestal na Universidade Federal de Santa Maria (2012). Tem experiência na área de Ecologia e Conservação da Natureza, com ênfase em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, atuando principalmente nos temas: planejamento e gestão de unidades de conservação, uso público em áreas protegidas, manejo de exóticas invasoras em áreas protegidas e restauração de ecossistemas degradado.



### **André Luis Ramos Soares**

Professor associado lotado no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) e doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2005). Atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM. Professor Visitante Erasmus Mundus (Comissão Europeia - 2011), do programa de Mestrado em Quaternário e Pré-História, do Instituto Politécnico de Tomar - Portugal e do Erasmus Mundus, Master JMD DYCLAM -Dynamics of Cultural Landscapes and heritage Management, Université Jean Monnet, Saint Etienne, Firminy, France (2018). Titular da Cátedra UNESCO-UFSM de Humanidades: Fronteiras e Migrações.



### **Professora Maria Medianeira Padoin**

É professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), lotada no Departamento de História. Possui Graduação e Especialização em História pela UFSM. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Realizou doutorado sanduiche na Universidade de Coimbra- Portugal. Atua na graduação e nos Programas de Pós-graduações em História (Mestrado e Doutorado), em que foi coordenadora (2010-2017), e no de Patrimônio Cultural

da UFSM. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições; coordenadora geral do Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM. Atua em projetos de extensão nas regiões central e sul-doeste do RS, com destaque a Quarta Colônia. Foi professora/pesquisadora visitante na Argentina, Uruguai e Portugal



### **Adriano Severo Figueiró**

É graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1990), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997), doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e Pós-Doutorado em Geoconservação pela Universidade do Minho-Portugal (2013). Atualmente é professor Associado da Universidade

Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Geografia Física, com ênfase em Geoecologia, Geoconservação e Educação ambiental. Líder do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão de Águas (PANGEA) e coordenador do Laboratório de Geoecologia e Educação Ambiental (LAGED) do Departamento de Geociências da UFSM, desenvolvendo pesquisas e orientando alunos de graduação e pós-graduação na UFSM e na UFPel nas áreas de ecologia da paisagem, geoconservação, planejamento ambiental, geoturismo e educação ambiental.



### **Cesar De David**

Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) lotado no Departamento de Geociências (CCNE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), com Pós-doutorado pela Universidade de Le Mans (França). Mestre em Geografia pela UNESP - Rio Claro (1995). Possui graduação em Geografia Licenciatura e Especialização

pela UFSM. Foi professor do Centro Universitário Franciscano (FIC/UNIFRA/UFN). Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Geografia Humana, com ênfase em geografia agrária, atuando nos seguintes temas: Territorialidades rurais, agricultura familiar e educação do campo. É líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) e coordena o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEPA) da UFSM Silveira Martins.



### **Amanda Eloina Scherer**

Professora Titular de Linguística junto ao DLCL-CAL-UFSM e professora da Graduação e da Pós-Graduação em Letras na mesma universidade. Graduada em Letras Francês, pela UFSM (1973) e, em Linguística Geral, pela Université de Paris VIII – Vincennes, França (1978). Mestre e Doutora em Linguística, Semiótica e Comunicação pela Université de Franche-Comté, Besançon, França (CAPES 1988/1992). Realizou estágio Pós-Doutoral na Université de Rennes 2, França (CAPES 2000). Foi professora convidada, em 2000, do Institut Universitaire de Formation de Maîtres em Mayotte, França (além mar); em 2012, da Université de Franche-Comté e da Universidad de Cadiz, Espanha. Pesquisadora do Laboratório Corpus (PPGL-UFSM). Em abril de 2013, foi a Professora Homenageada da Feira do Livro de Santa Maria, RS. Membro do Cercle Ferdinand de Saussure, Genebra-Suíça, desde maio de 2019.



### **Jorge Alberto Soares Cruz**

É professor adjunto, lotado no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História (2020) pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria,- linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, Mestre em patrimônio Cultural - UFSM (2011), Especialização em Pensamento Político Brasileiro - UFSM (1996). Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM (1995) e graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciência e Letras Imaculada Conceição – FIC/UFN (1989), Foi Professor Assistente do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Rio Grande - FURG (2011-2012) e servidor técnico administrativo da UFSM/HUSM (1982-2011). Trabalha com os temas: Arquivos Médicos, Arquivos Municipais, cultura e imigração italiana, educação patrimonial, memória identidade e patrimônio histórico e documental.



### **Flavi Ferreira Lisboa Filho**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural e do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Pró-Reitor de Extensão da UFSM. Doutor em Ciências da Comunicação, linha “mídias e processos audiovisuais”, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Engenharia da Produção- UFSM, Bacharel em Ciências Administrativas e em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas pela UFSM. Coordenador da Regional Sul do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Coordenador do GT - História da Publicidade e da Comunicação Institucional da ALCAR. Possui experiência no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão na área de Comunicação e Estudos Culturais.



### **Lucas da Silva Nunes**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria (2020) Orientado pelo Professor Flavi Ferreira Lisboa Filho, mestre (2020) pelo mesmo programa. Graduação em Publicidade e Propaganda. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, (2018). Técnico em meio ambiente pelo Colégio politécnico da UFSM (2016). Atualmente é integrante do grupo de pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades.

## Realização



**UFMS**  
Pró-Reitoria de  
Extensão



**CAPPA**  
Centro de Apoio à Pesquisa  
Paleontológica

## Apoio



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO  
« Fronteiras e Migrações »  
Universidade Federal de Santa Maria  
Brasil



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



UNESCO Chair on Geoparks,  
Sustainable Regional Development  
And Healthy Lifestyles  
University of Trás-os-Montes e Alto Douro  
Vila Real, Portugal



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



UNESCO Chair in Humanities and  
Cultural Integrated Landscape Management,  
Polytechnic Institute of Tomar

